

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E AUTOAVALIAÇÃO

2021



FICHA TÉCNICA

Título:

Relatório de Atividades do Camões, IP

Edição:

Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Data:

setembro de 2022

Contacto:

Av. da Liberdade, 270, 1250-149 Lisboa

Tel. (351) 21 310 91 00

Website:

www.instituto-camoes.pt/

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	5
1. NOTA INTRODUTÓRIA	6
2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E AUTOAVALIAÇÃO	10
3 BALANÇO SOCIAL.....	18
4 AVALIAÇÃO FINAL.....	19
5 OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO	21
6 CONCLUSÕES PROSPETIVAS	22

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AP - Administração Pública

CD - Conselho Diretivo

CEPE – Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

DAB - Divisão de Assuntos Bilaterais

DACE - Divisão de Ação Cultural Externa

DAJC - Divisão de Apoio Jurídico e Contencioso

DAM - Divisão de Assuntos Multilaterais

DAHSCC - Divisão de Ação Humanitária, Sociedade Civil e Cidadania

DCEPE - Divisão de Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro

DGFP - Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial

DPFC - Divisão de Programação, Formação e Certificação

DPRH - Divisão de Planeamento e Recursos Humanos

DSPG - Direção de Serviços de Planeamento e Gestão

EPE - Ensino Português no Estrangeiro

EUA - Estados Unidos da América

GAA - Gabinete de Avaliação e Auditoria

GDC - Gabinete de Documentação e Comunicação

GPPE – Gabinete de Planeamento, Programação e Estatística

I.P. - Instituto Público

LTFP - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

ONGD – Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PEC – Pacto de Estabilidade e Crescimento

PPUE – Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

QUAR - Quadro de Avaliação e Responsabilização

REPER – Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia

SIADAP – Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na AP

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório de Atividades (RA) de 2021 do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP (Camões, I.P.) mantém a linha orientadora dos relatórios anteriores, prestando contas e fundamentando a autoavaliação.

Este documento, que marca o fim do ciclo de gestão de 2021, encontra-se estruturado da seguinte forma: análise conjuntural da atividade; apresentação das atividades desenvolvidas e respetiva autoavaliação, através da explicitação dos resultados obtidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR); exposição de alguns dos indicadores sociais retirados do Balanço Social de 2021; avaliação final do Camões, I.P.; e conclusões prospetivas.

Em 2021, a taxa de realização do QUAR foi 110,53%, com todos os parâmetros superados (eficácia – 110,11%; eficiência – 124,4% e qualidade – 106,3%).

Cinco dos nove objetivos foram superados e quatro atingidos.

A taxa de execução quer dos recursos financeiros (76%), quer dos humanos (90%) evidencia uma gestão em linha com o planeado.

O nível de satisfação dos utilizadores externos cifrou-se nos 4,31 e o nível médio de satisfação dos trabalhadores foi de 3,23 numa escala de 1 a 5.

Da aprendizagem colhida do exercício de 2021 resultam as seguintes apostas estratégicas para evolução do padrão de desempenho:

- Aprofundar o compromisso com os cinco objetivos estratégicos do Camões, I.P. desenvolvendo o processo de planeamento, de desdobramento estratégico da organização e de produção tempestiva de informação de suporte à tomada de decisão;
- Consolidar as alterações orgânicas, com particular atenção para o processo de gestão da mudança e respetivos impactos nos níveis de motivação, qualificação e satisfação dos trabalhadores;
- Amadurecer os mecanismos prospetivos de planeamento, reforçando a aposta na capacidade de antecipação do Camões, I.P., num contexto onde têm início os trabalhos de preparação da Presidência Portuguesa da União Europeia.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A metodologia de elaboração do RA 2020 do Camões, I.P teve em conta a necessária articulação entre o estatuído no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro e na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro. Foram observadas as linhas de orientação estabelecidas pelo Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços (CCAS) e pela Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) e demais legislação avulsa relevante.

O documento incorpora a informação recolhida através da auscultação dos principais destinatários da ação do Camões, I.P e cumpre os requisitos de participação e envolvimento de dirigentes e trabalhadores.

1.1 BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL

O Camões, I.P. tem por missão propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política, e ainda propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário.

A estrutura organizacional do Camões, I.P. determinada pela Portaria n.º 194/2012, de 20 de junho, alterada pela Portaria n.º 94/2014, de 11 de fevereiro e pela Portaria n.º 215/2018, de 21 de junho, conjugada com a Deliberação n.º 1201/2012, de 30 de agosto, alterada pela Deliberação n.º 1093/2018, de 9 de outubro, é a seguinte:

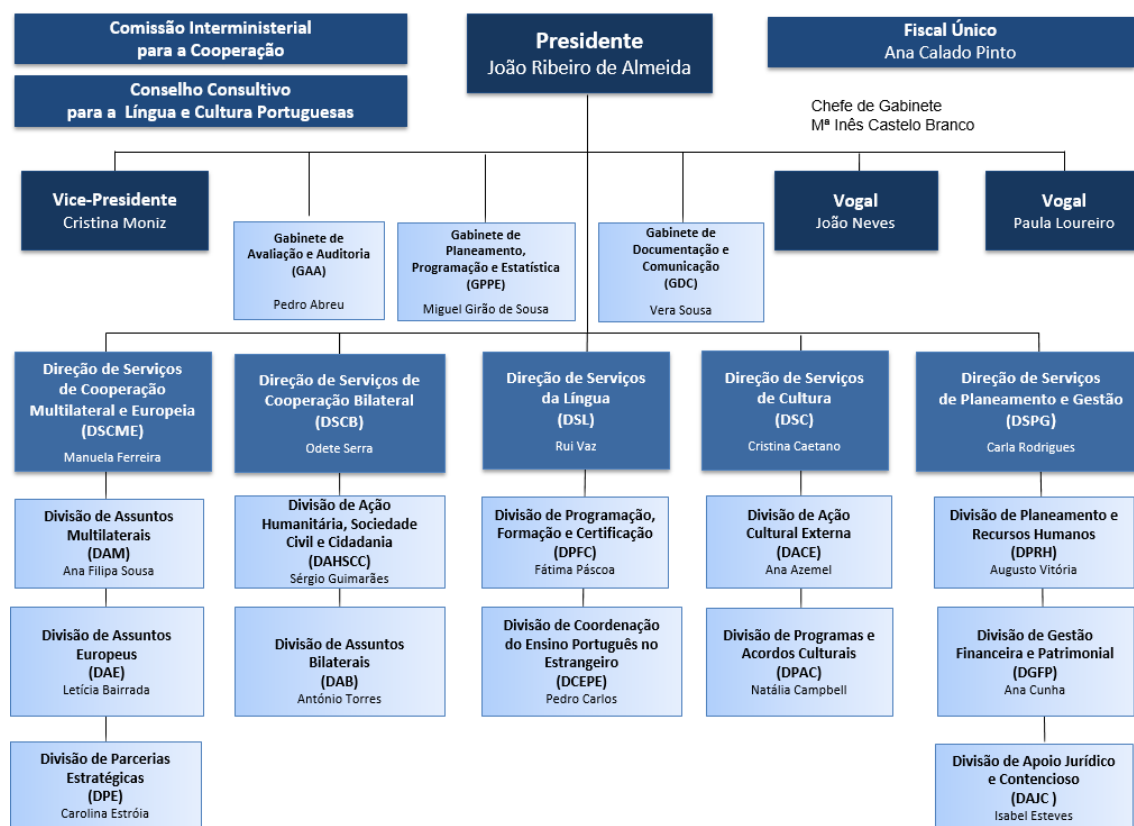


FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DO CAMÕES, I.P. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1.2 ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

Os objetivos estratégicos do Camões, I.P. decorrem das determinações do Programa do XXII Governo Constitucional e, em particular, das linhas de orientação para a área da política externa, com vista a uma atuação e presença reforçada de Portugal no mundo.

Destacam-se como principais orientações, atenta as áreas de intervenções do Camões, I.P:

- Participar ativamente na construção europeia e na implementação das medidas destinadas à recuperação e reforço da resiliência das economias e sociedades europeias promovendo uma agenda progressista e sustentável, defendendo os valores europeus e o Estado de Direito, desenvolvendo a convergência económica e social e reforçando o papel da Europa no Mundo;
- Apoiar o multilateralismo e o sistema das Nações Unidas, consolidando o protagonismo de Portugal nas principais organizações e agendas;
- Cultivar relações bilaterais diversificadas, atentas às lógicas de aliança, vizinhança e parceria e às oportunidades de desenvolvimento de trocas económicas, consultas políticas e intercâmbio

cultural;

- Valorizar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa como comunidade de língua, cidadania, cooperação político-diplomática e espaço económico;
- Continuar a implementação do novo quadro da cooperação portuguesa para o desenvolvimento, mantendo o foco principal na cooperação com os países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste, mas alargando a sua geografia e parcerias e diversificando as modalidades de financiamento;
- Adaptar a organização diplomática e consular às novas realidades da emigração portuguesa e aproveitar o enorme potencial da dimensão, dispersão, enraizamento e vinculação a Portugal das comunidades residentes no estrangeiro;
- Divulgar e promover internacionalmente a língua e cultura portuguesas;
- Apoiar a internacionalização da economia portuguesa, na tripla dimensão de fomento das exportações, fomento do investimento no exterior e atração de investimento direto estrangeiro e investimento da diáspora.

Neste sentido, para o exercício de 2021 e de modo a operacionalizar a orientações plasmadas nas GOP, o Camões, I.P. preserva o seu compromisso com a modernização administrativa e com o reforço da política de planeamento e, enquanto ferramentas de reforço da Cooperação Portuguesa, na operacionalização dos ODS e na promoção e valorização da língua e cultura portuguesas.

Assim, no âmbito das três grandes áreas de atuação - Cooperação, Língua e Cultura - o Camões, I.P. apresenta como linhas orientadoras:

A Cooperação Portuguesa, vetor essencial da política externa nacional, tem em vista a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural dos Países Parceiros, nomeadamente os países prioritários - PALOP e Timor-Leste - bem como a melhoria das condições de vida das suas populações.

As linhas orientadoras da Cooperação Portuguesa são fortemente marcadas por valores de solidariedade e respeito pelos direitos humanos, bem como de responsabilidade global tendo presente uma cada vez maior interligação entre o desenvolvimento e as questões globais, como a promoção da segurança e do desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável à

escala global. É neste enquadramento que a comunicação sobre a Cooperação Portuguesa e sobre a cooperação para o desenvolvimento em geral assumem uma importância primordial

O Camões, I.P. assegura a divulgação, promoção e ensino da língua e da cultura portuguesas em 72 países, quer através da sua rede de leitorados e protocolos de docência – em cooperação com 290 instituições de ensino superior e organizações internacionais – quer através dos cursos ministrados na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, em coordenação com diversos Ministérios de Educação estrangeiros e com agentes locais com responsabilidades educativas, bem como com as diásporas de língua portuguesa.

A linha de orientação estratégica do Camões, I.P. na área da língua consiste em criar condições para uma mais ampla utilização e disseminação da língua portuguesa, quer enquanto instrumento de conhecimento, quer enquanto importante capital estratégico para a internacionalização, promovendo mecanismos com vista à multiplicação do valor do português como língua global de comunicação e como fator impulsionador da cultura e do desenvolvimento, a nível nacional e internacional.

O Camões, I.P. dispõe de uma rede de Centros Culturais Portugueses em 19 países de quatro continentes que acolhe e/ou dinamiza eventos que promovem as mais variadas manifestações artísticas. Conta ainda com uma rede de Centros de Língua Portuguesa, além das missões diplomáticas que desenvolvem programas de ação cultural externa.

Assim, apoia anualmente largas centenas de iniciativas culturais, desde a Literatura à Arquitetura, passando pelas Artes Visuais, a Dança, o Teatro, a Música, o Cinema e o Património. Produz exposições e apoia a participação de artistas ou de obras de artistas portugueses ou de países da CPLP em Festivais, Conferências, Feiras, Ciclos e outros eventos culturais de âmbito internacional organizados por países estrangeiros.

Nestes termos e conforme enunciado no Plano de Atividades para o exercício, o foco estratégico do Camões, I.P. pode ser sumariado em torno de cinco objetivos estratégicos que se enunciam de seguida:

OE1: Implementar medidas de modernização administrativa e desenvolvimento dos sistemas de informação e comunicação, incluindo medidas no âmbito do Programa Simplex +

OE2: Reforçar a política de planeamento e gestão

OE3: Reforçar a coordenação dos vários atores da Cooperação Portuguesa, de acordo com as prioridades geográficas e temáticas, a diversidade de fontes de financiamento e as modalidades de execução

OE4: Fortalecer os mecanismos de gestão centrada nos resultados, nomeadamente na operacionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

OE5: Promover a valorização da língua e cultura portuguesas, potenciando a articulação de parcerias que permitam o alargamento a novos públicos

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E AUTOAVALIAÇÃO

2.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS E DOS DESVIOS VERIFICADOS NO QUAR

O QUAR 2021, apresenta uma taxa de realização final de 110,53%, distribuída pelos parâmetros de acordo com a tabela que segue:

Parâmetro	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Ponderação	40%	15%	45%
Taxa de realização	110,1%	124,4%	106,3%
Resultado	44,0%	18,7%	47,8%
Menção	Superado	Superado	Superado

Em termos agregados cinco dos nove objetivos foram superados e quatro atingidos. A mensuração dos objetivos assentou em 21 indicadores, dos quais 14 (66,6%) apresentam histórico.

Circunscrevendo a análise aos indicadores que permitem comparar os ciclos de 2020 e 2021 (Ind. 1, 2, 3, 5, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20 e 21) verifica-se que em seis (Ind. 8, 9, 12, 15, 18, 20) regista-se uma evolução positiva do desempenho e que em cinco (Ind. 1, 3, 5, 13, 19) os

resultados são coincidentes com os do exercício anterior. Nos restantes indicadores, apura-se uma redução do resultado alcançado face ao exercício anterior.

Por último destaca-se o facto de 5 dos 21 indicadores (Ind. 2, 8, 9, 12, 13) apresentar uma taxa de realização superior a 125%, motivo pelo qual persistirá o trabalho em torno da robustez do processo de planeamento.

Sem prejuízo da informação adicional constante no QUAR 2021, em anexo, apresentam-se os resultados obtidos.

Parâmetro de eficácia

OO1 – Assegurar um reporte abrangente dos fluxos (públicos e privados) de financiamento ao desenvolvimento (OE4)

Indicador	Meta	Tolerância	Resultado	Classificação
1 Resultado da avaliação do CAD/OCDE ao reporte dos dados finais de Portugal(1 - <i>Improvement needed</i> ; 2 - <i>Fair</i> ; 3 - <i>Good</i> ; 4 - <i>Excellent</i>)	3	1	3	Atingido

Análise de desvios

Sem desvio negativo.

OO2 - Potenciar o ensino do português como língua de comunicação internacional, de trabalho e ciência (OE5)

Indicador	Meta	Tolerância	Resultado	Classificação
2 Taxa de projetos em desenvolvimento face às sinergias criadas, propostas internas e solicitações recebidas de instituições estrangeiras	75%	5%	89%	Superado
3 Taxa de projetos de integração curricular do português como língua estrangeira, em currículos nacionais ou regionais de interesse geoestratégico ou de diásporas de longa implementação [meta MNE 40 países]	85%	5%	87,5%	Atingido
4 Taxa de execução do projeto Certificação da proficiência linguística em PLE/PLS fins específicos (Prova de Comunicação Médica)	85%	5%	95%	Superado

Análise de desvios

Sem desvios negativos.

No indicador 2, a meta para 2021 foi definida numa perspetiva muito defensiva, na medida em que os constrangimentos decorrentes da pandemia Covid-19 fizeram pressupor maiores dificuldades no estabelecimento de protocolos de cooperação na área da língua. Verificou-se, contudo, uma maior adaptação por parte das instituições parceiras, adaptando, mais facilmente do

que o previsto, procedimentos de avaliação e autorização digitais e não presenciais, permitiu uma concretização acima do estimado, levando a que fosse possível ultrapassar a meta definida, ligeiramente acima do seu valor crítico.

003 - Promover a internacionalização da língua e da cultura portuguesas, em articulação com outros organismos (OE5)

Indicador	Meta	Tolerância	Resultado	Classificação
5 Taxa de implementação da nova linha de apoio à Tradução e Edição	90%	5%	98%	Superado
6 Taxa de ações promovidas no âmbito dos eixos temáticos da Ação Cultural Externa	85%	5%	87%	Atingido

Análise de desvios

Sem desvios negativos.

A superação no indicador 5, resulta de um esforço organizacional de foco nos propósitos enunciados nos instrumentos de planeamento e na concretização das respetivas metas.

Parâmetro de eficiência

004 – Robustecer a capacidade do Camões, I.P. na resposta aos desafios estratégicos nas áreas de atuação da Cooperação Portuguesa (OE3)

Indicador	Meta	Tolerância	Resultado	Classificação
7 Taxa de medidas implementadas face às preconizadas para preparação da PPUE (Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia)	70%	5%	100%	Superado
8 N.º de ações de coordenação realizadas	8	1	12	Superado
9 N.º de contributos/notas de enquadramento preparadas para apoio à participação e representação nacional nas áreas de competência	15	1	25	Superado
10 Taxa de execução do calendário estabelecido para a definição da nova Política Nacional de Cooperação para o Desenvolvimento	90%	5%	90%	Atingido
11 Taxa de execução das etapas e entregáveis face ao previsto no calendário estabelecido para o exercício de <i>peer-review</i> do CAD/OCDE	90%	5%	100%	Superado

Análise de desvios

Sem desvios negativos.

A superação dos indicadores 7, 8, 9 e 11, resulta de um esforço organizacional de foco nos propósitos enunciados nos instrumentos de planeamento e na concretização das respetivas metas. Importa destacar em relação ao indicador 7, que em resultado da multiplicação de reuniões em formato virtual durante a pandemia, o número de solicitações para executar as medidas propostas de preparação e implementação da PPUE aumentou substancialmente, tendo sido largamente superada a meta de realização.

005 – Alargar o âmbito das parcerias e modalidades de financiamento, assegurada a relação privilegiada com os PALOP e TL (OE3)

Indicador	Meta	Tolerância	Resultado	Classificação
12 N.º de novas parcerias de cooperação	2	1	6	Superado
13 % do financiamento canalizado através de novos mecanismos de apoio no âmbito da Cooperação Bilateral	25%	2,5%	31%	Superado
14 % financiamento da atividade da cooperação internacional alocada aos PALOP e Timor-Leste	70%	5%	70%	Atingido
15 N.º de iniciativas conjuntas que potenciem a Língua Portuguesa como instrumento de desenvolvimento (formação/qualificação, ciência/investigação, negócio/ inovação, mobilidade)	6	1	7	Atingido
16 Elaboração da proposta de resultados das Linhas PED/ED/AH no prazo fixado	120	5	112	Superado

Análise de desvios

Sem desvios negativos.

A superação dos indicadores 12, 13 e 16 resulta de um esforço organizacional de foco nos propósitos enunciados nos instrumentos de planeamento e na concretização das respetivas metas. Importa destacar que a superação do indicador 12, deveu-se sobretudo ao facto de 2021 ter coincidido com o ano de arranque de 6 projetos de cooperação (delegada e triangular), no âmbito dos quais foram formalizadas novas parcerias.

Parâmetro de Qualidade

006 – Melhorar o desempenho organizacional através da reorganização de processos de trabalho e da Transformação Digital dos Serviços (OE1/OE2)

Indicador	Meta	Tolerância	Resultado	Classificação
17 Taxa de execução das iniciativas previstas	4	2	4	Atingido

Análise de desvios

Sem desvio negativo.

007 – Garantir a satisfação dos utilizadores (OE2)

Indicador	Meta	Tolerância	Resultado	Classificação
18 Nível de satisfação dos utilizadores	4,15	0,50	4,18	Atingido

Análise de desvios

Sem desvio negativo.

Destaca-se, no entanto, a evolução positiva do resultado face ao verificado no exercício de 2020.

008 – Assegurar medidas facilitadoras da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar (OE2)

Indicador	Meta	Tolerância	Resultado	Classificação
19 Taxa dos processos deferidos relativos à organização de tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida pessoal e profissional	90%	5%	100%	Superado

Análise de desvios

Sem desvios negativos.

A superação resulta de um esforço organizacional de foco nos propósitos enunciados nos instrumentos de planeamento e na concretização das respetivas metas

009 – Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores (OE2)

Indicador	Meta	Tolerância	Resultado	Classificação
20 Taxa de execução do plano de formação aprovado	85%	5%	86,75%	Atingido
21 Nível de Satisfação dos Colaboradores	3,50	0,5	3,23	Atingido

Análise de desvios

Sem desvios negativos.

2.2 DESENVOLVIMENTO DOS DIFERENTES PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DO PLANO: RESULTADOS PREVISTOS E ALCANÇADOS

A ação do Camões, I.P. durante o exercício de 2021, permitiu ainda concretizar um conjunto de ações e projetos que extrapolam significativamente a ação originalmente prevista no QUAR e que são sistematizadas no Anexo 4 – Atividades desenvolvidas em 2021.

2.3 AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS COM INCLUSÃO DE INDICADORES

2.3.1 Recursos humanos

Em 2021, o Camões, I.P. contou com 162 trabalhadores na sede e 383 docentes, dos quais 48 desempenham o cargo leitor e 335 o cargo de professor, perfazendo um total de 545 trabalhadores.

Conforme se constata no QUAR (em anexo) os recursos humanos planeados, afetos à sede, totalizavam 2128 pontos, mas a execução ficou abaixo desse valor, **1911** pontos, valores que correspondem a uma taxa de execução de 90%.

Tabela 1 - Distribuição do pessoal por grupo profissional

Grupo Profissional	Total	Peso relativo
Dirigentes - Direção superior	4	2%
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	20	12%
Técnico Superior (i)	103	64%
Coordenador Técnico	1	1%
Assistente Técnico (ii)	32	20%
Assistente Operacional	2	3%
Total	162	100%

Notas:

(i) Inclui: 2 Especialistas Informática e 8 diplomatas cujos encargos são suportados pela SGMNE (ii) Inclui: 3 Técnicos de Informática

2.3.2 Recursos financeiros

Tendo por base os valores referentes aos meios financeiros planeados e executados constantes no QUAR verifica-se que a taxa de execução dos 79.472 965€ planeados foi de 76%.

De seguida apresenta-se uma descrição da execução, desagregando a despesa de funcionamento. O ponto de partida para o cálculo das taxas de execução face à dotação inicial.

Tabela 2 - Despesa de funcionamento por agrupamento de despesa

Todas as atividades	Orçamento inicial	Execução Orçamental	Taxas de Execução	Peso Orçamental
01 – Despesas com pessoal	36 423 963 €	32 777 436 €	90%	54%
02 – Aquisições de bens e serviços	4 760 906 €	1 862 965 €	39%	3%
04 – Transferências correntes	37 788 180 €	25 584 919 €	68%	42%
06 – Outras despesas correntes	127 716 €	85 308 €	67%	0%
07 – Aquisição de bens de capital	372 200 €	309 477 €	83%	1%
TOTAL	79 472 965 €	60 620 106 €	76%	100%

Nota: Não inclui: a utilização de disponibilidades para constituição de CEDIC (Certificados especiais de dívida de curto prazo) em cumprimento do despacho do Ministro de Estado e das Finanças de 20 de dezembro de 2021, no valor de 38.000.000€; saldos transitados de anos anteriores.

Na estrutura da despesa por agrupamentos verifica-se que o agrupamento de despesas com o pessoal, tal como previsto, verificou em 2021 o maior peso orçamental (54%), seguido das Transferências Correntes (42%), o que decorre da natureza e atribuições do Camões, I.P.

No que respeita à comparação entre os valores planeados e executados, destacam-se as taxas de execução orçamental, para os agrupamentos de despesas com o pessoal, transferências correntes e aquisição de bens de capital, o que evidencia uma capacidade relevante de planeamento para estas tipologias de despesa. Em sentido oposto verifica-se ainda que os agrupamentos de despesa com a aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes ficaram muito aquém do previsto, o que pode ser sobretudo justificado pelas regras de execução orçamental plasmadas na Lei do Orçamento de Estado e Decreto-Lei de Execução Orçamental que pressupõe um aumento da tramitação administrativa implícita à realização de despesas com estas tipologias.

Tabela 3 - Variação de despesa de funcionamento face ao período homólogo

Todas as atividades	2020	2021	Variação	Variação (%)
01 – Despesas com pessoal	36 013 866 €	32 777 436 €	-3 236 430 €	-10%
02 – Aquisições de bens e serviços	2 929 252 €	1 862 965 €	-1 066 287 €	-57%
04 – Transferências correntes	34 116 537 €	25 584 919 €	-8 531 618 €	-33%
06 – Outras despesas correntes	75 719 €	85 308 €	9 589 €	+11%
07 – Aquisição de bens de capital	657 282 €	309 477 €	-288 126 €	-112%
TOTAL	73 792 656 €	60 620 106 €	-13 172 550 €	-22%

Em comparação com o ano transato houve uma diminuição de despesa na ordem dos 22%, justificado pela variação de todas as atividades, com exceção de outras despesas correntes que teve um aumento de 11%.

2.4 GRAU DE REALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO, COM INCLUSÃO DE INDICADORES E TAXAS

Os dados que se apresentam reportam ao Plano de Formação detalhado do Camões, I.P. para 2021. Das 83 ações previstas foram realizadas 372, sendo a taxa de execução do plano de 86,75%, envolvendo 116 trabalhadores, com o correspondente investimento de 21.273,48€.

2.5 APRECIACÃO POR PARTE DOS UTILIZADORES DA QUANTIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A aferição do nível de satisfação dos utilizadores do Camões, preserva-se como uma prioridade, razão pela qual merece particular destaque em sede de QUAR, integrando o leque de objetivos mais relevantes.

Com um resultado global médio de 4,31, numa escala de 1 a 5, é possível concluir que o padrão de desempenho do Camões, I.P. é reconhecido pelos destinatários da sua ação. Merece ainda particular destaque, não apenas o facto de o resultado ter atingido a meta proposta para o exercício, mas sobretudo de se traduzir numa evolução positiva tendo por base o resultado de 2020 (4,18).

2.6 ANÁLISE DAS CAUSAS DE INCUMPRIMENTO DE AÇÕES OU PROJETOS NÃO EXECUTADOS OU COM RESULTADOS INSUFICIENTES

Sem desvios negativos.

2.7 DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

Todos os serviços da Administração estão sob grande pressão devido aos níveis da imprevisibilidade, turbulência e pressão para resultados. De forma a favorecer as melhores práticas reforça-se o compromisso de reforço dos níveis de satisfação dos trabalhadores, bem como da política de formação, como veículo de investimento no capital humano da organização enquanto alavanca-chave para o desempenho da organização.

Em paralelo reforça-se a aposta no robustecimento dos processos de planeamento e dos mecanismos de recolha e tratamento de dados, de modo tempestivo, para a produção de informação de suporte à decisão, em particular no que respeita às obrigações internacionais do Camões, I.P.

2.8 AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DO SERVIÇO

Os objetivos do QUAR foram desdobrados em cada UO, dirigentes e trabalhadores, tendo, para a sua avaliação, contado com a participação ativa de todos os envolvidos. Foram realizadas reuniões periódicas de monitorização de indicadores individuais, das unidades orgânicas e do QUAR, bem como elaboradas análises qualitativas do nível de desempenho das unidades orgânicas, espelhadas nos relatórios apresentados.

3 BALANÇO SOCIAL

A elaboração do Balanço Social do Camões, I.P de 2021, em anexo, cumpre o disposto no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, e segue as orientações disponibilizadas pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público – DGAEP.

3.1 ANÁLISE SINTÉTICA

Em termos sintéticos merecem destaque:

- Registou-se um aumento do número de trabalhadores da Sede entre 2020 e 2021, com uma taxa de variação anual de (+) 3,85%, a que corresponde a (+) 6 efetivos, passando de 156 para 162 trabalhadores. A 31 de dezembro de 2021 encontravam-se 3 trabalhadores ausentes há mais de 6 meses;
- Na REDE, EPE verificou-se um decréscimo do número de docentes de 390 efetivos em 2020, para 383 efetivos em 2021, (-)7 efetivos, correspondendo a uma taxa de variação anual de (-) 1,79%. A 31 de dezembro de 2021 encontravam-se 6 professores ausentes há mais de 6 meses;
- Nos Agentes de Cooperação, verificou-se um aumento de 9 trabalhadores, passando de 108 para 117, correspondendo a uma taxa de variação anual de (+) 8,79%;

- Manutenção do predomínio do género feminino no universo dos trabalhadores do Camões, I.P., com 75,2% na Sede, 76,7% na REDE, EPE e 59,8% nos Agentes de Cooperação;
- Relativamente à Rede EPE, verificou-se uma ligeira diminuição no cargo de Leitor, de 49 para 48 e igualmente nos Professores de 341 para 335.
- Em termos de horário de trabalho, no caso da Sede, registou-se uma ligeira aumento dos que praticam o horário de trabalho flexível (de 70,5% para 72,8%).
- Verificou-se decréscimo da percentagem dos trabalhadores com mais de 55 anos, na Sede e um aumento na REDE, EPE, respetivamente de 32,7% para 32,1% e de 21,8% para 22,5%.
- O grau académico predominante na Sede é a licenciatura, representando pouco mais de metade do total de efetivos (59,3%). Segue-se o grau de mestre num universo de 29 efetivos, representando 17,9% do total de efetivos.

4 AVALIAÇÃO FINAL

4.1 BREVE ANÁLISE SOBRE A EXECUÇÃO GLOBAL DO PLANO E SEU REFLEXO NA ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DE GOVERNO

Durante o exercício de 2021, a ação do Camões, I.P. foi balizada pelas do Programa do XXII Governo Constitucional, em particular, das linhas de orientação para a área da política externa, com vista a uma atuação e presença reforçada de Portugal no mundo.

Destacam-se como principais orientações, atenta as áreas de intervenções do Camões, I.P: participar ativamente na construção europeia e na implementação das medidas destinadas à recuperação e reforço da resiliência das economias e sociedades europeias promovendo uma agenda progressista e sustentável, defendendo os valores europeus e o Estado de Direito, desenvolvendo a convergência económica e social e reforçando o papel da Europa no Mundo; apoiar o multilateralismo e o sistema das Nações Unidas, consolidando o protagonismo de Portugal nas principais organizações e agendas; cultivar relações bilaterais diversificadas, atentas às lógicas de aliança, vizinhança e parceria e às oportunidades de desenvolvimento de trocas económicas, consultas políticas e intercâmbio cultural; valorizar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa como comunidade de língua, cidadania, cooperação político-diplomática

e espaço económico; continuar a implementação do novo quadro da cooperação portuguesa para o desenvolvimento, mantendo o foco principal na cooperação com os países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste, mas alargando a sua geografia e parcerias e diversificando as modalidades de financiamento; adaptar a organização diplomática e consular às novas realidades da emigração portuguesa e aproveitar o enorme potencial da dimensão, dispersão, enraizamento e vinculação a Portugal das comunidades residentes no estrangeiro; divulgar e promover internacionalmente a língua e cultura portuguesas; apoiar a internacionalização da economia portuguesa, na tripla dimensão de fomento das exportações, fomento do investimento no exterior e atração de investimento direto estrangeiro e investimento da diáspora.

4.2 DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO E AUSCULTAÇÃO DOS CLIENTES INTERNOS E EXTERNOS

Os objetivos do QUAR foram desdobrados em cada UO, dirigentes e trabalhadores, tendo, para a sua avaliação, contado com a participação ativa de todos os envolvidos. Foram realizadas reuniões periódicas de monitorização de indicadores individuais, das unidades orgânicas e do QUAR, bem como elaboradas análises qualitativas do nível de desempenho das unidades orgânicas, espelhadas nos relatórios apresentados.

4.3 MENÇÃO PROPOSTA PELO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO DE ACORDO COM O RESULTADO DA AUTOAVALIAÇÃO

Em conformidade com o disposto no art.º 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, o “*Desempenho bom*” deve ser atribuído ao serviço que atingiu todos os objetivos, superando alguns. Nesses termos e com fundamento nos resultados evidenciados na autoavaliação de 2021 resulta da aplicação do artigo suprarreferido a atribuição da menção qualitativa de “*Desempenho bom*”.

4.4 PLANO DE MELHORIA A IMPLEMENTAR

- O Camões, I.P. identificou variáveis que influenciam diretamente o nível de desempenho da organização, as quais permitem a manutenção de vantagens competitivas e representam, por isso, as condições a ser satisfeitas para maximizar resultados nos próximos exercícios de gestão, a saber:

- Implementar as ações de melhoria identificadas nos vários processos de auditoria a que o Camões, I.P. está sujeito, desde logo as que resultam da opinião expressa pelo Fiscal Único do Instituto, mas também as que decorrem do processo de (re)Certificação nos pilares da União Europeia ou de auditorias do Tribunal de Contas;
- Aprofundar o compromisso com os cinco objetivos estratégicos do Camões, I.P. revisitando o processo de planeamento e de desdobramento estratégico da organização, reforçando os mecanismos de produção, tempestiva, de informação de suporte à decisão e de alinhamento de toda a organização em torno de propósitos comuns;
- Implementar as recomendações do CAD/OCDE, nomeadamente as resultantes da Avaliação por Pares conduzida em 2021, cujos resultados foram conhecidos em 2022.

5 OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

5.1 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

A RCM n.º 47/2010, de 25 de junho introduziu mecanismos de controlo e divulgação sobre a colocação de publicidade institucional do Estado e de outras pessoas coletivas públicas. Nos termos dos artigos 10.º e 11.º da referida RCM dá-se conhecimento de que o Camões, I.P. não realizou qualquer despesa neste âmbito.

5.2 MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Numa linha de melhoria contínua dos procedimentos e otimização dos recursos, o Camões, I.P. tem vindo a implementar uma estratégia organizacional e transversal a todos os serviços, desde o processo de integração assente no reforço de uma cultura organizacional baseada numa gestão por objetivos e resultados, passando pelas áreas de suporte através da harmonização de procedimentos e padronização de processos, até aos sistemas de informação e comunicação, desafio maior tendo presente a importância e o impacto que hoje em dia os sistemas de informação assumem no funcionamento das organização e na produtividade dos seus serviços.
- Durante o ano de 2021 o Camões, I.P. esteve envolvido na preparação dos projetos que serão financiados através do Plano de Recuperação e Resiliência, tendo celebrado com a Agência para a Modernização Administrativa o Acordo que enquadra os investimentos a

realizar, no âmbito da Medida C19-I01-M13-Transformação Digital das Entidades Tuteladas do MNE.

- O investimento a realizar pelo Camões, I.P., no quadro do PRR reflete uma aposta clara na digitalização do Ensino Português no Estrangeiro, quer na criação de plataformas digitais, quer através do acesso a equipamento para utilização em contextos digitais. Prevê-se ainda a disponibilização de conteúdos por via digital, nas várias áreas de intervenção do instituto, bem como a criação de uma rede integrada de bibliotecas Camões, I.P. Em termos de ações concretas estão contempladas: o desenvolvimento das modalidades de educação digital no Ensino Português no Estrangeiro (criando melhores condições para prestar formação à distância); digitalização das redes de bibliotecas do Camões, I.P.; aposta na digitalização e integração de sistemas de inventário, de gestão de projetos de cooperação e de gestão documental e digitalização do acervo documental do Camões, I.P.

6 CONCLUSÕES PROSPETIVAS

O Camões, I.P. preserva o seu compromisso com a modernização administrativa e com o reforço da política de planeamento e gestão, enquanto ferramentas de reforço da Cooperação Portuguesa, na operacionalização dos ODS e na promoção e valorização da língua e cultura portuguesas.

Em paralelo o futuro testará a capacidade do Camões, I.P. para conciliar os desafios correntes, previamente enunciados, com os desafios emergentes que resultam do Exame do CAD/OCDE à Cooperação Portuguesa, do processo de (re)Certificação nos Pilares da União e da implementação dos projetos financiados através do Plano de Recuperação e Resiliência.

ANEXOS

Anexo 1 – QUAR 2021

Anexo 2 – Balanço Social 2021

Anexo 3 – Relatório de Formação 2021

Anexo 4 – Atividades desenvolvidas em 2021

QUAR 2021

Ministério dos Negócios Estrangeiros

CAMÕES - INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA, I. P.

MISSÃO

Propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política e ainda propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário.

Objetivos Estratégicos

OE 1: Implementar medidas de modernização administrativa e desenvolvimento dos sistemas de informação e comunicação, incluindo medidas no âmbito do Programa Simplex +

OE 2: Reforçar a política de planeamento e gestão

OE 3: Reforçar a coordenação dos vários atores da Cooperação Portuguesa, de acordo com as prioridades geográficas e temáticas, a diversidade de fontes de financiamento e as modalidades de execução

OE 4: Fortalecer os mecanismos de gestão centrada nos resultados, nomeadamente na operacionalização dos ODS

OE 5: Promover a valorização da língua e cultura portuguesas, potenciando a articulação de parcerias que permitam o alargamento a novos públicos

Objetivos Operacionais

EFICÁCIA

40,0%

O1. Assegurar um reporte abrangente dos fluxos (públicos e privados) de financiamento ao desenvolvimento (OE4)

Ponderação: 30%

Indicadores	2019	2020	Meta 2021	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. [1] Resultado da avaliação do CAD/OCDE ao reporte dos dados finais de Portugal (1 - Improvement needed; 2 - Fair; 3 - Good; 4 - Excellent)	2	3	3	1	4	100,0%	3	100,0%	Atingido	

O2. Potenciar o ensino do português como língua de comunicação internacional, de trabalho e ciência (OE5)

Ponderação: 35%

Indicadores	2019	2020	Meta 2021	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. [2] Taxa de projetos em desenvolvimento face às sinergias criadas, propostas internas e solicitações recebidas de instituições estrangeiras	88%	98%	75%	5%	88%	35,0%	89%	127%	Superado	
Ind. [3] Taxa de projetos de integração curricular do português como língua estrangeira, em currículos nacionais ou regionais de interesse geoestratégico ou de diásporas de longa implementação [meta MNE 40 países]	82,5%	87,5%	85%	5%	95%	35,0%	87,5%	100%	Atingido	
Ind. [4] Taxa de execução do projeto Certificação da proficiência linguística em PLE/PLS fins específicos (Prova de Comunicação em Medicina Dentária)	NA	NA	85%	5%	95%	30,0%	95%	125%	Superado	

O3. Promover a internacionalização da língua e da cultura portuguesas, em articulação com outros organismos (OE5)

Ponderação: 35%

Indicadores	2019	2020	Meta 2021	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. [5] Taxa de implementação da nova linha de apoio à Tradução e Edição	NA	98%	90%	5%	100%	60,0%	98%	120%	Superado	
Ind. [6] Taxa de ações promovidas no âmbito dos eixos temáticos da Ação Cultural Externa	NA	NA	85%	5%	100%	40,0%	87%	100%	Atingido	

EFICIÊNCIA

15,0%

O4. Robustecer a capacidade do Camões, I.P. na resposta aos desafios estratégicos nas áreas de atuação da Cooperação Portuguesa (OE3)

Ponderação: 50%

Indicadores	2019	2020	Meta 2021	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. [7] Taxa de medidas implementadas face às preconizadas para preparação da PPUE (Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia)	NA	NA	70%	5%	100%	40,0%	100%	125%	Superado	
Ind. [8] N.º de ações de coordenação realizadas	5	8	5	1	8	15,0%	12	170%	Superado	
Ind. [9] Nº de contributos/notas de enquadramento preparadas para apoio à participação e representação nacional nas áreas de competência	15	20	15	1	20	15,0%	25	150%	Superado	
Ind. [10] Taxa de execução do calendário estabelecido para a definição da nova Política Nacional de Cooperação para o Desenvolvimento	NA	NA	90%	5%	100%	15,0%	90%	100%	Atingido	
Ind. [11] Taxa de execução das etapas e entregáveis face ao previsto no calendário estabelecido para o exercício de peer-review do CAD/OCDE	NA	NA	90%	5%	100%	15,0%	100%	125%	Superado	

O5. Alargar o âmbito das parcerias e modalidades de financiamento, assegurada a relação privilegiada com os PALOP e TL (OE3)

Ponderação: 50%

Indicadores	2019	2020	Meta 2021	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. [12] N.º de novas parcerias de cooperação	4	4	2	1	4	20,0%	6	157%	Superado	
Ind. [13] % do financiamento canalizado através de novos mecanismos de apoio no âmbito da Cooperação Bilateral	NA	31,09%	25%	2,5%	30%	20,0%	31%	130%	Superado	
Ind. [14] % financiamento da atividade da cooperação internacional alocada aos PALOP e Timor-Leste	83%	82,58%	70%	5,0%	76%	20,0%	70%	100%	Atingido	
Ind. [15] Nº de iniciativas conjuntas que potenciem a Língua Portuguesa como instrumento de desenvolvimento (formação/qualificação, ciência/investigação, negócio/ inovação, mobilidade)	NA	8	6	1	9	20,0%	7	100%	Atingido	
Ind. [16] Elaboração da proposta de resultados das Linhas PED/ED/AH no prazo fixado	120	NA	120	5	106	20,0%	112	114%	Superado	

QUALIDADE

45,0%

O6. Melhorar o desempenho organizacional através da reorganização de processos de trabalho e da Transformação Digital dos Serviços (OE1/OE2)

Ponderação: 25%

Indicadores	2019	2020	Meta 2021	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. [17] Taxa de execução das iniciativas previstas	NA	NA	4	2	6	100,0%	4	100%	Atingido	

O7. Garantir a satisfação dos utilizadores (OE2)

Ponderação: 25%

Indicadores	2019	2020	Meta 2021	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
-------------	------	------	-----------	------------	---------------	------	-----------	------------------------	---------------	--------

QUAR 2021

Ministério dos Negócios Estrangeiros

CAMÕES - INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA, I. P.

Ind. [18] Nível de satisfação dos utilizadores (Escala de 1 a 5)	4,12	4,18	4,15	0,50	5	100,0%	4,31	100%	Atingido	
--	------	------	------	------	---	--------	------	------	----------	--

O8. Assegurar medidas facilitadoras da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar (OE2)

Ponderação: 25%

Indicadores	2019	2020	Meta 2021	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. [19] Taxa dos processos deferidos relativos à organização de tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida pessoal e profissional	NA	100%	90%	5%	100%	100%	100%	125%	Superado	

O9. Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores (OE2)

Ponderação: 25%

Indicadores	2019	2020	Meta 2021	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. [20] Taxa de execução do plano de formação aprovado	93,05%	61,67%	85%	5%	100%	50%	86,75%	100%	Atingido	
Ind. [21] Nível de Satisfação dos Colaboradores (Escala de 1 a 5)	3,25	3,49	3,50	0,50	5	50%	3,23	100%	Atingido	

Recursos Humanos - 2021	Pontuação	Pontos Planeados (iii)	Pontos Executados	Desvio
Dirigentes - Direção superior	20	80	80	0
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	16	320	320	0
Técnico Superior (i)	12	1344	1236	-108
Coordenador Técnico	9	9	9	0
Assistente Técnico (ii)	8	360	256	-104
Assistente Operacional	5	15	10	-5
Total		2128	1911	-217

(i) Inclui: 2 Especialistas Informática e 8 diplomatas cujos encargos são suportados pela SGMNE (ii) Inclui: 3 Técnicos de Informática

Nº de Efetivos no Serviço	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Nº de efetivos a exercer funções no Serviço	157	156	162

Recursos Financeiros (euros) - 2021	Orçamento	Realizado	Desvio
Orçamento Funcionamento	79 472 965 €	60 620 106,05 €	- 18 852 858,95 €
Aquisição de bens e serviços	5 133 106 €	2 172 443,00 €	- 2 960 663,00 €
Despesas com o Pessoal	36 423 963 €	32 777 436,28 €	- 3 646 526,72 €
Transferências	37 788 180 €	25 584 918,90 €	- 12 203 261,10 €
Outra despesas Correntes	127 716 €	85 307,87 €	- 42 408,13 €
Investimento	- €	-	- €
TOTAL	79 472 965,00 €	60 620 106,05 €	- 18 852 858,95 €

Indicadores	Fonte de verificação	Responsável
Ind [1] Resultado da avaliação do CAD/OCDE ao reporte dos dados finais de Portugal(1 - Improvement needed; 2 - Fair; 3 - Good; 4 - Excellent)	Documento CAD com resultado de avaliação	GPPE
Ind. [2] Taxa de projetos em desenvolvimento face às sinergias criadas, propostas internas e solicitações recebidas de instituições estrangeiras	Informação de serviço; telegramas	DSL
Ind. [3] Taxa de projetos de integração curricular do português como língua estrangeira, em currículos nacionais ou regionais de interesse geoestratégico ou de diásporas de longa implementação [meta MNE 40 países]	Informação de serviço; telegramas	DSL
Ind. [4] Taxa de execução do projeto Certificação da proficiência linguística em PLE/PLS fins específicos (Prova de Comunicação em Medicina Dentária)	Informação de serviço	DSL
Ind. [5] Taxa de implementação da nova linha de apoio à Tradução e Edição	Plano de ação	DSC
Ind. [6] Taxa de ações promovidas no âmbito dos eixos temáticos da Ação Cultural Externa	Telegramas/ Relatório	DSC
Ind. [7] Taxa de medidas implementadas face às preconizadas para preparação da PPUE (Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia)	Lista de medidas	DSCME/DSCB
Ind. [8] N.º de ações de coordenação realizadas	Telegramas/ Atas/Memorandos/ Conclusões operacionais	GPPE
Ind. [9] N.º de contributos/notas de enquadramento preparadas para apoio à participação e representação nacional nas áreas de competência	Contributos/notas de enquadramento	DSCME(DAM)
Ind. [10] Taxa de execução do calendário estabelecido para a definição da nova Política Nacional de Cooperação para o Desenvolvimento	Cronograma	DSCME/DSCB/GPPE
Ind. [11] Taxa de execução das etapas e entregáveis face ao previsto no calendário estabelecido para o exercício de peer-review do CAD/OCDE	Cronograma	DSCME/DSCB/DSPG/GPPE/GAA/GDC
Ind. [12] N.º de novas parcerias de cooperação	Lista de novas parcerias	DSCME
Ind. [13] % do financiamento canalizado através de novos mecanismos de apoio no âmbito da Cooperação Bilateral	Controlo de execução orçamental	DSCB
Ind. [14] % financiamento da atividade da cooperação internacional alocada aos PALOP e Timor-Leste	Sistema de Informação Integrado da Cooperação Portuguesa	GPPE
Ind. [15] N.º de iniciativas conjuntas que potenciem a Língua Portuguesa como instrumento de desenvolvimento (formação/qualificação, ciência/investigação, negócio/ inovação, mobilidade)	Lista de iniciativas	DSCME/DSCB/DSL
Ind. [16] Elaboração da proposta de resultados das Linhas PED/ED/AH no prazo fixado	Data de apresentação de proposta	DSCB
Ind. [17] Taxa de execução das iniciativas previstas	Lista de iniciativas	DSPG
Ind. [18] Nível de satisfação dos utilizadores (Escala de 1 a 5)	Inquérito de satisfação	DSPG
Ind. [19] Taxa dos processos deferidos relativos à organização de tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida pessoal e profissional	Informações de Serviço	DPRH
Ind. [20] Taxa de execução do plano de formação aprovado	Plano de formação	DPRH
Ind. [21] Nível de Satisfação dos Colaboradores (Escala de 1 a 5)	Inquérito de satisfação	DSPG

BALANÇO SOCIAL

2021



FICHA TÉCNICA

Título:

Balanço Social 2021

Edição:

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Data:

abril de 2022

Contacto:

Av. da Liberdade, 270, 1250-149 Lisboa

Tel. (351) 21 310 91 00

Website:

www.instituto-camoes.pt/

SIGLAS E ACRÓNIMOS

CD	Conselho Diretivo
DAB	Divisão de Assuntos Bilaterais
DAE	Divisão de Assuntos Europeus
DACE	Divisão de Ação Cultural Externa
DAHSCC	Divisão de Ação Humanitária, Sociedade Civil e Cidadania
DAJC	Divisão de Apoio Jurídico e Contencioso
DAM	Divisão de Assuntos Multilaterais
DCEPE	Divisão de Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro
DGFP	Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial
DPE	Divisão de Parcerias Estratégicas
DPFC	Divisão de Programação, Formação e Certificação
DPAC	Divisão de Programas e Acordos Culturais
DPRH	Divisão de Planeamento e Recursos Humanos
DSCB	Direção de Serviços de Cooperação Bilateral
DSCME	Direção de Serviços de Cooperação Multilateral e Europeia
DSC	Direção de Serviços da Cultura
DSL	Direção de Serviços da Língua
DSPG	Direção de Serviços de Planeamento e Gestão
EPE	Ensino Português no Estrangeiro
EUA	Estados Unidos da América
GAA	Gabinete de Avaliação e Auditoria
GDC	Gabinete de Documentação e Comunicação
GPPE	Gabinete de Planeamento, Programação e Estatística
I.P.	Instituto Público
LTFP	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
N.º	Número
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	IDENTIFICAÇÃO DO ORGANISMO.....	8
2.1.	O INSTITUTO	8
2.2.	MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	8
2.3.	ÁREAS DE ATUAÇÃO	9
2.4.	ESTRUTURA ORGÂNICA	11
3.	CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	12
3.1.	RECURSOS HUMANOS - SEDE.....	12
3.1.1.	DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES A DESEMPENHAR FUNÇÕES NO CAMÕES, I.P.....	12
3.1.2.	DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES POR GRUPO DE PESSOAL E MODALIDADE DE VINCULAÇÃO	13
3.1.3.	DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES PERTENCENTES AO MAPA DE PESSOAL	14
3.1.4.	ÁREAS DE ATUAÇÃO DO CAMÕES, I.P.	15
3.1.5.	DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO.....	16
3.1.6.	DISTRIBUIÇÃO POR ESTRUTURA ETÁRIA	16
3.1.7.	DISTRIBUIÇÃO POR ANTIGUIDADE	18
3.1.8.	DISTRIBUIÇÃO POR ESTRUTURA HABILITACIONAL.....	19
3.1.9.	MOVIMENTAÇÕES DE TRABALHADORES	20
3.1.9.1.	ADMITIDOS E REGRESSADOS	20
3.1.9.2.	SAÍDAS	21
3.1.10.	DISTRIBUIÇÃO POR MODALIDADES DE HORÁRIO.....	22
3.1.11.	TRABALHO SUPLEMENTAR	23
3.1.12.	ABSENTISMO	24
3.1.13.	REMUNERAÇÕES E ENCARGOS.....	25
3.1.13.1.	ESTRUTURA REMUNERATÓRIA.....	25
3.1.13.2.	ENCARGOS ANUAIS	26
3.1.14.	SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	26
3.1.15.	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	27
3.1.16.	RELAÇÕES PROFISSIONAIS.....	28
3.1.17.	DISCIPLINA.....	29
3.1.18.	PAINEL DE INDICADORES SEDE.....	29
3.2.	RECURSOS HUMANOS – REDE EXTERNA	30
3.2.1.	REDE DE ENSINO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO	30
3.2.1.1.	DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES.....	30
3.2.1.2.	DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO	33
3.2.1.3.	DISTRIBUIÇÃO POR ESTRUTURA ETÁRIA	34
3.2.1.4.	DISTRIBUIÇÃO POR ESTRUTURA HABILITACIONAL.....	35
3.2.1.5.	MOVIMENTAÇÃO DE DOCENTES	36
3.2.1.6.	ABSENTISMO.....	37
3.2.1.7.	REMUNERAÇÕES E ENCARGOS	38
3.2.1.8.	SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	39
3.2.1.9.	PAINEL DE INDICADORES	40
3.2.2.	AGENTES DE COOPERAÇÃO (AC'S)	41
3.2.2.1.	DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES.....	41
3.2.2.2.	DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO	43
3.2.2.3.	DISTRIBUIÇÃO POR ESTRUTURA ETÁRIA	43
3.2.2.4.	DISTRIBUIÇÃO POR ESTRUTURA HABILITACIONAL.....	44
4.	PERFIL DO TRABALHADOR DO CAMÕES, I.P. – SEDE	45
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
6.	ANEXO – QUADROS DO BALANÇO SOCIAL	47

ÍNDICE de Figuras, Gráficos e Quadros

FIGURAS

FIGURA 1- ORGANOGRAMA DO CAMÕES, I.P. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	11
---	----

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PERCENTAGEM DE TRABALHADORES A DESEMPENHAR FUNÇÕES NO CAMÕES, I.P. POR TIPO DE OCUPAÇÃO DE POSTO DE TRABALHO	13
GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES POR GRUPO DE PESSOAL	14
GRÁFICO 3- DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES POR ÁREAS DE ATUAÇÃO	15
GRÁFICO 4 - PERCENTAGEM DA RELAÇÃO MASCULINO / FEMININO DOS RECURSOS HUMANOS DA SEDE	16
GRÁFICO 5 - NÚMERO DE TRABALHADORES DA SEDE POR ESCALÃO ETÁRIO E GÉNERO	17
GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DA SEDE EM FUNÇÃO DA ANTIGUIDADE POR GÉNERO	18
GRÁFICO 7 - PERCENTAGEM DE TRABALHADORES DA SEDE POR NÍVEL LITERÁRIO E GÉNERO	19
GRÁFICO 8 - PERCENTAGEM DE TRABALHADORES POR NÍVEL DE HABILITAÇÕES - SEDE	20
GRÁFICO 9 - MOVIMENTAÇÃO DE ADMISSÕES/REGRESSOS E SAÍDAS DOS TRABALHADORES DA SEDE	21
GRÁFICO 10 - MODALIDADES DE HORÁRIO DOS RECURSOS HUMANOS DA SEDE	23
GRÁFICO 11 - PERCENTAGEM DE ABSENTISMO POR MOTIVO DOS RECURSOS HUMANOS DA SEDE	24
GRÁFICO 12- PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÕES POR TIPO DE AÇÃO, SEGUNDO A DURAÇÃO	28
GRÁFICO 13 - PERCENTAGEM DE PARTICIPANTES POR CARGO/CARREIRA	28
GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA REDE EPE POR CONTINENTE	31
GRÁFICO 15 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA REDE EPE NA EUROPA	31
GRÁFICO 16 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA REDE EPE FORA DA EUROPA	32
GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA REDE EPE POR GÉNERO E CARGO	33
GRÁFICO 18 - PERCENTAGEM DA RELAÇÃO MASCULINO/FEMININO DOS RECURSOS HUMANOS DA REDE EPE	33
GRÁFICO 19 - NÚMERO DE DOCENTES DA REDE EPE POR ESTRUTURA ETÁRIA	34
GRÁFICO 20 - NÍVEL LITERÁRIO DOS DOCENTES DA REDE EPE	35
GRÁFICO 21 - MOVIMENTAÇÃO DE ADMISSÕES E SAÍDAS DOS DOCENTES DA REDE EPE POR TRIMESTRE	36
GRÁFICO 22 - MOVIMENTAÇÃO DE ADMISSÕES E SAÍDAS DOS DOCENTES DA REDE EPE POR CONTINENTE	36
GRÁFICO 23 - PERCENTAGEM DE ABSENTISMO DOS RECURSOS HUMANOS DA REDE EPE	38
GRÁFICO 24 - EVOLUÇÃO DO Nº DE AGENTES DE COOPERAÇÃO 2018-2021	41
GRÁFICO 25 - DISTRIBUIÇÃO DE AGENTES DE COOPERAÇÃO POR PAÍS E CONTINENTE	42
GRÁFICO 26 - DISTRIBUIÇÃO DE AGENTES DE COOPERAÇÃO POR CATEGORIA E GÉNERO	43
GRÁFICO 27 - PERCENTAGEM DA RELAÇÃO MASCULINO/FEMININO DOS AGENTES DE COOPERAÇÃO	43
GRÁFICO 28 - DISTRIBUIÇÃO DE AGENTES DE COOPERAÇÃO POR ESTRUTURA ETÁRIA	43
GRÁFICO 29 - NÍVEL LITERÁRIO DOS AGENTES DE COOPERAÇÃO	44

QUADROS

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DA SEDE POR MODALIDADE DE VINCULAÇÃO	12
QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DA SEDE POR GRUPO DE PESSOAL E MODALIDADE DE VINCULAÇÃO	13
QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DO MAPA DE PESSOAL DA SEDE A DESEMPENHAR FUNÇÕES NO CAMÕES, I.P. E NOUTROS ORGANISMOS	14
QUADRO 4 - DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DA SEDE POR GÉNERO	16
QUADRO 5 - DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DA SEDE POR ESCALÃO ETÁRIO	17
QUADRO 6 - DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DA SEDE EM FUNÇÃO DA ANTIGUIDADE	18
QUADRO 7 - DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DA SEDE EM FUNÇÃO DO NÍVEL LITERÁRIO	19
QUADRO 8 - ADMISSÕES/REGRESSOS DOS TRABALHADORES DA SEDE	20
QUADRO 9 - SAÍDA DE TRABALHADORES DA SEDE	21
QUADRO 10 - MODALIDADES DE HORÁRIO POR GRUPO DE PESSOAL - SEDE	22
QUADRO 11 - NÚMERO DE HORAS DE TRABALHO SUPLEMENTAR POR GRUPO DE PESSOAL – SEDE	23
QUADRO 12 - NÚMERO DE DIAS DE AUSÊNCIA POR CARGO/CARREIRA E MOTIVO – SEDE	24
QUADRO 13 - ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DOS RECURSOS HUMANOS DA SEDE POR GÉNERO	25

QUADRO 14 - VARIAÇÃO DOS ENCARGOS COM OS TRABALHADORES DA SEDE (2019-2021)	26
QUADRO 15 - INDICADORES DE EXECUÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO DA SEDE	27
QUADRO 16 - VARIAÇÃO DOS INDICADORES DE EXECUÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL (2019-2021)	27
QUADRO 17- DISTRIBUIÇÃO DOS COORDENADORES E ADJUNTOS DE COORDENAÇÃO PELAS COORDENAÇÕES DE ENSINO	30
QUADRO 18 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS POR CARGO/CATEGORIA DA REDE EPE	31
QUADRO 19 - EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA REDE EPE/ TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL (2019-2021)	32
QUADRO 20 - DISTRIBUIÇÃO DE DOCENTES POR ESCALÃO ETÁRIO.....	34
QUADRO 21 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES DA REDE EPE POR NÍVEL LITERÁRIO E GÉNERO	35
QUADRO 22 - NÚMERO DE DIAS DE AUSÊNCIA POR CARGO E MOTIVO DE AUSÊNCIAS - REDE EPE	37
QUADRO 23 - ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DA REDE EPE POR GÉNERO	38
QUADRO 24 - VARIAÇÃO DOS ENCARGOS COM OS DOCENTES DA REDE EPE (2019-2021).....	39
QUADRO 25 - DISTRIBUIÇÃO DE AGENTES DE COOPERAÇÃO POR UNIDADE ORGÂNICA E PAÍS	42

1. INTRODUÇÃO

Enquanto instrumento de planeamento e gestão de recursos humanos, o Balanço Social¹ tem dois grandes objetivos: i) apresentar, de forma pública e com transparência, a realidade do Organismo, e ii) providenciar aos Dirigentes uma visão clara e atual da Organização de forma a potenciar um melhor planeamento e gestão da mesma.

A informação constante no presente Balanço Social tem como referência a data de 31 de dezembro de 2021 e, de modo a permitir uma análise mais rigorosa e concreta, serão apresentados um conjunto de indicadores em áreas significativas da gestão de recursos humanos, tais como os encargos financeiros (remunerações, suplementos remuneratórios, prestações sociais, formação), assim como os dados dos últimos três anos (2019, 2020 e 2021), providenciando assim uma caracterização minuciosa dos recursos humanos do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

¹ O Balanço Social foi institucionalizado para os organismos autónomos da Administração Pública, através do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho e tornado obrigatório em 1996, de elaboração anual, para todos os serviços e organismos com 50 ou mais trabalhadores, através do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro.

2. IDENTIFICAÇÃO DO ORGANISMO

2.1. O INSTITUTO

O Camões, I.P. é um instituto público de regime especial, nos termos da lei, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio, que prossegue atribuições do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), sob superintendência e tutela do respetivo Ministro. Para além de desenvolver atividades em território nacional, o Camões, I.P. gere uma rede externa, com forte expressão nos países de língua oficial portuguesa, desenvolvendo ações e projetos no âmbito da cooperação portuguesa, do ensino de português no estrangeiro e da ação cultural.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- Decreto-Lei n.º 21/2012, de 30 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 48/2018, de 21 de junho, que aprova a orgânica do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., definindo a sua missão e suas atribuições;
- Portaria n.º 194/2012, de 20 de junho, alterada pela Portaria n.º 94/2014, de 11 de fevereiro, e pela Portaria n.º 215/2018, de 21 de junho, que aprova e define os seus Estatutos, com as suas Unidades Orgânicas Nucleares;
- Deliberação n.º 1201/2012, de 30 de agosto, alterada pela Deliberação n.º 1093/2018, de 9 de outubro, que procede à criação das Unidades Orgânicas Flexíveis do Camões, I.P., bem como as atribuições e competências específicas de cada unidade orgânica.

2.2. MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO

Propor e executar a política de cooperação portuguesa;

Coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas;

Propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro;

Assegurar a gestão da rede de ensino português no estrangeiro, a nível básico, secundário e superior;

Apoiar a colocação de docentes locais através de parcerias com instituições de ensino superior e organizações internacionais;

Promover a internacionalização da cultura portuguesa.

Visão

O Camões, I.P. pretende ser um organismo de referência na coordenação e articulação da política externa do governo nas áreas da **cooperação internacional**, promoção da **língua e cultura portuguesas** enquanto domínios crescentemente entendidos pelos Estados como instrumentos de projeção da sua influência e defesa dos seus interesses.

No plano organizacional, o principal objetivo passa pela modernização dos serviços assente numa gestão por objetivos e resultados e a partir de uma cultura colaborativa e de partilha de valores.

VALORES

O Camões, I.P. dispõe de um Código de Ética assente nos princípios da igualdade, imparcialidade, isenção, transparência, integridade e criteriosa afetação dos recursos públicos, identificando como valores fundamentais:

A **excelência**, assente no rigor, na qualidade, na eficiência e na eficácia;

A verdade, **integridade** e transparência;

A **equidade**, imparcialidade, isenção e justiça;

A **qualidade** e a produtividade do trabalho, a igualdade de oportunidades e de tratamento de pessoas e a não-discriminação.

2.3. ÁREAS DE ATUAÇÃO

No âmbito das três grandes áreas de atuação - Cooperação, Língua e Cultura - o Camões, I.P. apresenta como linhas orientadoras:

COOPERAÇÃO

A Cooperação Portuguesa, vetor essencial da política externa nacional, tem em vista a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural dos Países Parceiros, nomeadamente os países prioritários - PALOP e Timor-Leste - bem como a melhoria das condições de vida das suas populações.

As linhas orientadoras da Cooperação Portuguesa são fortemente marcadas por valores de solidariedade e respeito pelos direitos humanos, bem como de responsabilidade global tendo presente uma cada vez maior interligação entre o desenvolvimento e as questões globais, como a promoção da segurança e do desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável à escala global. É neste enquadramento que a comunicação sobre a Cooperação Portuguesa e sobre a cooperação para o desenvolvimento em geral assumem uma importância primordial.

LÍNGUA

O Camões, I.P. assegura a divulgação, promoção e ensino da língua e da cultura portuguesas em 72 países, quer através da sua rede de leitorados e protocolos de docência – em cooperação com 290 instituições de ensino superior e organizações internacionais – quer através dos cursos ministrados na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, em coordenação com diversos Ministérios de Educação estrangeiros e com agentes locais com responsabilidades educativas, bem como com as diásporas de língua portuguesa.

A linha de orientação estratégica do Camões, I.P. na área da língua consiste em criar condições para uma mais ampla utilização e disseminação da língua portuguesa, quer enquanto instrumento de conhecimento, quer enquanto importante capital estratégico para a internacionalização, promovendo mecanismos com vista à multiplicação do valor do português como língua global de comunicação e como fator impulsionador da cultura e do desenvolvimento, a nível nacional e internacional.

CULTURA

O Camões, I.P. dispõe de uma rede de Centros Culturais Portugueses em 19 países de quatro continentes que acolhe e/ou dinamiza eventos que promovem as mais variadas manifestações artísticas. Conta ainda com uma rede de Centros de Língua Portuguesa, além das missões diplomáticas que desenvolvem programas de ação cultural externa.

Assim, apoia anualmente largas centenas de iniciativas culturais, desde a Literatura à Arquitetura, passando pelas Artes Visuais, a Dança, o Teatro, a Música, o Cinema e o Património. Produz exposições e apoia a participação de artistas ou de obras de artistas portugueses ou de países da CPLP em Festivais, Conferências, Feiras, Ciclos e outros eventos culturais de âmbito internacional organizados por países estrangeiros.

2.4. ESTRUTURA ORGÂNICA

A estrutura organizacional do Camões, I.P. determinada pela Portaria n.º 194/2012, de 20 de junho, alterada pela Portaria n.º 94/2014, de 11 de fevereiro e pela Portaria n.º 215/2018, de 21 de junho, conjugada com a Deliberação n.º 1201/2012, de 30 de agosto, alterada pela Deliberação n.º 1093/2018, de 9 de outubro, comportam as Unidades Orgânicas, com a distribuição que se encontra no organograma a seguir representado:

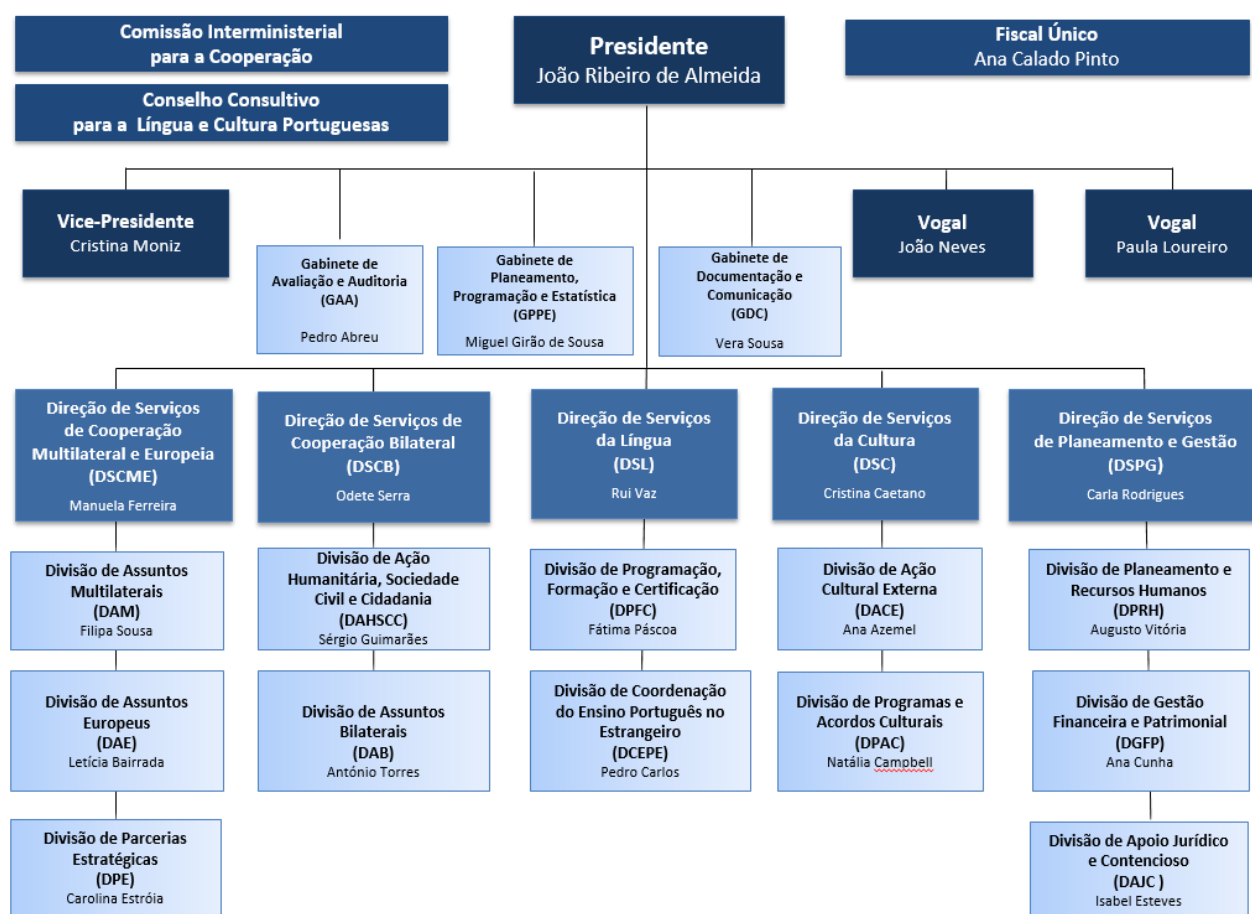


FIGURA 1- ORGANOGRAMA DO CAMÕES, I.P. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

3. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O mapa de pessoal aprovado pela tutela para o Camões, I.P., contemplava para o ano de 2021 um total de 577 trabalhadores (186 pertencentes à Sede e 391 distribuídos pela Rede de Ensino Português no Estrangeiro - Rede EPE)².

Tendo em consideração a estrutura organizacional do Camões, I.P. e de modo a clarificar as duas atividades de gestão, uma de caráter administrativo e outra de coordenação da rede de ensino de português no estrangeiro, optou-se por desagregá-las, de modo a facilitar a análise individualizada dos recursos humanos inerente a cada uma.

3.1. RECURSOS HUMANOS - SEDE

3.1.1. DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES A DESEMPENHAR FUNÇÕES NO CAMÕES, I.P.

A 31 de dezembro de 2021 o Camões, I.P. contava com um total de 162³ trabalhadores na Sede, distribuídos pelas diferentes modalidades de vinculação. O regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado é a modalidade com um maior número de trabalhadores (138), seguindo-se a comissão de serviço, no âmbito da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, com 24 trabalhadores, dos quais 16 estão designados em regime de substituição.

MODALIDADE DE VINCULAÇÃO	Nº EFETIVOS	TOTAL %
CT em Funções Públicas por Tempo Indeterminado	130	80,2%
Comissão de Serviço no âmbito da LTFP	24	14,8%
Nomeação Definitiva	8	4,9%
TOTAL	162	100,0%

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DA SEDE POR MODALIDADE DE VINCULAÇÃO

A 31 de dezembro de 2021 encontravam-se 3 trabalhadores ausentes há mais de 6 meses (2 Técnicos Superiores e 1 Assistente Técnico).

Em comparação com o ano anterior houve um ligeiro aumento no número de efetivos a desempenhar funções no Camões, I.P., tendo passado de 156, em 2020, para 162 trabalhadores na data homóloga de 2021.

Dos 162 trabalhadores em exercício de funções, 24 ocupam cargos de direção (1 presidente, 1 vice-presidente, 2 vogais, 5 diretores de serviço e 15 chefes de divisão).

² Conforme mapa de pessoal para o ano 2021, autorizado em 19-08-2020, por Sua Excelência a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

³ De acordo com as instruções veiculadas pela DGAEP, no Balanço Social não devem ser considerados trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Para além dos trabalhadores pertencentes às carreiras previstas no mapa de pessoal, que compreendem as de técnico superior, assistente técnico, assistente operacional, especialista de informática e técnico de informática, exercem ainda funções no Camões, I.P. 8 diplomatas, em regime de mobilidade interna, cujos encargos são suportados pela Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

De acordo com o gráfico 1, apenas 27,2% do total dos trabalhadores a desempenhar funções no Camões, I.P. não pertencem ao seu mapa de pessoal, sendo estes oriundos de outros organismos. Em comparação com o período homólogo do ano transato, houve um incremento de trabalhadores, em regime de mobilidade interna/comissão de serviço (+2,8%).

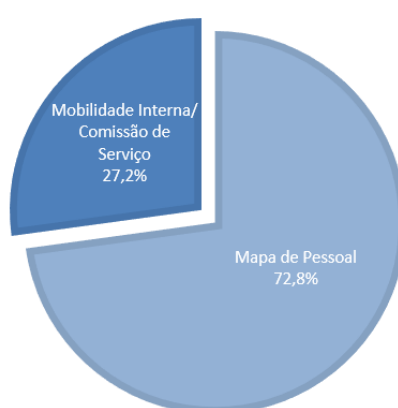


GRÁFICO 1 - PERCENTAGEM DE TRABALHADORES A DESEMPENHAR FUNÇÕES NO CAMÕES, I.P. POR TIPO DE OCUPAÇÃO DE POSTO DE TRABALHO

No universo dos 162 trabalhadores, não foram incluídos os trabalhadores que embora pertençam ao mapa de pessoal do Camões, I.P. encontram-se em mobilidade noutros organismos.

3.1.2. DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES POR GRUPO DE PESSOAL E MODALIDADE DE VINCULAÇÃO

Segundo o grupo de pessoal, os 162 trabalhadores a desempenhar funções no Camões, I.P. encontram-se distribuídos da seguinte forma:

GRUPO DE PESSOAL	CTFP por Tempo Indeterminado	Comissão de Serviço LTFP	Total
Dirigente Superior		4	4
Dirigente Intermédio		20	20
Técnico Superior	93		93
Assistente Técnico	30		30
Assistente Operacional	2		2
Informático	5		5
Diplomata	8		8
TOTAL	138	24	162

QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DA SEDE POR GRUPO DE PESSOAL E MODALIDADE DE VINCULAÇÃO

Da análise do gráfico seguinte e à semelhança do ano anterior, conclui-se que o grupo de pessoal Técnico Superior é aquele onde se concentra o maior número de trabalhadores, que representam 57,4% dos efetivos.

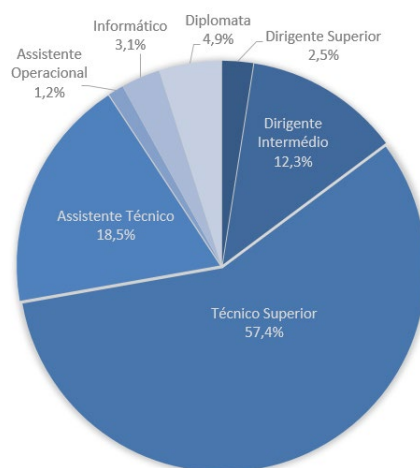


GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES POR GRUPO DE PESSOAL

3.1.3. DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES PERTENCENTES AO MAPA DE PESSOAL

O número de trabalhadores que possui uma relação jurídica de emprego público com o Camões, I.P. a 31 de dezembro de 2021, quer se encontrem ou não em exercício de funções no Camões, I.P., perfaz um total de 160 trabalhadores.

MAPA DE PESSOAL	Nº EFETIVOS	TOTAL %
CT em Funções Públicas por Tempo Indeterminado	107	66,9%
Comissão de Serviço no âmbito da LTFP	11	6,9%
CT em Funções Públicas por Tempo Indeterminado noutros organismos	27	16,9%
Comissão de Serviço no âmbito da LTFP noutros organismos	15	9,4%
TOTAL	160	100,0%

QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DO MAPA DE PESSOAL DA SEDE A DESEMPENHAR FUNÇÕES NO CAMÕES, I.P. E NOUTROS ORGANISMOS

Verifica-se que 26,3% dos trabalhadores que pertencem ao mapa de pessoal do Instituto encontram-se a exercer funções noutros organismos, através de mobilidade ou de cedência de interesse público ou de licença sem remuneração para exercício de funções como agente de cooperação ou designação ministerial ou em comissão de serviço.

3.1.4. ÁREAS DE ATUAÇÃO DO CAMÕES, I.P.

Os efetivos que se encontram a desempenhar funções no Camões, I.P. estão distribuídos pelas seguintes quatro áreas de atuação:

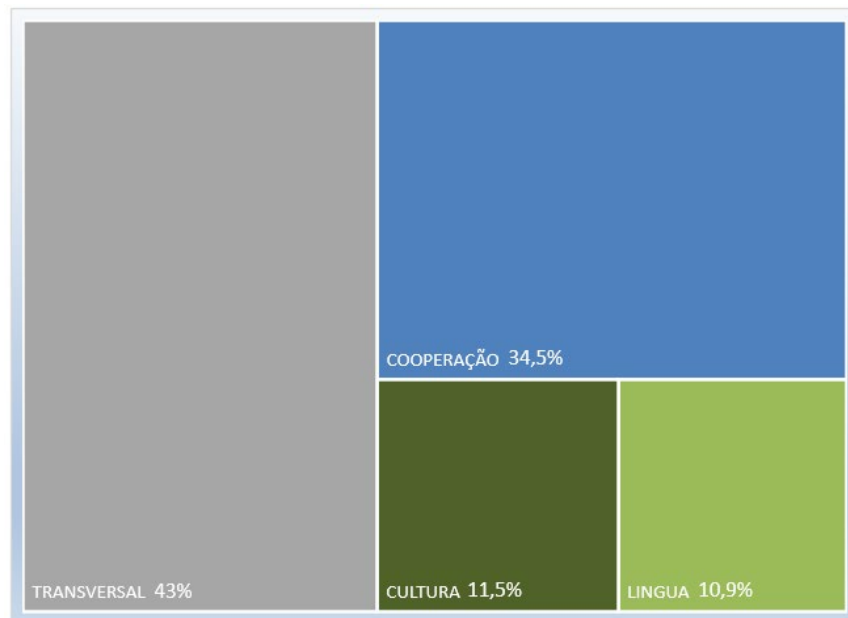


GRÁFICO 3- DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES POR ÁREAS DE ATUAÇÃO

Pela análise do gráfico constata-se que 57% dos trabalhadores do Camões, I.P. exercem funções ou atividades que decorrem diretamente da sua missão e atribuições, a saber:

- a) Cooperação (DSME, DSCB, GPPE);
- b) Língua (DSL);
- c) Cultura (DSC);

Refira-se que 43% dos efetivos exercem funções em áreas transversais, as quais são fundamentais para o suporte às áreas *Core*. As “Áreas Transversais” comportam as seguintes áreas funcionais:

- a) Avaliação e Auditoria (GAA);
- b) Documentação e Comunicação (GDC);
- c) Planeamento e Recursos Humanos (DPRH);
- d) Financeira, Patrimonial e Informática (DGFP|DSPG);
- e) Apoio jurídico e contencioso (DAJC);
- f) Apoio ao Conselho Diretivo.

3.1.5. DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO

GRUPO PESSOAL	Feminino	% Feminino	Masculino	% Masculino	TOTAL	% TOTAL
Dirigente Superior	2	1,2%	2	1,2%	4	2,5%
Dirigente Intermédio	13	8,0%	7	4,3%	20	12,3%
Técnico Superior	77	47,5%	16	9,9%	93	57,4%
Assistente Técnico	25	15,4%	5	3,1%	30	18,5%
Assistente Operacional	1	0,6%	1	0,6%	2	1,2%
Informático	1	0,6%	4	2,5%	5	3,1%
Diplomata	2	1,2%	6	3,7%	8	4,9%
TOTAL	121	74,7%	41	25,3%	162	100%

QUADRO 4 - DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DA SEDE POR GÉNERO

A 31 de dezembro de 2021 (162 efetivos), o género que assume maior peso, em relação ao número total de trabalhadores, é o feminino, à semelhança dos anos anteriores, sendo que a carreira onde se verifica uma maior percentagem de género feminino (47,5%) é na carreira de Técnico Superior.

Por comparação ao ano anterior, verifica-se um aumento percentual de 2,2% no género masculino. Mesmo assim, no ano 2021, o género feminino atinge 74,7% (121 efetivos), em oposição aos 25,3% do género masculino (41 efetivos), conforme gráfico abaixo:

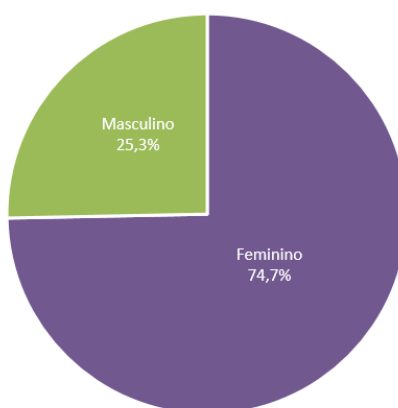


GRÁFICO 4 - PERCENTAGEM DA RELAÇÃO MASCULINO / FEMININO DOS RECURSOS HUMANOS DA SEDE

3.1.6. DISTRIBUIÇÃO POR ESTRUTURA ETÁRIA

Quanto à distribuição por grupos etários, à semelhança do ano anterior, a maioria dos trabalhadores situa-se no intervalo dos 45 e 49 anos, representando 24,7% dos efetivos (40 trabalhadores), seguindo-se o escalão etário cujo intervalo se encontra entre os 55 e os 59 anos, com 16,7% (27 trabalhadores).

GRUPO PESSOAL	20-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	TOTAL
Dirigente Superior					1	1	2			4
Dirigente Intermédio			1	2	5	7	4	1		20
Técnico Superior	1	3	11	16	29	13	11	9		93
Assistente Técnico			1	5	5		8	8	3	30
Assistente Operacional							1	1		2
Informático				1			1	3		5
Diplomata	3	2	2	1						8
TOTAL	4	5	15	25	40	21	27	22	3	162
% TOTAL	2,5%	3,1%	9,3%	15,4%	24,7%	13,0%	16,7%	13,6%	1,9%	100%

QUADRO 5 - DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DA SEDE POR ESCALÃO ETÁRIO

Pela análise do gráfico, verifica-se que o maior número de homens e mulheres encontram-se na faixa etária dos 45 aos 49 anos, seguida da faixa etária entre os 55 aos 59 anos de idade. A média de idades por género é de 49,9 anos para o sexo feminino e 47,4 anos para o sexo masculino.

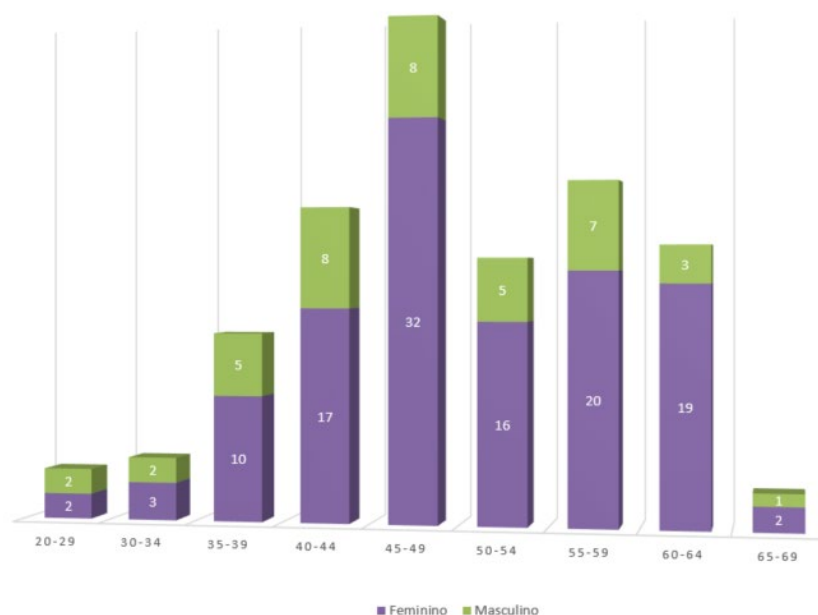


GRÁFICO 5 - NÚMERO DE TRABALHADORES DA SEDE POR ESCALÃO ETÁRIO E GÉNERO

O leque etário em 2021 é de 2,52 e tem uma amplitude de 41 anos, representando a diferença entre o trabalhador mais velho (68 anos) e o mais novo (27 anos), verificando-se, deste modo, um ligeiro aumento face ao ano transato cujo leque etário se situava nos 2,46.

3.1.7. DISTRIBUIÇÃO POR ANTIGUIDADE

GRUPO PESSOAL	até 5	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	> 40	TOTAL
Dirigente Superior					1	1	1	1		4
Dirigente Intermédio		1	1	6	1	7	2	2		20
Técnico Superior	13	7	17	11	16	16	6	4	3	93
Assistente Técnico	3	2	1	3	4	4	5	6	2	30
Assistente Operacional							1	1		2
Informático			1		1	1	1		1	5
Diplomata	6		2							8
TOTAL	22	10	22	20	23	29	16	14	6	162
% TOTAL	13,6%	6,2%	13,6%	12,3%	14,2%	17,9%	9,9%	8,6%	3,7%	100%

QUADRO 6 - DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DA SEDE EM FUNÇÃO DA ANTIGUIDADE

Relativamente à estrutura de antiguidade, verifica-se que 126 trabalhadores se encontram com um nível de antiguidade na Administração Pública inferior a 30 anos, sendo os níveis de antiguidade situados entre os 20 e os 24 anos e os 25 e 29 anos, que congregam um maior número de trabalhadores (52).

O escalão de “> 40 anos” representa 3,7% (6 trabalhadores) do total de efetivos, o que demonstra que existe uma perspetiva de saída de trabalhadores num médio/curto prazo, por efeitos de aposentação/reforma.

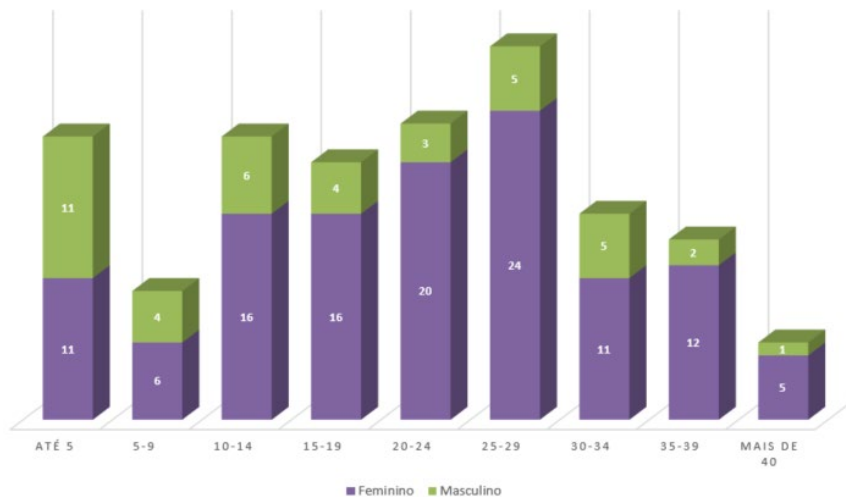


GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DA SEDE EM FUNÇÃO DA ANTIGUIDADE POR GÉNERO

Ora, efetuando uma análise por género, constata-se que é no intervalo entre os 25 e 29 anos que se situa a antiguidade em maior número no que diz respeito às mulheres (24), sendo que, relativamente aos homens, é o intervalo até 5 anos, que concentra um maior número (11).

3.1.8. DISTRIBUIÇÃO POR ESTRUTURA HABILITACIONAL

Do total de trabalhadores do Camões, I.P., verifica-se que 129 têm habilitações de nível superior, assumindo uma taxa de 79,6%, tendo-se verificado um aumento de 4,7% em relação ao ano de 2020.

GRUPO PESSOAL	4º ano	9º ano	11º ano	12º ano	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	TOTAL
Dirigente Superior						3	1		4
Dirigente Intermédio						13	6	1	20
Técnico Superior				1	1	72	17	2	93
Assistente Técnico		4	1	22		2	1		30
Assistente Operacional	1	1							2
Informático			1	2		2			5
Diplomata						4	4		8
TOTAL	1	5	2	25	1	96	29	3	162
% TOTAL	0,6%	3,1%	1,2%	15,4%	0,6%	59,3%	17,9%	1,9%	100%

QUADRO 7 - DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DA SEDE EM FUNÇÃO DO NÍVEL LITERÁRIO

Pelo quadro 7, comprova-se que o grau académico predominante é a licenciatura, representando pouco mais de metade do total de efetivos (59,3%). Segue-se o grau de mestre num universo de 29 efetivos, representando 17,9% do total de efetivos.

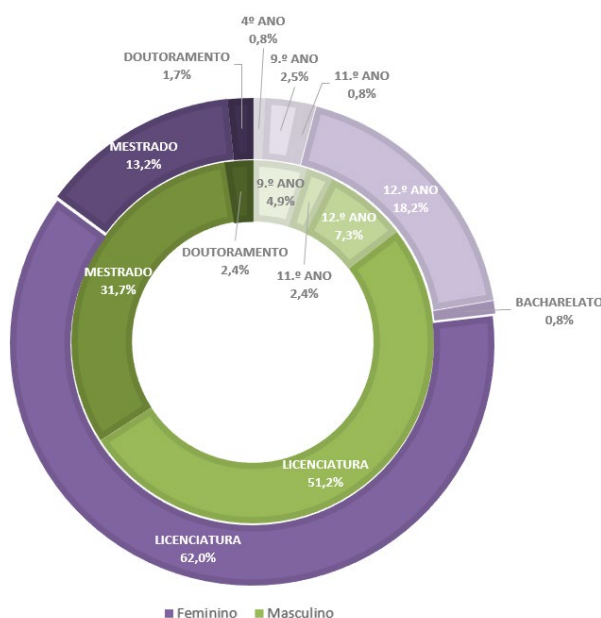


GRÁFICO 7 - PERCENTAGEM DE TRABALHADORES DA SEDE POR NÍVEL LITERÁRIO E GÉNERO

Ao analisarmos as habilitações por género, verifica-se que nos dois géneros, mais de 75% detêm uma habilitação superior e que à semelhança do ano anterior, a licenciatura continua a ser a habilitação predominante.

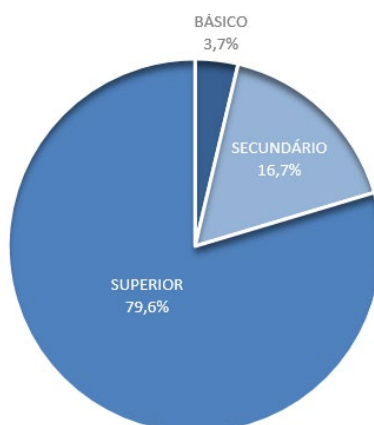


GRÁFICO 8 - PERCENTAGEM DE TRABALHADORES POR NÍVEL DE HABILITAÇÕES - SEDE

Importa, ainda, ressaltar que 79,6% dos trabalhadores que exercem funções no Camões, I.P detêm um nível de habilitação académico superior.

3.1.9. MOVIMENTAÇÕES DE TRABALHADORES

3.1.9.1. ADMITIDOS E REGRESSADOS

GRUPO PESSOAL	Procedimento concursal	Mobilidade	Comissão de serviço	Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental	Outras situações	TOTAL
Dirigente Superior						0
Dirigente Intermédio			7			7
Técnico Superior	5	13		1	5	24
Assistente Técnico	5	2			2	9
Assistente Operacional						0
Informático						0
Diplomata		7				7
TOTAL	10	22	7	1	7	47

QUADRO 8 - ADMISSÕES/REGRESSOS DOS TRABALHADORES DA SEDE

Em 2021, comparativamente com o ano transato, verificou-se um aumento de 12 trabalhadores no número total de entradas/regressos.

Analisando a totalidade de movimentos, por motivo de entrada/regresso, pode-se aferir que em termos gerais existiu um aumento em relação ao ano anterior, onde se conclui que em termos globais, a taxa de entrada em 2021 traduz-se em 29% perante 22,4% ocorrida em 2020.

3.1.9.2. SAÍDAS

GRUPO PESSOAL	Reforma/ Aposentação	Mobilidade	Conclusão sem sucesso do período experimental	Comissão de serviço	Denúncia (por iniciativa do trabalhador)	Limite de idade	Outras Situações	TOTAL
Dirigente Superior								0
Dirigente Intermédio							7	7
Técnico Superior	2	2	1	2			7	14
Assistente Técnico	1	2			4	1	9	17
Assistente Operacional							2	2
Informático								0
Diplomata							1	1
TOTAL	3	4	1	2	4	1	26	41

QUADRO 9 - SAÍDA DE TRABALHADORES DA SEDE

Em 2021, comparativamente com o ano anterior, verificou-se também um aumento (+5) no número total de saídas de trabalhadores, sendo 36 em 2020 perante 41 no ano 2021.

Em termos globais, a taxa de saída de trabalhadores em 2021 traduz-se em 25,3% perante a taxa de 23,1% aferida em 2020.

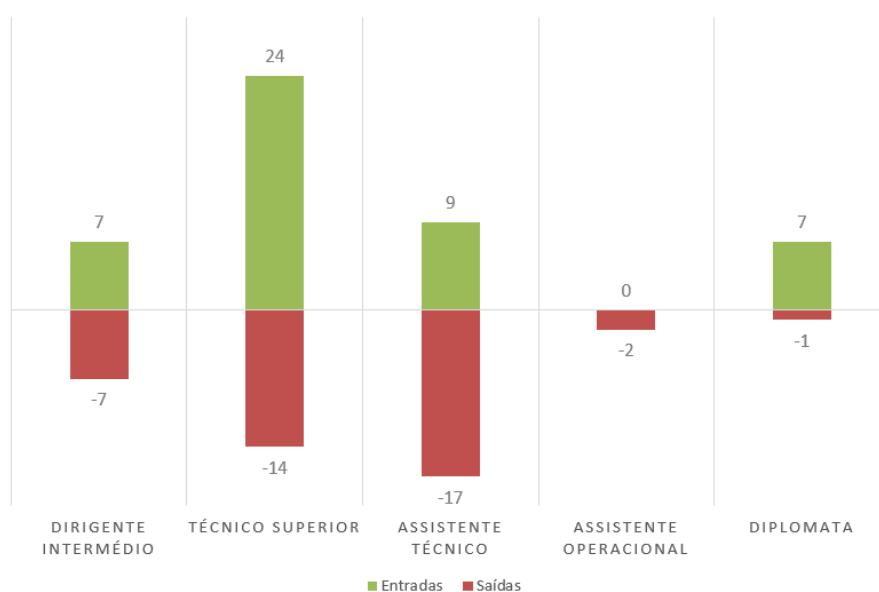


GRÁFICO 9 - MOVIMENTAÇÃO DE ADMISSÕES/REGRESSOS E SAÍDAS DOS TRABALHADORES DA SEDE

Nas entradas, importa destacar os respetivos motivos: *i)* o recrutamento de 10 trabalhadores selecionados no âmbito de procedimentos concursais; *ii)* o regresso de 2 trabalhadores que se encontravam em mobilidade noutro organismo público; *iii)* o regresso de 2 trabalhadores que se encontravam ausentes há mais de seis meses, por motivo de doença; *iv)* o recrutamento de 22 trabalhadores por recurso à mobilidade na categoria, *v)* 7 trabalhadores que foram designados, em regime de comissão de serviço, para o exercício de cargos dirigentes, *vi)* o regresso de um trabalhador em situação de licença sem remuneração.

No que respeita aos movimentos de saída (41 trabalhadores), verifica-se um aumento face ao ano anterior (36 trabalhadores) sendo a saída de assistentes técnicos a que regista o maior número, tal como se pode verificar no gráfico 9, seguida do grupo de técnico superior com 17 efetivos e 14 efetivos, respetivamente.

No que concerne aos motivos de saída, salienta-se como principais motivos a mobilidade interna para outros organismos da Administração Pública, cessações antecipadas de mobilidade, regresso ao serviço de origem. De referir, ainda, que 4 trabalhadores aposentaram-se, no ano de 2021, 2 na carreira de técnico superior e 2 na carreira de assistente técnico.

O ano 2021 registou assim, no mapa de pessoal do Camões, I.P., um equilíbrio entre o número de entradas e saídas, representando uma taxa de admissões na ordem dos 29% e uma taxa de saídas de 25,3%. Deste modo, comparando com o ano anterior, o índice de rotação⁴ diminuiu ligeiramente, traduzindo-se no ano 2021 num índice de rotação correspondente a 0,65, face ao ano 2020 em que o índice foi de 0,69.

De entre os movimentos observados no gráfico 9, importa ainda referir que se registaram, ao longo do ano, 13 consolidações de situações de mobilidade interna no mapa de pessoal do Camões, I.P. na carreira de técnico superior.

3.1.10. DISTRIBUIÇÃO POR MODALIDADES DE HORÁRIO

GRUPO PESSOAL	Flexível	Jornada Contínua	Isenção de Horário	TOTAL
Dirigente Superior			4	4
Dirigente Intermédio			20	20
Técnico Superior	77	16		93
Assistente Técnico	27	3		30
Assistente Operacional	2			2
Informático	4	1		5
Diplomata	8			8
TOTAL	118	20	24	162
% TOTAL	72,8%	12,3%	14,8%	100%

QUADRO 10 - MODALIDADES DE HORÁRIO POR GRUPO DE PESSOAL - SEDE

Conforme se pode constatar no gráfico 10, e à semelhança do ano anterior, a modalidade de horário de trabalho com maior representatividade no Camões, I.P. é o horário flexível, com plataformas fixas das 10:00h às 12:30h e das 15:00h às 16:30h, e onde mais de três quartos dos trabalhadores o pratica (72,8%), correspondendo a 118 trabalhadores.

⁴ N.º de trabalhadores em 31 de dezembro/N.º de trabalhadores em 1 de janeiro + Entradas + Saídas

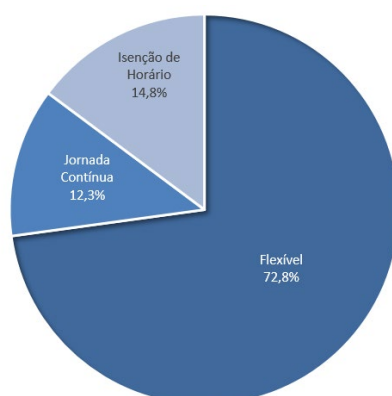


GRÁFICO 10 - MODALIDADES DE HORÁRIO DOS RECURSOS HUMANOS DA SEDE

Com o regime de jornada contínua, por motivo de assistência a menores, assistência a familiares doentes e/ou por doença própria, estão 20 trabalhadores, representando 12,3% do total de trabalhadores, verificando-se um ligeiro decréscimo em comparação com o ano anterior (-3%).

Importa mencionar que com Isenção de Horário de Trabalho estão os 24 dirigentes (superiores e intermédios).

3.1.11. TRABALHO SUPLEMENTAR

No decurso do ano 2021, foram efetuadas 3210 horas de trabalho extraordinário diurno.

GRUPO PESSOAL	Trabalho Suplementar Diurno	Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório	Trabalho em dias de descanso semanal complementar	Trabalho em dias feriados	TOTAL
Dirigente Superior					0:00:00
Dirigente Intermédio					0:00:00
Técnico Superior	191:29:00			7:23:00	191:29:00
Assistente Técnico	1694:22:00	175:45:00	525:30:00	223:07:00	1870:07:00
Assistente Operacional	1124:57:00				1124:57:00
Informático	24:21:00				24:21:00
Diplomata					0:00:00
TOTAL	3035:09:00	175:45:00	525:30:00	230:30:00	3210:54:00
% TOTAL	94,53%	5,47%	16,37%	7,18%	100%

QUADRO 11 - NÚMERO DE HORAS DE TRABALHO SUPLEMENTAR POR GRUPO DE PESSOAL – SEDE

Quanto à distribuição do trabalho suplementar realizado por grupo profissional, os Assistentes Operacionais são o grupo de pessoal que realizou o maior número de horas, correspondente a 58,2% do total de horas de trabalho suplementar.

3.1.12. ABSENTISMO

GRUPO PESSOAL	Proteção na Parentalidade	Falecimento Familiar	Doença	Por acidente em serviço ou doença profissional	Assistência a familiares	Trabalhador-Estudante	Por conta do período de férias	Greve	Outros	TOTAL
Dirigente Superior			2							2
Dirigente Intermédio		2	38							40
Técnico Superior	373	44	968		5		16,5	1	16	1423,5
Assistente Técnico	64	18	356	324			8	1	143	914
Assistente Operacional	30		12						31	73
Informático			88			9	3	2	3	105
Diplomata		2				1				3
TOTAL	467	66	1464	324	5	10	27,5	4	193	2560,5
% TOTAL	18,2%	2,6%	57,2%	12,7%	0,2%	0,4%	1,1%	0,2%	7,5%	100,0%

QUADRO 12 - NÚMERO DE DIAS DE AUSÊNCIA POR CARGO/CARREIRA E MOTIVO – SEDE

A taxa de absentismo global verificada em 2021 é de 6,2%, onde o número total de dias de ausência ao serviço durante o ano em referência foi de 2560,5 dias, o que representa um aumento de mais 1278,5 dias de ausência, em relação ao ano anterior (1282 dias).

Como podemos analisar no gráfico 11, as principais causas de ausência ao trabalho são as motivadas por doença (57,2%), proteção na parentalidade (18,2%) e por acidente em serviço (12,7%). As restantes faltas tiveram uma expressão pouco significativa no cômputo global das ausências.

Em termos globais, os técnicos superiores (55,6%) e os assistentes técnicos (35,7%) são os que contabilizam, em média e cumulativamente mais dias de ausência.

A taxa de absentismo por género revela uma maior taxa nas mulheres com 7,7%, em contraponto à taxa de 1,9% de absentismo relativa ao sexo masculino.

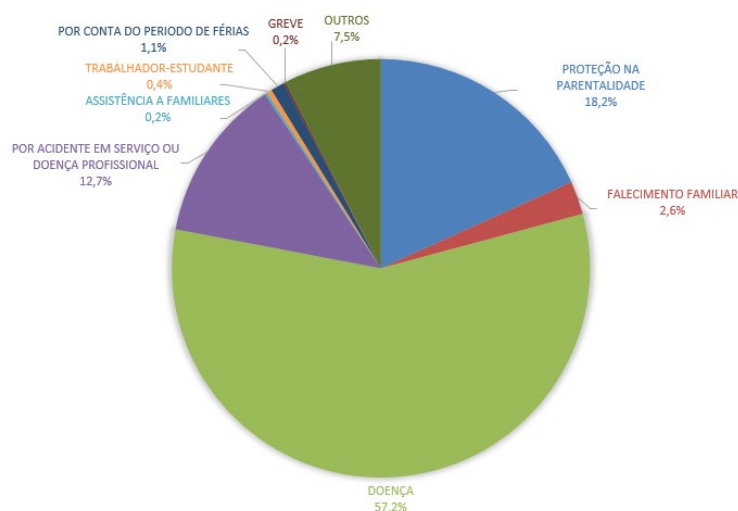


GRÁFICO 11 - PERCENTAGEM DE ABSENTISMO POR MOTIVO DOS RECURSOS HUMANOS DA SEDE

Pela análise do gráfico e à semelhança do ano anterior, verifica-se que, no decurso do ano de 2021, a doença continua a ser o motivo que justifica 57,2% das ausências.

3.1.13. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

3.1.13.1. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

A análise da estrutura remuneratória tem como período de referência o mês de dezembro de 2021 e as remunerações mensais base ilíquidas, mais os suplementos e/ou outros adicionais de natureza permanente (não estando incluídos os subsídios de refeição e outras prestações e/ou benefícios sociais).

Neste contexto, a estrutura remuneratória dos trabalhadores do Camões, I.P. encontra-se distribuída por género, da seguinte forma:

Escala de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500	6	2	8
501-1000 €	5	16	21
1001-1250 €	9	29	38
1251-1500 €	1	10	11
1501-1750 €	3	17	20
1751-2000€	3	10	13
2001-2250 €	4	15	19
2251-2500 €	0	4	4
2501-2750 €	1	3	4
2751-3000 €	6	9	15
3001-3250 €	0	0	0
3251-3500 €	1	4	5
3501-3750 €	0	0	0
3751-4000 €	1	1	2
4001-4250 €	0	1	1
4251-4500 €	0	0	0
4501-4750 €	0	0	0
4751-5000 €	0	0	0
5001-5250 €	1	0	1
TOTAL	41	121	162

QUADRO 13 - ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DOS RECURSOS HUMANOS DA SEDE POR GÉNERO

A remuneração mínima auferida pelos trabalhadores da Sede é de 665€ e a remuneração mais elevada corresponde a 5.150,14€, remunerações estas, auferidas respetivamente, por um trabalhador pertencente à carreira de assistente operacional e por um trabalhador que exerce, neste Instituto, o cargo de dirigente de nível superior.

O leque salarial⁵ ilíquido situou-se, em 2021, nos 7,74 face aos 7,98 no ano de 2020, motivado pelo aumento da Remuneração Mínima Mensal da Administração Pública.

Os escalões remuneratórios que abrangem o maior número de trabalhadores, num total de 38, correspondem ao escalão entre os 1.001,00€ e os 1.250,00€, representando 23,5% do total e o escalão entre os 501,00€ e os 1.000,00€, representando 13% (21 trabalhadores), à semelhança do ano anterior.

3.1.13.2. ENCARGOS ANUAIS

ENCARGOS COM PESSOAL	2019		Variação (2018-2019)	2020		Variação (2019-2020)	2021		Variação (2020-2021)
	Valor (Euros)	%		Valor (Euros)	%		Valor (Euros)	%	
Remuneração Base(*)	3 103 800,35 €	63,05%	-355 615,03 €	3 889 188,20 €	74,05%	785 387,85 €	3 855 802,75 €	73,68%	-33 385,45 €
Suplemento Remuneratórios	130 827,79 €	2,66%	8 239,20 €	132 799,26 €	2,53%	1 971,47 €	160 508,95 €	3,07%	27 709,69 €
Prestações Sociais	177 095,01 €	3,60%	-13 154,10 €	203 771,10 €	3,88%	26 676,09 €	249 255,32 €	4,76%	45 484,22 €
Outros Encargos com Pessoal	1 511 236,45 €	30,70%	567 971,57 €	1 026 106,18 €	19,54%	-485 130,27 €	967 368,34 €	18,49%	-58 737,84 €
TOTAL	4 922 959,60 €	100%	207 441,64 €	5 251 864,74 €	100%	328 905,14 €	5 232 935,36 €	100%	-18 929,38 €

(*) inclui o subsídio de férias e o subsídio de Natal

QUADRO 14 - VARIAÇÃO DOS ENCARGOS COM OS TRABALHADORES DA SEDE (2019-2021)

Do total dos encargos com os trabalhadores da Sede no ano 2021, 73,68% incidiu na remuneração base, com um valor percentual ligeiramente inferior ao verificado no ano transato, que se situava nos 74,05%. Deste modo, verifica-se que, em termos globais de encargos com remunerações, em euros, se regista um decréscimo de menos 33.385,45€ face ao ano anterior. O valor com *outros encargos com pessoal* também sofreu um decréscimo em relação ao ano anterior de menos 58.737,84€.

Analisando o quadro 14, podemos referir que em termos globais, os encargos totais com o pessoal da Sede, comparando com o ano anterior, registou um aumento significativo de (-) 18.929,38€, correspondendo a uma variação de (-) 0,38%.

3.1.14. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Em 2021 registou-se um acidente de trabalho nos trabalhadores da Sede, que ocorreu no local de trabalho dando origem a uma incapacidade temporária para o trabalho. Podemos aferir que o número de acidentes de trabalho ocorridos em 2021 foi inferior ao do ano transato, situando-se a taxa de incidência de acidentes de trabalho nos 0,62% sobre o total de trabalhadores do mapa de pessoal da Sede.

⁵ Maior Remuneração Base Ilíquida/ Menor Remuneração Base Ilíquida

3.1.15. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

	Planeado	Executado	Indicadores de Execução (%)
N.º total de Ações	83	72	86,75%
N.º de Horas de Formação (Duração)	1984	1571	79,18%
N.º de Participações	330	283	85,76%
Volume de Formação (Horas Formativas)	4620	3580	77,49%
Total de Encargos com o Plano de Formação	34 305,49 €	21 273,48 €	62,01%

QUADRO 15 - INDICADORES DE EXECUÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO DA SEDE

Durante o ano de 2021, foram realizadas 72 ações de formação das 83 ações planeadas, o que se traduziu numa taxa de execução de 86,75%. Daqui resultou um total de 1571 horas de formação associadas a 283 participações e a um volume de 3580 horas de formação.

Foram, ainda, realizadas 13 ações extraplano, maioritariamente desenvolvidas na modalidade *online* e sem custos associados, que abrangeram 40 participações e um volume de 816,50 horas de formação.

	Ano			Variação 2019-2020	Variação 2020-2021
	2019	2020	2021		
N.º de participantes	69	33	116	-52,17%	251,52%
N.º de ações	67	37	72	-44,78%	94,59%
Volume de Formação	2121	1541	3580	-27,35%	132,32%
N.º de participações	125	55	283	-56,00%	414,55%
Encargos	16 867,74 €	6 429,20 €	21 273,48 €	-61,88%	230,89%

QUADRO 16 - VARIAÇÃO DOS INDICADORES DE EXECUÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL (2019-2021)

Comparando os anos de 2020 e 2021, verifica-se um substancial aumento do número de ações realizadas, assim como de um número de participações que, consequentemente, originou um considerável aumento do volume de horas de formação e dos encargos associados, devido à retoma da oferta da atividade formativa por parte das entidades formativas e, principalmente, pelo facto de a grande maioria das ações terem sido realizadas na modalidade *online*.

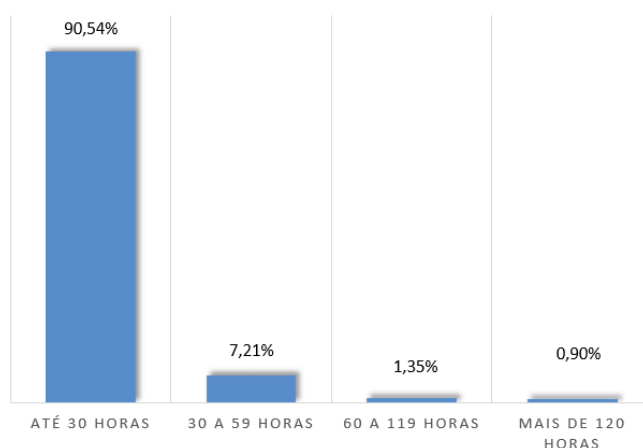


GRÁFICO 12- PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÕES POR TIPO DE AÇÃO, SEGUNDO A DURAÇÃO

A maioria das ações de formação registaram uma duração inferior a 30 horas (90,54%), seguindo-se as ações entre as 30 e as 59 horas (7,21%).

Como podemos constatar, as ações de formação com uma duração inferior a 30 horas continuam a ser as ações com o maior número de participações.

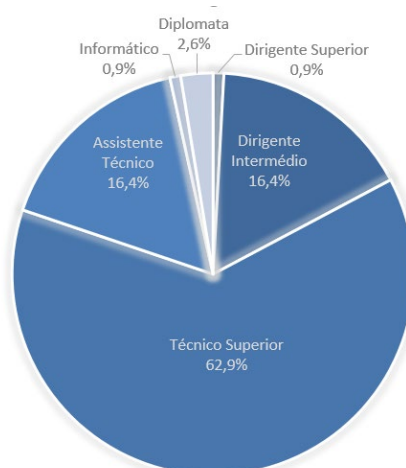


GRÁFICO 13 - PERCENTAGEM DE PARTICIPANTES POR CARGO/CARREIRA

Relativamente às participações por cargo/carreira, a categoria técnico superior registou a maior percentagem (62,9%), seguindo-se com igual percentagem, o cargo de dirigente intermédio e a categoria de assistente técnico (16,4%).

3.1.16. RELAÇÕES PROFISSIONAIS

Apesar de não existir no Camões, I.P. uma comissão de trabalhadores, verifica-se que 11 trabalhadores são sindicalizados.

3.1.17. DISCIPLINA

Durante o ano 2021, foi registado 1 processo disciplinar, que transitou para o ano seguinte.

3.1.18. PAINEL DE INDICADORES SEDE

INDICADORES		2019	2020	2021
EFETIVOS	Taxa de Enquadramento (Nº dirigentes/nº trabalhadores*100)	14,65%	15,38%	14,81%
	Taxa de Enquadramento Feminino (Nº dirigentes género feminino/nº trabalhadores*100)	8,28%	10,90%	8,02%
	Taxa de Feminização (Nº trabalhadores género feminino/nº trabalhadores*100)	73,89%	76,92%	74,69%
	Taxa de Tecnicidade (Nº trabalhadores Técnicos Superiores/nº trabalhadores*100)	53,50%	53,21%	57,41%
	Taxa de Absentismo	5,67%	3,25%	6,25%
	Leque Salarial Iliquido	8,70	7,98	7,74
	Taxa de Pessoal Assistente Técnico	24,84%	24,36%	18,52%
	Taxa de Pessoal Operacional	1,27%	2,56%	1,23%
	Taxa de Pessoal Informática	3,18%	3,21%	3,09%
ESTRUTURA HABILITACIONAL	Taxa de Habilitação Superior (Nº trabalhadores com instrução superior/nº trabalhadores*100)	73,25%	75,00%	79,63%
	Taxa de Habilitação Básica	5,73%	5,77%	3,70%
	Taxa de Habilitação Secundária	20,38%	19,23%	16,67%
	Taxa de Habilitação Superior (Bacharelato e Licenciatura)	52,87%	55,13%	59,88%
	Taxa de Habilitação Superior (Mestrado e Doutoramento)	21,02%	19,87%	19,75%
ESTRUTURA ETÁRIA	Leque Etário (Idade do trabalhador mais idoso/Idade do trabalhador mais jovem)	2,34	2,46	2,52
	Taxa de Envelhecimento (Nº trabalhadores com idade > 55 anos/nº trabalhadores*100)	36,94%	32,69%	32,10%
	Nível Etário dos 20 aos 29 anos	1,91%	0,64%	2,47%
	Nível Etário dos 30 aos 34 anos	3,18%	3,85%	3,09%
	Nível Etário dos 35 aos 39 anos	8,92%	10,90%	9,26%
	Nível Etário dos 40 aos 44 anos	12,74%	10,90%	15,43%
	Nível Etário dos 45 aos 49 anos	26,11%	25,00%	24,69%
	Nível Etário dos 50 aos 54 anos	14,65%	16,03%	12,96%
ANTIGUIDADE	Nível de antiguidade até 5 anos	8,28%	9,62%	13,58%
	Nível de antiguidade com 5 a 14 anos	16,56%	19,23%	19,75%
	Nível de antiguidade com 15 a 24 anos	35,03%	28,21%	26,54%
	Nível de antiguidade com 25 a 34 anos	26,11%	31,41%	27,78%
	Nível de antiguidade com 35 anos ou mais anos	24,20%	11,54%	12,35%

3.2. RECURSOS HUMANOS – REDE EXTERNA

3.2.1. REDE DE ENSINO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO

3.2.1.1. DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES

A rede de ensino português no estrangeiro (Rede EPE) conta em 31 de dezembro de 2021 com um total de 383⁶ docentes, dos quais 48 desempenham o cargo de leitor e 335 o cargo de professor, vinculados ao Camões, I.P. da seguinte forma: 363 em Comissão de Serviço no âmbito da LTFP e 20 por Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo.

A 31 de dezembro de 2021 encontravam-se 6 professores ausentes há mais de 6 meses.

No cômputo dos 383 docentes que pertencem à Rede EPE, importa referir que 11 exercem o cargo de Coordenador e 9 o cargo de Adjunto de Coordenação, nomeados em regime de comissão de serviço, encontrando-se distribuídos pelas seguintes Coordenações de Ensino:

Continente	País	Coordenador	Adjunto de Coordenação
ÁFRICA	África do Sul, Namíbia, Suazilândia e Zimbabué	1	1
AMÉRICA	Venezuela	1	0
	Canadá	1	0
	EUA	1	2
EUROPA	Alemanha	1	0
	Espanha e Andorra	1	0
	França	1	2
	Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos	1	2
	Reino Unido e Ilhas do Canal	1	1
	Suíça	1	1
OCEÂNIA	Austrália	1	0
TOTAL		11	9

QUADRO 17- DISTRIBUIÇÃO DOS COORDENADORES E ADJUNTOS DE COORDENAÇÃO PELAS COORDENAÇÕES DE ENSINO DA REDE EPE

A Venezuela, Canadá, Alemanha, Espanha e Andorra e Austrália são as áreas de coordenação onde exercem funções apenas um coordenador. Todas as outras áreas de coordenação encontram-se representadas, em geral, por um coordenador e um adjunto de coordenação, à exceção da área de Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos, França e Estados Unidos da América que detêm um coordenador e dois adjuntos.

⁶ De acordo com as instruções veiculadas pela DGAEP, no Balanço Social não devem ser considerados trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Continente	Leitor	Professor	Total
África	18	14	32
América	8	5	13
Ásia	3	0	3
Europa	19	315	334
Oceânia	0	1	1
Total	48	335	383

QUADRO 18 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS POR CARGO/CATEGORIA DA REDE EPE

Compete ao Camões, I.P. coordenar a atividade dos docentes de língua e cultura portuguesas no estrangeiro e promover a interação entre vários níveis e modalidades de ensino, fomentando o ensino do português como língua não materna a estrangeiros nos currículos e sistemas de ensino em países onde existem comunidades de língua portuguesa. Neste sentido, os docentes da rede EPE encontram-se distribuídos da seguinte forma:

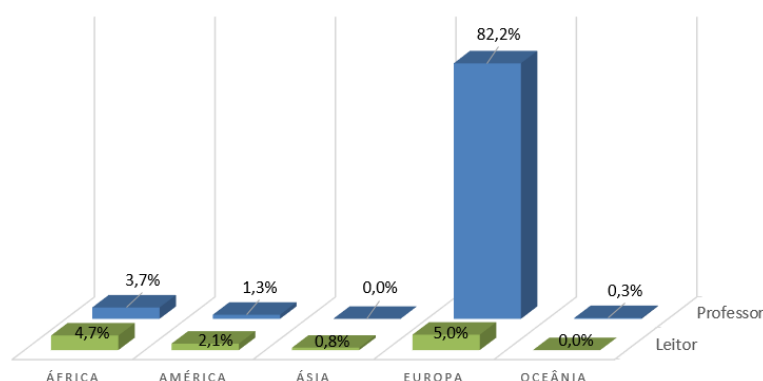


GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA REDE EPE POR CONTINENTE

Tal como podemos observar através do gráfico, é predominante a representação do Ensino Português na Europa, com 87,2%, que se encontram distribuídos pelos seguintes países:

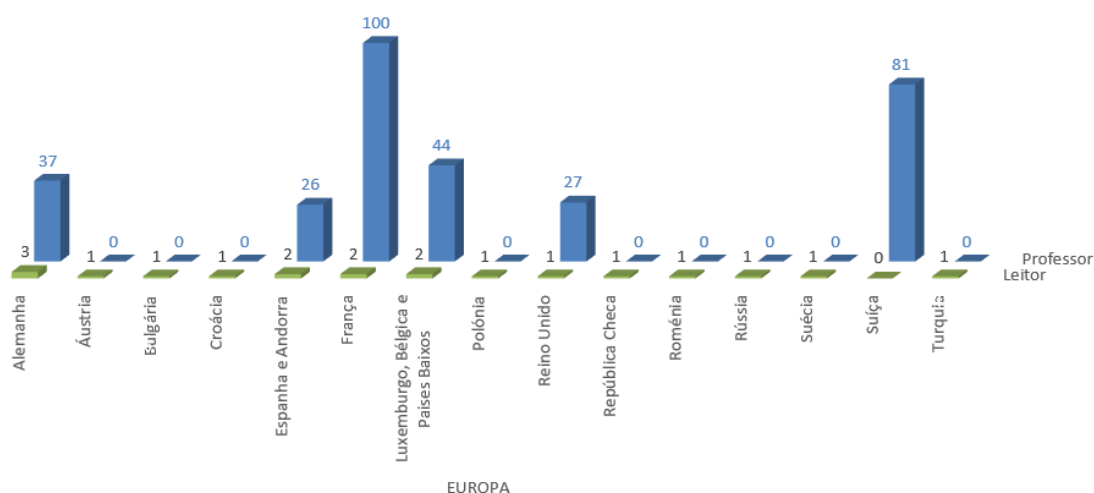


GRÁFICO 15 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA REDE EPE NA EUROPA

Sendo na Europa o ponto onde se concentra o maior número de docentes (87,2%), os países que mais se destacam são: a França (30,5%); seguindo-se a Suíça (24,3%); e em terceiro lugar Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos (13,8%). Estes dados vêm confirmar a aposta na promoção da língua e cultura portuguesas nos países, por parte do Camões, I.P. onde a comunidade portuguesa é mais significativa.

Relativamente aos docentes que se encontram a exercer funções fora da Europa (12,8% do total de efetivos) encontram-se distribuídos da seguinte forma:

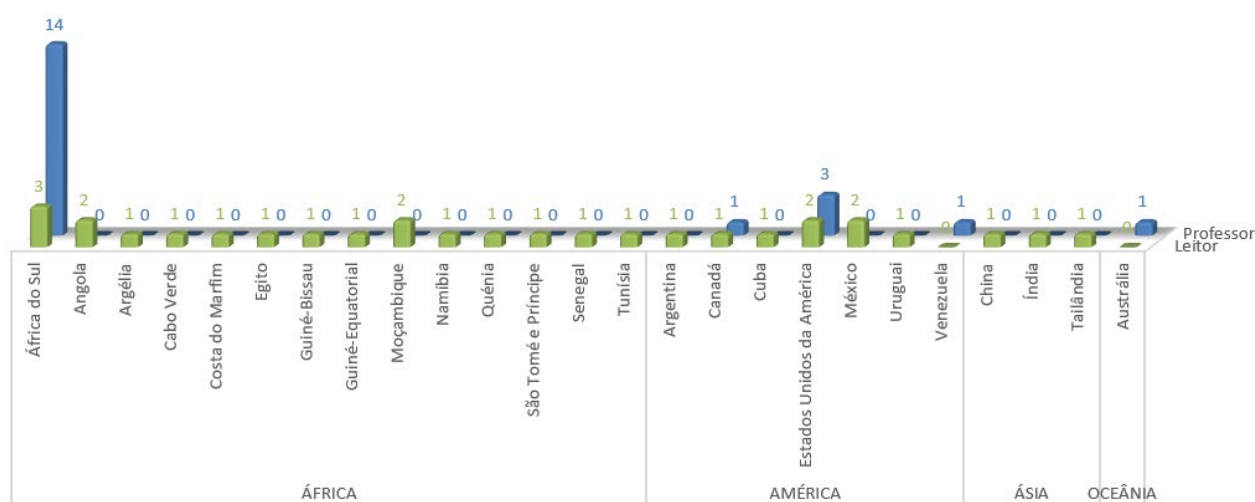


GRÁFICO 16 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA REDE EPE FORA DA EUROPA

Ao analisarmos o gráfico 16, podemos observar que é no Continente Africano que se encontram em maior número os docentes do ensino português no estrangeiro, representando um total de 18 leitores e 14 professores.

Cargo	2019	2020	2021
Leitor	47	49	48
Professor	332	341	335
Total	379	390	383
Taxa de Variação Anual	-1,04%	2,90%	-1,79%

QUADRO 19 - EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA REDE EPE/ TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL (2019-2021)

Analisando o quadro 19, verifica-se que em relação à variação da taxa anual da rede de ensino português no estrangeiro, em 2021, houve um decréscimo de 7 docentes (-1,79%), face ao ano de 2020.

3.2.1.2. DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO

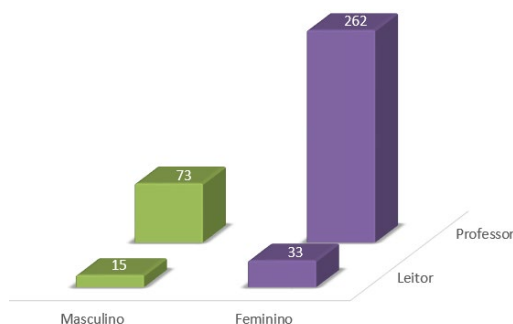


GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA REDE EPE POR GÉNERO E CARGO

Do total dos 383 docentes pertencentes à rede de ensino português no estrangeiro, 295 são femininos e 88 masculinos. A estes valores corresponde uma taxa de feminização de 77%, verificando-se um ligeiro aumento em relação ao ano de 2020 de mais 1,56%.

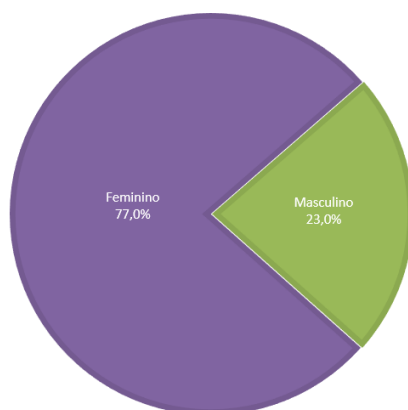


GRÁFICO 18 - PERCENTAGEM DA RELAÇÃO MASCULINO/FEMININO DOS RECURSOS HUMANOS DA REDE EPE

À semelhança de anos anteriores, o género feminino continua a ser o que regista uma maior representação, agrupando 68,8% do total de efetivos do cargo de leitor e 78,2% do total de efetivos respeitantes aos professores, tendo-se registado uma diminuição, relativamente ao ano de 2020, da representatividade feminina de (-) 3,6% no caso dos leitores e de (-) 1% no caso dos professores.

3.2.1.3. DISTRIBUIÇÃO POR ESTRUTURA ETÁRIA

GRUPO PESSOAL	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	TOTAL
Leitor	0	1	6	13	8	6	4	8	2	48
Professor	5	2	31	91	84	50	34	23	15	335
TOTAL	5	3	37	104	92	56	38	31	17	383
% TOTAL	1,3%	0,8%	9,7%	27,2%	24,0%	14,6%	9,9%	8,1%	4,4%	100%

QUADRO 20 - DISTRIBUIÇÃO DE DOCENTES POR ESCALÃO ETÁRIO

Da análise efetuada ao quadro 20, permite-nos concluir que a média etária mais elevada encontra-se na faixa etária entre os 40 e os 44 anos nos professores e nos leitores, representando, respetivamente, uma taxa face ao total de efetivos de 27,2% (91 professores) e 27,1% (13 leitores).

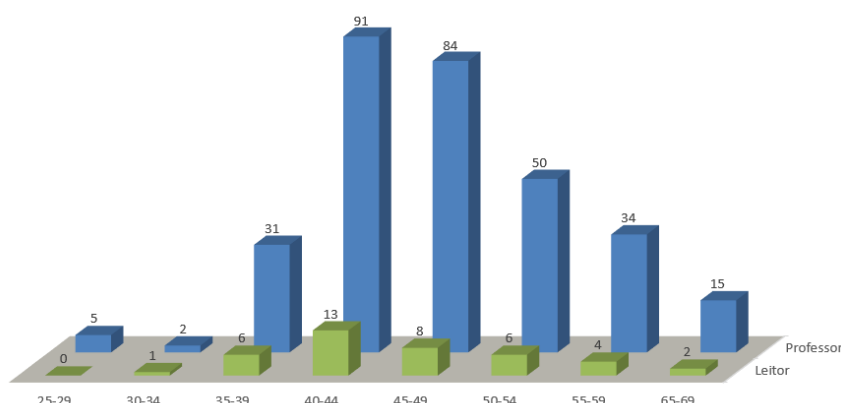


GRÁFICO 19 - NÚMERO DE DOCENTES DA REDE EPE POR ESTRUTURA ETÁRIA

Ao analisarmos o índice de envelhecimento da rede de ensino português no estrangeiro, verifica-se no ano de 2021, um ligeiro aumento de trabalhadores com mais de 55 anos (22,5%), mais 0,7% em relação ao ano anterior. Ao analisarmos o índice de envelhecimento por cargo, pode-se constatar que o mesmo aumentou tanto nos professores (21,5%), como nos leitores (29,2%), correspondendo a um aumento de (+)0,1% e (+)4,7% respetivamente, em relação ao ano anterior.

3.2.1.4. DISTRIBUIÇÃO POR ESTRUTURA HABILITACIONAL

Habilitação Literária	Masculino	% M	Feminino	% F	TOTAL	% TOTAL
Bacharelato	0	0,0%	4	1,0%	4	1,0%
Licenciatura	75	19,6%	232	60,6%	307	80,2%
Mestrado	10	2,6%	43	11,2%	53	13,8%
Doutoramento	3	0,8%	16	4,2%	19	5,0%
TOTAL	88	23,0%	295	77%	383	100%

QUADRO 21 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES DA REDE EPE POR NÍVEL LITERÁRIO E GÉNERO

Relativamente ao nível de escolaridade, a licenciatura é o grau académico mais predominante nos docentes da rede de ensino português no estrangeiro, correspondendo a 80,2%, valor ligeiramente inferior ao ano anterior (-0,6%).

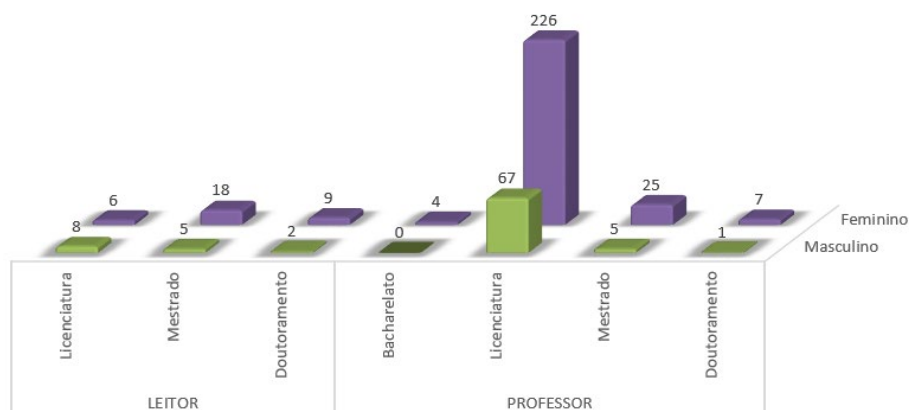


GRÁFICO 20 - NÍVEL LITERÁRIO DOS DOCENTES DA REDE EPE

Ao analisarmos as habilitações literárias por género, no caso dos professores, podemos verificar que a licenciatura é o grau académico predominante em ambos os sexos, com 19,6% para os homens e 60,6% para as mulheres. Contudo, ao nível dos leitores existe um maior número de mulheres com o grau académico de mestrado (54,5%) do que com licenciatura (18,2%), sendo que nos homens a licenciatura é o grau académico mais verificado (53,3%).

3.2.1.5. MOVIMENTAÇÃO DE DOCENTES

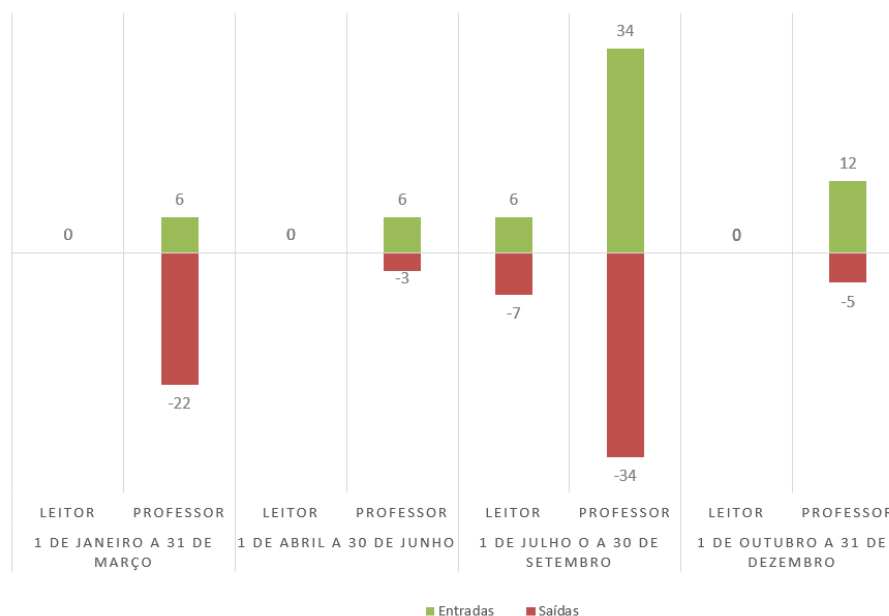


GRÁFICO 21 - MOVIMENTAÇÃO DE ADMISSÕES E SAÍDAS DOS DOCENTES DA REDE EPE POR TRIMESTRE

Como podemos observar é no terceiro trimestre que se regista a maior movimentação de entradas e saídas, período que coincide com o início e fim do ano letivo no hemisfério norte, onde a representatividade docente é maior.

Podemos concluir que no ano 2021, verificou-se a entrada de 6 leitores e 58 professores e a saída de 7 leitores e 64 professores da Rede EPE.

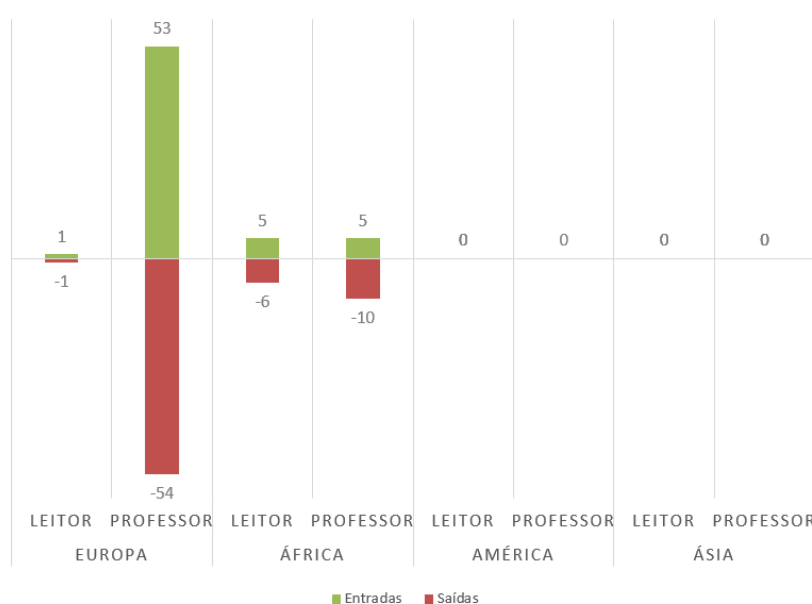


GRÁFICO 22 - MOVIMENTAÇÃO DE ADMISSÕES E SAÍDAS DOS DOCENTES DA REDE EPE POR CONTINENTE

É na Europa que incide o maior número de postos de trabalho da rede do ensino de português no estrangeiro, ao nível dos professores. Por essa razão, justifica-se o maior número de movimentos neste continente.

No que respeita aos motivos de saída dos docentes da Rede EPE, podemos referir que os leitores saíram por cessação do regime de comissão de serviço e caducidade do contrato, sendo que a maior parte dos professores cessaram funções por motivo de caducidade do contrato e cessação por mútuo acordo.

3.2.1.6. ABSENTISMO

Motivos de Ausências	Cargo				TOTAL
	Leitor		Professor		
	M	F	M	F	
Proteção na Parentalidade	25		30	1121	1176
Falecimento de Familiar		10	7	55	72
Doença		88	789	3283	4160
Acidente em Serviço				140	140
Assistência a Familiares		17	15	118	150
Injustificadas				1	1
Por Conta do Período de Férias			42,5	226	268,5
Outros	1	32	24	963	1020
TOTAL	26	147	907,5	5907	6987,5

QUADRO 22 - NÚMERO DE DIAS DE AUSÊNCIA POR CARGO E MOTIVO DE AUSÊNCIAS - REDE EPE

Relativamente à análise do absentismo por género, podemos verificar que são as professoras que contabilizam o maior número de dias de ausência no ano em apreço, no total de 3283 dias, por motivo de doença.

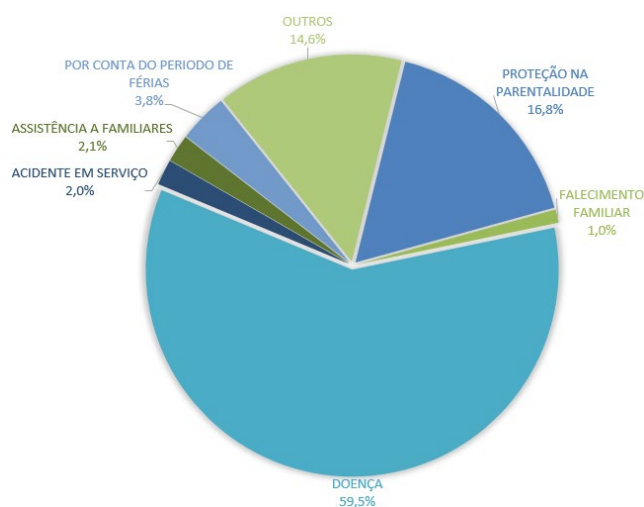


GRÁFICO 23 - PERCENTAGEM DE ABSENTISMO DOS RECURSOS HUMANOS DA REDE EPE

O número total de dias de ausência foi de 6987,5, sendo as faltas por motivo de doença (59,5%) as de maior prevalência, seguindo-se as faltas no âmbito da proteção da parentalidade (16,8%) e as faltas por outros motivos, que correspondem a 14,6%.

Comparando o ano de 2021 com o ano 2020, verifica-se um acentuado aumento no total de dias de ausência (+1982 dias).

3.2.1.7. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

3.2.1.7.1. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

A análise da estrutura remuneratória tem como período de referência o mês de dezembro e as remunerações mensais base ilíquidas (com suplementos e/ou outros adicionais de natureza permanente).

Neste contexto, a estrutura remuneratória da Rede EPE do Camões, I.P. encontra-se distribuída por género da seguinte forma:

Escala de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
1501-1750 €	3	9	12
1751-2000€	7	19	26
2001-2250 €	3	6	9
2251-2500 €	3	8	11
2501-2750 €	0	1	1
2751-3000 €	4	17	21
3001-3250 €	4	10	14
3251-3500 €	22	75	98
3501-3750 €	6	43	50
3751-4000 €	9	24	33
4001-4250 €	6	15	21
4251-4500 €	0	0	0
4501-4750 €	9	49	58
4751-5000 €	0	0	0
5001-5250 €	6	14	20
5251-5500 €	1	2	3
5501-5750 €	1	1	2
5751-6000 €	1	0	1
Mais de 6000 €	3	2	5
Total	88	295	383

QUADRO 23 - ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DA REDE EPE POR GÉNERO

O escalão remuneratório que abrange o maior número de docentes, num total de 97, é o que se encontra entre os 3251€ e os 3500€, circunscrevendo 22 homens e 75 mulheres, representando 25,3% do total de efetivos.

A remuneração auferida a tempo completo mais elevada corresponde aos docentes que exercem funções na área consular da Suíça, que ascende ao valor de 7.532,80€. Por sua vez, a remuneração mais baixa, corresponde ao valor de 1.641,74€.

3.2.1.7.2. TOTAL DOS ENCARGOS ANUAIS

Encargos com Pessoal	2019		Variação (2018-2019)	2020		Variação (2019-2020)	2021		Variação (2020-2021)
	Valor (Euros)	%		Valor (Euros)	%		Valor (Euros)	%	
Remuneração Base(*)	15 708 259,84 €	62,31%	-2 568 135,73 €	18 398 736,63 €	73,07%	2 690 476,79 €	18 293 727,57 €	72,99%	-105 009,06 €
Suplemento Remuneratórios	1 142 908,95 €	4,53%	951 699,25 €	892 913,62 €	3,55%	-249 995,33 €	1 113 495,63 €	4,44%	220 582,01 €
Prestações Sociais	495 952,86 €	1,97%	68 341,75 €	718 992,55 €	2,86%	223 039,69 €	755 199,25 €	3,01%	36 206,70 €
Outros Encargos com Pessoal	7 863 342,79 €	31,19%	2 851 357,74 €	5 167 436,94 €	20,52%	-2 695 905,85 €	4 899 943,81 €	19,55%	-267 493,13 €
Total	25 210 464,44 €	100%	1 303 263,01 €	25 178 079,74 €	100%	-32 384,70 €	25 062 366,26 €	100%	-115 713,48 €

QUADRO 24 - VARIAÇÃO DOS ENCARGOS COM OS DOCENTES DA REDE EPE (2019-2021)

Do total dos encargos com os docentes da rede do ensino português no estrangeiro no ano 2021, 72,99% incidiu na remuneração base, que em proporção com a verificada no ano anterior, em termos globais, representa um ligeiro decréscimo (-0,08%).

A taxa dos *outros encargos com pessoal* sofreram um decréscimo em relação ao ano transato de menos 267.493,13€ no cômputo total.

Conforme podemos constatar ao analisar o quadro 24, em termos de encargos totais da Rede EPE, face ao ano anterior, existiu uma ligeira variação correspondente a (-)0,46%.

3.2.1.8. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

No ano de 2021, em termos de acidentes de trabalho verificaram-se duas ocorrências no local de trabalho, com incapacidade para o serviço superior a 30 dias.

3.2.1.9. PAINEL DE INDICADORES

INDICADORES - REDE EPE	2019	2020	2021
Taxa de Leitores	12,40%	12,56%	12,53%
Taxa de Professores	87,60%	87,44%	87,99%
Taxa de Feminização Leitores	70,21%	69,39%	68,75%
Taxa de Feminização Professores	77,11%	77,13%	78,21%
Leque Salarial Iliquido	5,47	5,47	4,59
Taxa de Habilitação Superior (Bacharelato e Licenciatura)	81,27%	82,05%	81,72%
Taxa de Habilitação Superior (Mestrado)	13,98%	12,82%	13,84%
Taxa de Habilitação Superior (Doutoramento)	4,75%	5,13%	4,96%
Nível de Ensino Português no Estrangeiro Superior - África	34,04%	32,65%	37,50%
Nível de Ensino Português no Estrangeiro Superior - América	17,02%	16,33%	16,67%
Nível de Ensino Português no Estrangeiro Superior - Ásia	8,51%	8,16%	6,25%
Nível de Ensino Português no Estrangeiro Superior - Europa	40,43%	38,78%	39,58%
Nível de Ensino Português no Estrangeiro Básico e Secundário - África	4,22%	4,11%	4,18%
Nível de Ensino Português no Estrangeiro Básico e Secundário - América	1,51%	1,47%	1,49%
Nível de Ensino Português no Estrangeiro Básico e Secundário - Europa	93,98%	91,50%	94,63%
Nível de Ensino Português no Estrangeiro Básico e Secundário - Oceânia	0,30%	0,29%	0,30%
Leque Etário	2,88	2,72	2,56
Taxa de Envelhecimento	19,26%	21,79%	22,45%
Nível Etário dos 25 aos 29 anos	1,58%	1,03%	1,31%
Nível Etário dos 30 aos 34 anos	3,17%	1,03%	0,78%
Nível Etário dos 35 aos 39 anos	20,84%	9,49%	10,18%
Nível Etário dos 40 aos 44 anos	25,33%	27,95%	27,15%
Nível Etário dos 45 aos 49 anos	18,73%	24,36%	24,02%
Nível Etário dos 50 aos 54 anos	10,82%	14,36%	14,62%

3.2.2. AGENTES DE COOPERAÇÃO (AC'S)

Os agentes de cooperação portuguesa, nos termos estabelecidos na Lei n.º 13/2004, de 14 de abril, na sua atual redação, têm como funções, nomeadamente, prestar apoio administrativo e financeiro aos Serviços de Cooperação das Embaixadas de Portugal, bem como, ao acompanhamento dos Programas/Projetos/Ações de cooperação para o desenvolvimento, tendo idênticas e semelhantes funções independentemente do local da prestação.

3.2.2.1. DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES

Os agentes de cooperação contam em 31 de dezembro de 2021 com um total de 117 colaboradores, que se encontram vinculados ao Camões, I.P. por Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo.

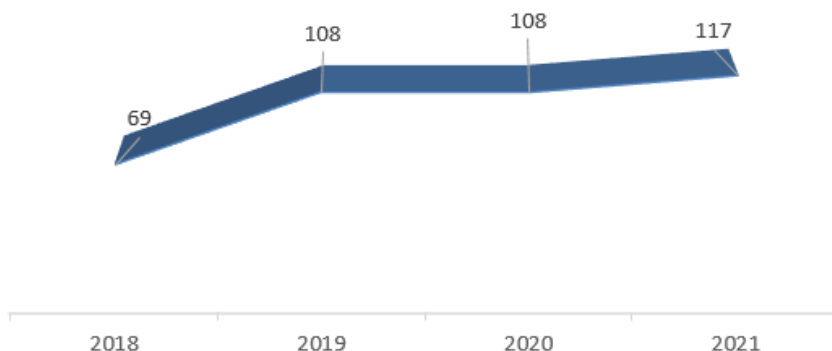


GRÁFICO 24 - EVOLUÇÃO DO Nº DE AGENTES DE COOPERAÇÃO 2018-2021

Pela análise do gráfico, podemos verificar que entre 2019 e 2020, o número de agentes de cooperação não teve qualquer alteração, verificando-se em 2021 um ligeiro aumento.

Os agentes de cooperação encontram-se distribuídos pelos seguintes países:

Direção de Serviço/ País	DS Cooperação Bilateral	DS Cooperação Multilateral e Europeia	DS Planeamento e Gestão	TOTAL
Portugal - Serviços Centrais	0	14	7	21
Angola	4	18	1	23
Cabo Verde	2	2	0	4
Colômbia	1	0	0	1
Guiné-Bissau	4	5	0	9
Moçambique	3	2	0	5
Nigéria	0	1	0	1
São Tomé e Príncipe	3	1	0	4
Senegal	1	0	0	1
Timor-Leste	29	19	0	48
TOTAL	47	62	8	117

QUADRO 25 - DISTRIBUIÇÃO DE AGENTES DE COOPERAÇÃO POR UNIDADE ORGÂNICA E PAÍS

Como podemos verificar, 53% dos agentes de cooperação estão alocados a projetos da Direção de Serviço de Cooperação Multilateral e Europeia (DSCME), onde o seu maior número encontra-se a desempenhar funções em Angola (18).

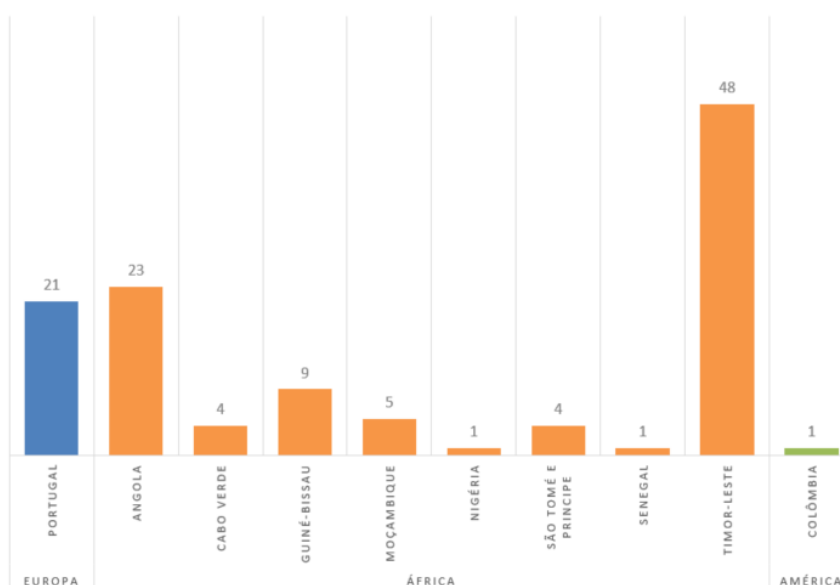


GRÁFICO 25 - DISTRIBUIÇÃO DE AGENTES DE COOPERAÇÃO POR PAÍS E CONTINENTE

Tal como podemos observar através do gráfico acima, onde é mais predominante o desempenho de funções de agentes de cooperação é no Continente Africano (81,2%), seguido na Europa (17,9%).

3.2.2.2. DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO

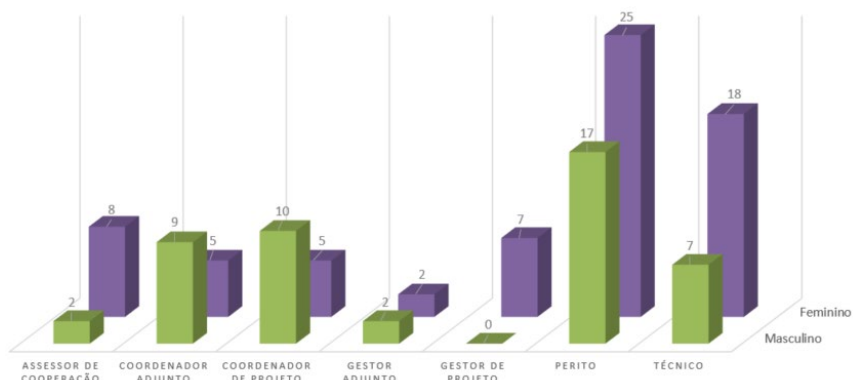


GRÁFICO 26 - DISTRIBUIÇÃO DE AGENTES DE COOPERAÇÃO POR CATEGORIA E GÉNERO

Do total dos 117 agentes de cooperação, 70 são femininos e 47 são masculinos, a que corresponde uma taxa de feminização de 59,8%. Também podemos verificar que a categoria de Perito é aquela onde se concentra o maior número e representa 35,9% dos agentes de cooperação.

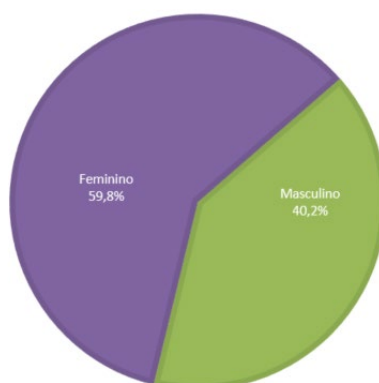


GRÁFICO 27 - PERCENTAGEM DA RELAÇÃO MASCULINO/FEMININO DOS AGENTES DE COOPERAÇÃO

3.2.2.3. DISTRIBUIÇÃO POR ESTRUTURA ETÁRIA

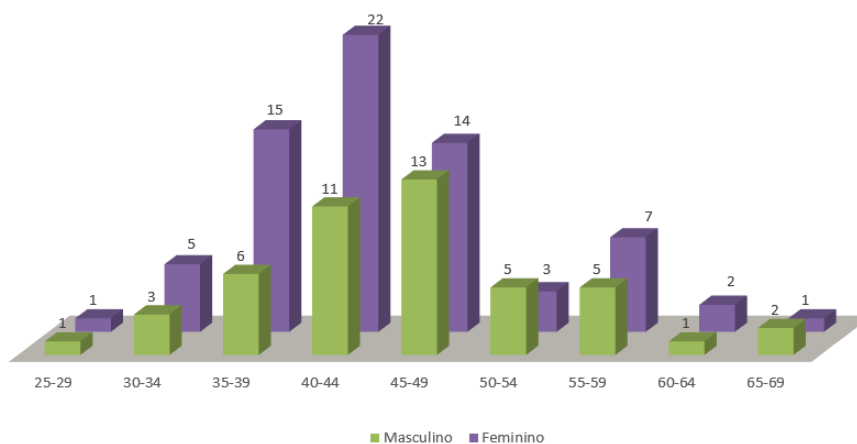


GRÁFICO 28 - DISTRIBUIÇÃO DE AGENTES DE COOPERAÇÃO POR ESTRUTURA ETÁRIA

Pela análise do gráfico, permite-nos concluir que o escalão etário mais elevado encontra-se na faixa etária entre os 40 e os 44 anos, representando, uma taxa face ao total de efetivos de 28,2% (33 agentes de cooperação).

3.2.2.4. DISTRIBUIÇÃO POR ESTRUTURA HABILITACIONAL

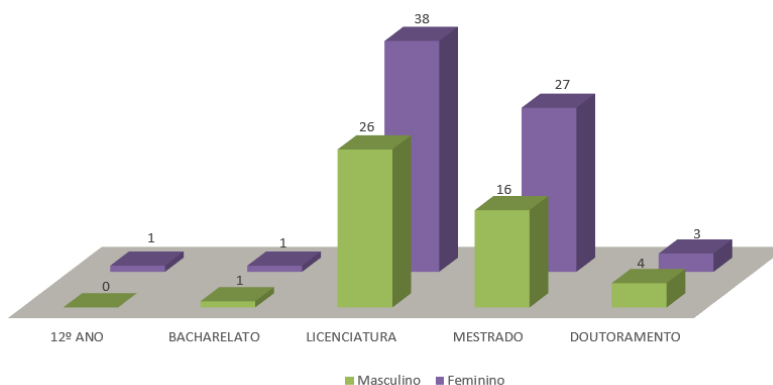


GRÁFICO 29 - NÍVEL LITERÁRIO DOS AGENTES DE COOPERAÇÃO

Relativamente ao nível de escolaridade, a licenciatura (54,7%) é o grau académico mais predominante, seguido de mestrado (36,8%).

4. PERFIL DO TRABALHADOR DO CAMÕES, I.P. – SEDE

É mulher;
 Tem cerca de 50 anos;
 Pertence ao grupo de pessoal Técnico Superior;
 Tem um nível habilitacional enquadrado na Licenciatura;
 Encontra-se na Administração Pública há 20 anos;
 A sua taxa de absentismo situa-se nos 6,2%;
 Aufere, em média, uma remuneração mensal bruta de 1.634,24€.

Trabalhador Tipo – Masculino	Trabalhador Tipo – Feminino
Tem 47 anos de idade; Pertence ao grupo de pessoal Técnico Superior; Tem um nível habilitacional enquadrado na Licenciatura; Encontra-se na Administração Pública há 16 anos; A sua taxa de absentismo situa-se nos 1,9%; Aufere, em média uma remuneração mensal bruta de 1.804,60€.	Tem 50 anos de idade; Pertence ao grupo de pessoal Técnico Superior; Tem um nível habilitacional enquadrado na Licenciatura; Encontra-se na Administração Pública há 21 anos; A sua taxa de absentismo situa-se nos 7,7%; Aufere em média uma remuneração mensal bruta de 1.691,02 €.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise global do Balanço Social do Camões, I.P. do ano 2021, permite destacar os seguintes aspetos:

- Registou-se um aumento do número de trabalhadores da Sede entre 2020 e 2021, com uma taxa de variação anual de (+) 3,85%, a que corresponde a (+) 6 efetivos, passando de 156 para 162 trabalhadores. A 31 de dezembro de 2021 encontravam-se 3 trabalhadores ausentes há mais de 6 meses;
- Na REDE, EPE verificou-se um decréscimo do número de docentes de 390 efetivos em 2020, para 383 efetivos em 2021, (-)7 efetivos, correspondendo a uma taxa de variação anual de (-) 1,79%. A 31 de dezembro de 2021 encontravam-se 6 professores ausentes há mais de 6 meses;
- Nos Agentes de Cooperação, verificou-se um aumento de 9 trabalhadores, passando de 108 para 117, correspondendo a uma taxa de variação anual de (+) 8,79%;
- Manutenção do predomínio do género feminino no universo dos trabalhadores do Camões, I.P., com 75,2% na Sede, 767% na REDE, EPE e 59,8% nos Agentes de Cooperação;
- Relativamente à Rede EPE, verificou-se uma ligeira diminuição no cargo de Leitor, de 49 para 48 e igualmente nos Professores de 341 para 335.
- Em termos de horário de trabalho, no caso da Sede, registou-se uma ligeira aumento dos que praticam o horário de trabalho flexível (de 70,5% para 72,8%).
- Verificou-se decréscimo da percentagem dos trabalhadores com mais de 55 anos, na Sede e um aumento na REDE, EPE, respetivamente de 32,7% para 32,1% e de 21,8% para 22,5%.
- O grau académico predominante na Sede é a licenciatura, representando pouco mais de metade do total de efetivos (59,3%). Segue-se o grau de mestre num universo de 29 efetivos, representando 17,9% do total de efetivos.

6. ANEXO – QUADROS DO BALANÇO SOCIAL

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação definitiva		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		Comissão de Serviço no âmbito da LTFP		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior de 1º grau a)		1							1		1	1	2
Dirigente superior de 2º grau a)		1							1	2	1	3	4
Dirigente intermédio de 1º grau a)									1	4	1	4	5
Dirigente intermédio de 2º grau a)									6	9	6	9	15
Técnico Superior					16	77					16	77	93
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					5	25					5	25	30
Assistente operacional, operário, auxiliar					1	1					1	1	2
Informático					4	1					4	1	5
Diplomata			6	2							6	2	8
Docente Ensino Universitário									15	33	15	33	48
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário							4	16	69	246	73	262	335
Total	0	2	6	2	26	104	4	16	93	294	129	418	547

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefa			0
Avença	1	1	2
Total	1	1	2

Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior de 1º grau a)													1						1		1	1	2
Dirigente superior de 2º grau a)									2		1	1									1	3	4
Dirigente intermédio de 1º grau a)									1	1	3										1	4	5
Dirigente intermédio de 2º grau a)					1	1	1	2	2	2	1	1	3		1						6	9	15
Técnico Superior		1		3	4	7	2	14	5	24	2	11	2	9	1	8					16	77	93
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					1	3	2	1	4				8		8	1	2				5	25	30
Assistente operacional, operário, auxiliar													1		1						1	1	2
Informático							1						1		2	1					4	1	5
Diplomata	2	1	2		1	1	1														6	2	8
Docente Ensino Universitário			1		1	5	2	11	4	4	1	5	2	2	3	5	1	1			15	33	48
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	1	4		2	3	28	20	71	18	66	9	41	6	28	10	13	6	9			73	262	335
Total	3	6	3	5	9	43	30	99	30	103	15	62	15	50	16	37	8	12	0	1	129	418	547

Prestações de Serviços	25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa																					0	0	0
Avença									1				1								1	1	2
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior de 1º grau a)													1	1					1	1	2
Dirigente superior de 2º grau a)		1							1		1				1				1	3	4
Dirigente intermédio de 1º grau a)							1				3		1						1	4	5
Dirigente intermédio de 2º grau a)			1			1	3	2		1	1	3		1	1	1			6	9	15
Técnico Superior	4	9	2	5	3	14	1	10	1	15	4	12	1	5		4		3	16	77	93
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	2	1	1	1	1			3	1	3		4		5		6		2	5	25	30
Assistente operacional, operário, auxiliar													1			1			1	1	2
Informático					1				1			1	1				1		4	1	5
Diplomata	5	1			1	1													6	2	8
Docente Ensino Universitário	5	17	1	10	4	3	3	2		1	2								15	33	48
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	17	83	12	35	44	144													73	262	335
Total	33	112	17	51	54	163	7	18	3	21	7	24	5	12	2	12	1	5	129	418	547

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	4 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior de 1º grau a)											1	1					1	1	2
Dirigente superior de 2º grau a)												3	1				1	3	4
Dirigente intermédio de 1º grau a)												4	1				1	4	5
Dirigente intermédio de 2º grau a)											3	6	3	2		1	6	9	15
Técnico Superior							1		1		10	62	5	12	1	1	16	77	93
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			1	3		1	2	20			1	1	1				5	25	30
Assistente operacional, operário, auxiliar		1	1														1	1	2
Informático					1		1	1			2						4	1	5
Diplomata											4		2	2			6	2	8
Docente Ensino Universitário											8	6	5	18	2	9	15	33	48
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário										4	67	226	5	25	1	7	73	262	335
Total	0	1	2	3	1	1	3	22	0	5	96	309	23	59	4	18	129	418	547

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	4 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa																	0	0	0
Avença											1	1					1	1	2
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	2

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior de 1º grau a)																					0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																					0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																					0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																					0	0	0
Técnico Superior						1				2		3		1							0	7	7
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																1					0	1	1
Assistente operacional, operário, auxiliar																					0	0	0
Informático																					0	0	0
Diplomata																					0	0	0
Docente Ensino Universitário																					0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário								1	1	1				1		2					1	5	6
Total	0	0	0	0	0	1	0	1	1	3	0	3	0	2	0	3	0	0	0	0	1	13	14

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Mobilidade		Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior de 1º grau a)											0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)								1			0	1	1
Dirigente intermédio de 1º grau a)								1			0	1	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)							3	3			3	3	6
Técnico Superior			5	2	11		1			2	4	20	24
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	2	3		2						2	2	7	9
Assistente operacional, operário, auxiliar											0	0	0
Informático											0	0	0
Diplomata			6	1							6	1	7
Docente Ensino Universitário							1	5			1	5	6
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	4	19					5	21	2	7	11	47	58
Total	6	27	8	14	0	1	9	31	4	12	27	85	112

Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Mobilidade		Cedência		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior de 1º grau a)													0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)													0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)											1		1	0	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)												6	0	6	6
Técnico Superior													0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo													0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar													0	0	0
Informático													0	0	0
Diplomata													0	0	0
Docente Ensino Universitário									1		1	5	1	6	7
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário		1									8	21	8	22	30
Total	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	10	32	10	34	44

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Caducidade (termo)		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Mobilidade		Cedência		Outras situações		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior de 1º grau a)																	0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																	0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																	0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																	0	0	0
Técnico Superior					2			1			2				3	6	3	11	14
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo				1	1			2	2		2			1	8	4	13	17	
Assistente operacional, operário, auxiliar														1	1	1	1	2	
Informático																	0	0	0
Diplomata														1			1	0	1
Docente Ensino Universitário																	0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	7	25													1	7	7	26	33
Total	7	25	0	3	1	0	0	1	2	2	0	4	0	0	6	16	16	51	67

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Dirigente superior de 1º grau a)						0
Dirigente superior de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 1º grau a)						0
Dirigente intermédio de 2º grau a)						0
Técnico Superior				1		1
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo				3	3	6
Assistente operacional, operário, auxiliar						0
Informático						0
Diplomata						0
Docente Ensino Universitário						0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						0
Total	0	0	0	4	3	7

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras substituídas)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior de 1º grau a)											0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)											0	0	0
Técnico Superior			2	13				5	2	11	4	29	33
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			1	2			2	2			3	4	7
Assistente operacional, operário, auxiliar			1								1	0	1
Informático			2								2	0	2
Diplomata											0	0	0
Docente Ensino Universitário											0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0	0	0
Total	0	0	6	15	0	0	2	7	2	11	10	33	43

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada contínua		Específico (*)		Isenção de horário		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior de 1º grau a)											1	1	1	1	2
Dirigente superior de 2º grau a)											1	3	1	3	4
Dirigente intermédio de 1º grau a)											1	4	1	4	5
Dirigente intermédio de 2º grau a)											6	9	6	9	15
Técnico Superior			16	61				16					16	77	93
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			5	22				3					5	25	30
Assistente operacional, operário, auxiliar			1	1									1	1	2
Informático			3	1			1						4	1	5
Diplomata			6	2									6	2	8
Docente Ensino Universitário			15	33									15	33	48
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			73	262									73	262	335
Total	0	0	119	382	0	0	1	19	0	0	9	17	129	418	547

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo		PNT inferior ao praticado a tempo completo										TOTAL		Total
			Tempo parcial ou outro regime especial (*)	Tempo parcial ou outro regime especial (*)	Tempo parcial ou outro regime especial (*)	Tempo parcial ou outro regime especial (*)	Tempo parcial ou outro regime especial (*)	Tempo parcial ou outro regime especial (*)	M	F					
			células abertas para indicar nº horas/semana												
	35 horas		9-11 horas		12-14 horas		15-17 horas		18-19 horas		20-21 horas		M	F	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente superior de 1º grau a)	1	1											1	1	2
Dirigente superior de 2º grau a)	1	3											1	3	4
Dirigente intermédio de 1º grau a)	1	4											1	4	5
Dirigente intermédio de 2º grau a)	6	9											6	9	15
Técnico Superior	16	77											16	77	93
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	5	25											5	25	30
Assistente operacional, operário, auxiliar	1	1											1	1	2
Informático	4	1											4	1	5
Diplomata	6	2											6	2	8
Docente Ensino Universitário	15	33											15	33	48
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	72	248		4		4		3		2	1	1	73	262	335
Total	128	404	0	4	0	4	0	3	0	2	1	1	129	418	547

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho suplementar	Trabalho suplementar diurno		Trabalho suplementar noturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior		191:29								7:23	0:00	198:52	198:52
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		1694:22				175:45		525:30	6:39	216:28	6:39	2612:05	2618:44
Assistente operacional, operário, auxiliar	1124:57										1124:57	0:00	1124:57
Informático		24:21									0:00	24:21	24:21
Diplomata											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário											0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0:00	0:00	0:00
Total	1124:57	1910:12	0:00	0:00	0:00	175:45	0:00	525:30	6:39	223:51	1131:36	2835:18	3966:54

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Proteção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador- estudante		Por conta do período de férias		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior de 1º grau a)																					0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 2º grau a)						2,0															0,0	2,0	2,0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																					0,0	0,0	0,0
Dirigente intermédio de 2º grau a)				2,0		38,0															0,0	40,0	40,0
Técnico Superior		373,0	5,0	39,0	52,0	916,0			5,0				1,5	15,0		1,0			1,0	15,0	59,5	1 364,0	1 423,5
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	19,0	45,0		18,0	14,0	342,0		324,0						8,0		1,0			1,0	142,0	34,0	880,0	914,0
Assistente operacional, operário, auxiliar		30,0				12,0														31,0	0,0	73,0	73,0
Informático					88,0						9,0		3,0		2,0				3,0		105,0	0,0	105,0
Diplomata			2,0								1,0										3,0	0,0	3,0
Docente Ensino Universitário	25,0			10,0		88,0				17,0									1,0	32,0	26,0	147,0	173,0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	30,0	1 121,0	7,0	55,0	789,0	3 283,0		140,0	15,0	118,0			42,5	226,0			1,0		24,0	963,0	907,5	5 907,0	6 814,5
Total	74,0	1 569,0	14,0	124,0	943,0	4 681,0	0,0	464,0	15,0	140,0	10,0	0,0	47,0	249,0	2,0	2,0	0,0	1,0	30,0	1 183,0	1 135,0	8 413,0	9 548,0

Quadro 16: Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação

24/11/2021			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	3		101_AUMENTOS SALARIAIS
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	3	0:00	
Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
20/05/2021			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	1		101_AUMENTOS SALARIAIS
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	1	0:00	

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Género / Escalão de remunerações	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €	6	2	8
501-1000 €	5	16	21
1001-1250 €	9	29	38
1251-1500 €	1	10	11
1501-1750 €	6	26	32
1751-2000€	10	29	39
2001-2250 €	7	21	28
2251-2500 €	3	12	15
2501-2750 €	1	4	5
2751-3000 €	10	26	36
3001-3250 €	4	10	14
3251-3500 €	23	79	102
3501-3750 €	6	43	49
3751-4000 €	10	26	36
4001-4250 €	6	16	22
4251-4500 €	0	0	0
4501-4750 €	9	50	59
4751-5000 €	0	0	0
5001-5250 €	7	14	21
5251-5500 €	1	2	3
5501-5750 €	1	1	2
5751-6000 €	1	0	1
Mais de 6000 €	3	2	5
Total	129	418	547

B - Remunerações máximas e mínimas dos trabalhadores a tempo completo

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	703,13 €	665,00 €
Máxima (€)	6 364,69 €	7 532,80 €

Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	22 149 530,32 €
Suplementos remuneratórios	1 274 004,58 €
Prémios de desempenho	
Prestações sociais	1 004 454,57 €
Benefícios sociais	15 176,06 €
Outros encargos com pessoal (**)	5 867 312,15 €
Total	30 310 477,68 €

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e nocturno)	31 723,38 €
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	
Isonção de horário de trabalho	
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho (**)	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	880,15 €
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	3 582,81 €
Representação	95 518,92 €
Secretariado	
Outros suplementos remuneratórios (***)	1 142 299,32 €
Total	1 274 004,58 €

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	424 461,47 €
Abono de família	3 073,71 €
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	
Acidente de trabalho e doença profissional	
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	560 541,78 €
Outras prestações sociais	16 377,61 €
Total	1 004 454,57 €

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	15 176,06 €
Total	15 176,06 €

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género

Acidentes de trabalho		No local de trabalho				In itinere			
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	0				0			
	F	3		3		0			
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	0				0			
	F	3		3		0			
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0				0			
	F	433		433		0			
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0				0			
	F	0				0			

Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	1
- absoluta	1
- parcial	
- absoluta para o trabalho habitual	
Casos de incapacidade temporária e absoluta	
Casos de incapacidade temporária e parcial	
Total	1

Quadro 27: Contagem relativa a participações em ações de formação profissional durante o ano, por tipo de ação, segundo a duração

Tipo de ação/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	61				61
Externas	201	16	3	2	222
Total	262	16	3	2	283

Quadro 28: Contagem relativa a participações em ações de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Dirigente superior de 1º grau a)			0	
Dirigente superior de 2º grau a)		1	1	1
Dirigente intermédio de 1º grau a)	3	7	10	3
Dirigente intermédio de 2º grau a)	9	17	26	16
Técnico Superior	35	179	214	73
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	14	12	26	19
Assistente operacional, operário, auxiliar			0	
Informático		1	1	1
Diplomata		5	5	3
Docente Ensino Universitário			0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0	
Total	61	222	283	116

Quadro 29: Contagem das horas despendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação

Grupo/cargo/carreira/ Horas dEpendidas	Horas dEpendidas em ações internas	Horas dEpendidas em ações externas	Total de horas em ações de formação
Dirigente superior de 1º grau a)			0:00
Dirigente superior de 2º grau a)		4:00	4:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)	12:00	104:00	116:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)	36:00	181:03	217:03
Técnico Superior	140:00	2886:00	3026:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	56:00	85:30	141:30
Assistente operacional, operário, auxiliar			0:00
Informático		14:00	14:00
Diplomata		63:00	63:00
Docente Ensino Universitário			0:00
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0:00

Quadro 30: Despesas anuais com formação

Tipo de ação/valor	Valor (Euros)
Despesa com ações internas	
Despesa com ações externas	21 273,48 €
Total	21 273,48 €

Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	16
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	
Total de votantes para comissões de trabalhadores	

Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	
Processos instaurados durante o ano	1
Processos transitados para o ano seguinte	1
Processos decididos - total:	0
* Arquivados	
* Repreensão escrita	
* Multa	
* Suspensão	
* Demissão (1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	
* Cessação da comissão de serviço	

RELATÓRIO DE FORMAÇÃO

2021



FICHA TÉCNICA

Título:

Relatório de Formação 2021

Edição:

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.
Ministério dos Negócios Estrangeiros

Data:

março de 2022

Contacto:

Av. da Liberdade, 270, 1250-149 Lisboa
Tel. (351) 21 310 91 00

Website:

www.instituto-camoes.pt/

SIGLAS E ABREVIATURAS

AP – Administração Pública

CCA – Conselho Coordenador de Avaliação

DNF – Diagnóstico de Necessidades de Formação

DPRH - Divisão de Planeamento e Recursos Humanos

DSPG - Direção de Serviços de Planeamento e Gestão

INA - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas

IP - Instituto Público

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros

N.º - Número

OP – Objetivo Operacional

QUAR - Quadro de Avaliação de Responsabilização

RGF - Relatório de Gestão da Formação

SIADAP - Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL PLANEADA /REALIZADA	6
3. OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO	7
3.1. PARTICIPANTES POR CARGO /CARREIRA	8
3.2. PARTICIPANTES POR CARGO /CATEGORIA E POR GÉNERO	9
3.3. PARTICIPAÇÕES POR CARGO /CATEGORIA	10
3.4. AÇÕES REALIZADAS SEGUNDO A DURAÇÃO	10
3.5. VOLUME DE FORMAÇÃO POR CARGO /CATEGORIA	11
3.6. REGIME DE FORMAÇÃO POR CARGO /CATEGORIA	12
3.7. ENCARGOS POR CARGO /CATEGORIA	12
4. IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO EXECUTADAS - 2021	13
5. CONCLUSÃO	16

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PERCENTAGEM DE PARTICIPANTES POR GRUPO DE PESSOAL

GRÁFICO 2 - NÚMERO DE PARTICIPANTES POR GRUPO DE PESSOAL E POR GÉNERO

GRÁFICO 3 - NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES POR GRUPO DE PESSOAL

GRÁFICO 4 – PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÕES POR TIPO DE AÇÃO, SEGUNDO A DURAÇÃO

GRÁFICO 5 – NÚMERO DE HORAS DE FORMAÇÃO POR GRUPO DE PESSOAL

GRÁFICO 6 – PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÕES POR GRUPO DE PESSOAL

GRÁFICO 7 – PERCENTAGEM DE ENCARGOS POR GRUPO DE PESSOAL

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – INDICADORES DE EXECUÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO

QUADRO 2– VARIAÇÃO DOS INDICADORES DE EXECUÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL (2019-2021)

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da formação profissional, o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. elaborou o Plano de Formação 2021, de modo a conciliar a identificação das ações de formação com as reais necessidades de formação dos serviços em consonância com a missão e objetivos estratégicos do Camões, I.P. referenciados nos instrumentos de planeamento e gestão, designadamente no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), no Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho (SIADAP), no Plano de Atividades e no Relatório de Atividades.

O Plano de Formação do Camões, I.P. enquanto instrumento estratégico e de participação, procurou desenvolver, ações de formação adequadas às reais necessidades dos trabalhadores alinhadas com as competências do posto de trabalho indicadas pelas unidades orgânicas no respetivo diagnóstico de necessidades de formação.

Procurando contribuir para o aperfeiçoamento do processo formativo do Camões, I.P., o presente relatório pretende apresentar as ações de formação realizadas durante o ano de 2021, no âmbito do Plano de Formação, através de um conjunto de indicadores de execução que espelham a atividade formativa acompanhada pela Divisão de Planeamento e Recursos Humanos (DPRH) integrada na Direção de Serviços de Planeamento e Gestão (DSPG).

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL PLANEADA /REALIZADA

O Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, que define o regime de formação profissional na Administração Pública, estabelece no n.º 3 do artigo 12.º e no n.º 4 do artigo 13.º que a integração das atividades de formação profissional no ciclo de gestão dos órgãos e serviços é garantida através da articulação do diagnóstico de necessidades, do plano de formação e do relatório de gestão da formação com as atividades do ciclo de gestão. Deste modo, o Plano de Formação integra o Plano de Atividades e o Relatório de Gestão de Formação que é parte integrante do Relatório de Atividades dos órgãos e serviços.

O Plano de Formação para 2021 articulado com outros procedimentos de gestão de recursos humanos e sustentado pelo Diagnóstico de Necessidades de Formação teve por objetivo identificar, através do dirigente de cada unidade orgânica, a formação adequada às necessidades de aperfeiçoamento das competências individuais e profissionais dos trabalhadores, alinhadas com a política e estratégia do Camões, I.P.

A realização do diagnóstico de necessidades de formação, com vista à elaboração do Plano de Formação 2021, consistiu na identificação de necessidades de formação através de uma matriz enviada pela DPRH aos dirigentes das unidades orgânicas, solicitando que na identificação das necessidades de formação, por trabalhador, fossem tidas em consideração as premissas a seguir identificadas de modo a contribuir para o cumprimento dos objetivos estratégicos de cada unidade orgânica:

- a) políticas de desenvolvimento de recursos humanos e de inovação e modernização administrativa;
- b) necessidades prioritárias dos trabalhadores face às exigências das funções que desempenham;
- c) necessidades de formação decorrente do processo de avaliação do desempenho.

No entanto, ao longo do processo de execução do Plano de Formação foram surgindo alguns constrangimentos que conduziram a ajustamentos da atividade formativa, desde logo, a resposta tardia ao levantamento de necessidades de formação, a múltipla movimentação (entrada e saída) de trabalhadores, o cancelamento de ações de formação pelas entidades formadoras e também por parte de trabalhadores devido a motivos imprevistos e imperiosos de serviço, acrescendo, ainda, as consequências derivadas da pandemia causada pela *COVID-19*.

Em conformidade com os compromissos assumidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) do Camões, I.P. para 2021, ficou definido como objetivo operacional de qualidade: (O9) “Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores”, medido através do Indicador “Taxa de execução do plano de formação aprovado”, cuja meta estabelecida foi de 85%.

Durante o ano de 2021, foram realizadas 72 ações de formação das 83 ações planeadas, o que se traduz numa taxa de execução de 86,75%, superando, deste modo, a meta assumida no QUAR.

QUADRO 1 – INDICADORES DE EXECUÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO

	Planeado	Executado	Indicadores de Execução (%)
N.º total de Ações	83	72	86,75%
N.º de Horas de Formação (Duração)	1984	1571	79,18%
N.º de Participações	330	283	85,76%
Volume de Formação (Horas Formativas)	4620	3580	77,48%
Total de Encargos com o Plano de Formação	34 305,49 €	21 273,48 €	62,01%

3. OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO

As 72 ações de formação realizadas envolveram um total de 116 trabalhadores, traduzidas em 283 participações, que correspondem a 1571 horas de formação e a um volume de 3580 horas de formação.

Para além de uma vertente externa abrangente e diversificada, o Plano de Formação 2021 contemplou uma ação interna sobre o tema “Contratação Pública”, ministrada pela Divisão de Apoio Jurídico integrada na Direção de Serviços de Planeamento e Gestão, em resposta a necessidades específicas manifestadas pelas diversas unidades orgânicas do Camões, I.P.

A ação decorreu em regime presencial, com a duração de 4 horas e envolveu um total de 61 participantes. As ações internas, para além de reduzirem os custos diretos da formação constituem, em si mesmas, um incentivo à transferência de saberes dentro das equipas e da organização.

Salienta-se, ainda, a realização do Curso “Ciclo de Gestão do Projeto”, organizado pela Academia CESO em colaboração com o Camões I.P., identificado pela área da Cooperação como

uma temática prioritária. O curso envolveu um total de 41 trabalhadores e 14 Agentes da Cooperação distribuídos por duas turmas – nível inicial e nível avançado.

Foram, ainda, realizadas 13 ações extra-plano, maioritariamente desenvolvidas na modalidade *online* e sem custos associados, que abrangeram 40 participações e um volume de 816,50 horas de formação.

As ações de formação foram realizadas em Empresas de Formação, Universidades, Escolas de Línguas, no próprio Camões, I.P., no Centro de Formação do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Instituto Nacional de Administração, I. P. (INA, I. P.)

Ora, comparando os anos de 2020 e 2021, verifica-se um substancial aumento do número de ações realizadas, assim como de um número de participações que, consequentemente, originou um considerável aumento do volume de horas de formação e dos encargos associados, devido à retoma da oferta da atividade formativa por parte das entidades formativas e, principalmente, pelo facto de a grande maioria das ações terem sido realizadas na modalidade *online*.

QUADRO 2 – VARIAÇÃO DOS INDICADORES DE EXECUÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL (2019-2021)

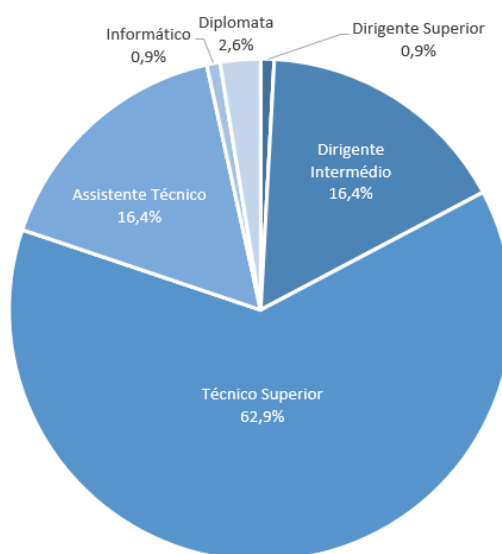
	Ano			Variação 2019-2020	Variação 2020-2021
	2019	2020	2021		
N.º de participantes	69	33	116	-52,17%	251,52%
N.º de ações	67	37	72	-44,78%	94,59%
Volume de Formação	2121	1541	3580	-27,35%	132,32%
N.º de participações	125	55	283	-56,00%	414,55%
Encargos	16 867,74 €	6 429,20 €	21 273,48 €	-61,88%	230,89%

Em 2021, o custo / investimento na atividade formativa do Camões, I.P, suportado pelo seu orçamento foi de 21 273,48€.

3.1. PARTICIPANTES POR CARGO /CARREIRA

No decorrer de 2021, dos 116 trabalhadores abrangidos pelo Plano de Formação, constata-se que a carreira de técnico superior representa o principal destinatário da generalidade das ações realizadas, com 62,9%, conforme demonstra o gráfico seguinte:

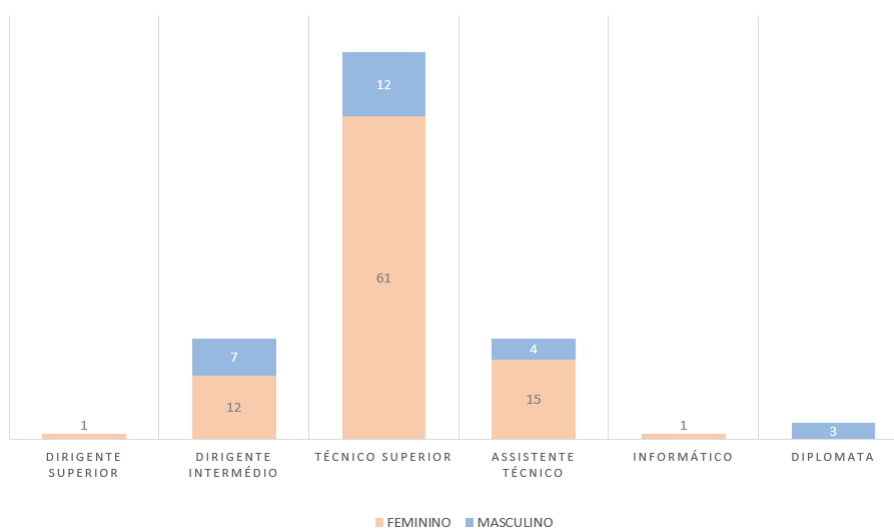
GRÁFICO 1 - PERCENTAGEM DE PARTICIPANTES POR GRUPO DE PESSOAL



3.2. PARTICIPANTES POR CARGO /CATEGORIA E POR GÉNERO

A distribuição dos formandos por cargo/categoria segundo o género revela uma participação maioritária de trabalhadores do sexo feminino:

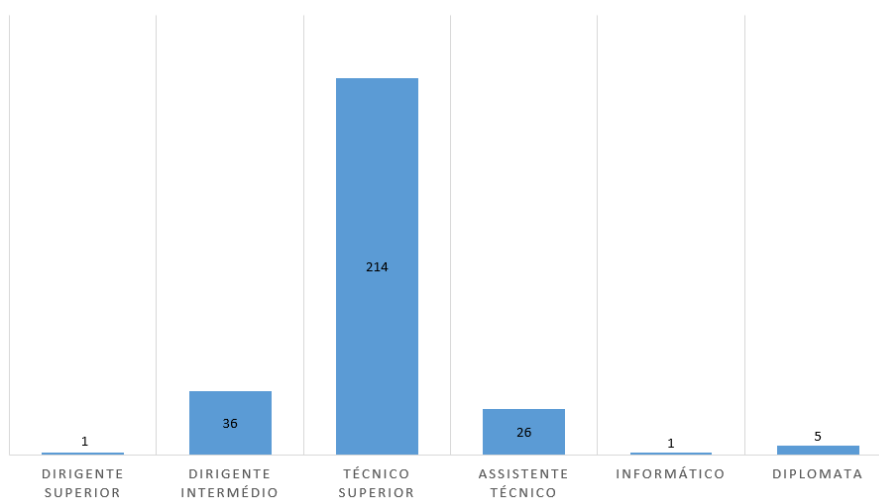
GRÁFICO 2 - NÚMERO DE PARTICIPANTES POR CARGO /CATEGORIA E POR GÉNERO



3.3. PARTICIPAÇÕES POR CARGO /CATEGORIA

De referir que, em 2021, foram registadas 283 participações nas 72 ações planeadas e realizadas. À semelhança dos dois últimos anos, a carreira de técnico superior apresenta o maior número de participações.

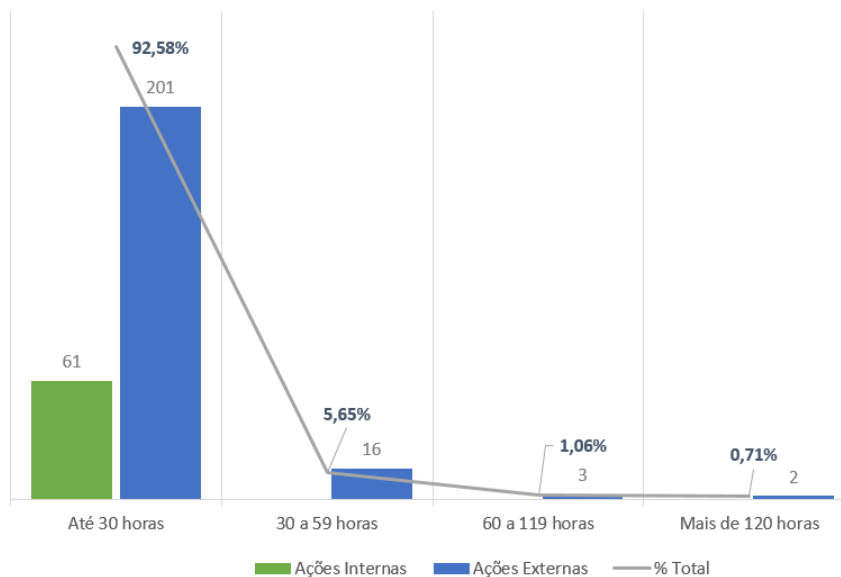
GRÁFICO 3 - NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES POR CARGO /CATEGORIA



3.4. AÇÕES REALIZADAS SEGUNDO A DURAÇÃO

As ações de formação realizadas encontram-se estruturadas, quanto à sua duração, em formações de curta, média e longa duração, sendo as mais representativas, as que tiveram uma carga horária inferior a 30 horas (92,58%), seguindo-se as ações entre as 30 e as 59 horas (5,65%), verificando-se que as ações de longa duração (de 60 horas a 119 horas e com mais de 120 horas) registaram um número reduzido de formandos, respetivamente, 1,06% e 0,71%. As ações de formação com uma duração inferior a 30 horas continuam a ser as ações com o maior número de participações, o que se tem verificado ao longo dos últimos anos.

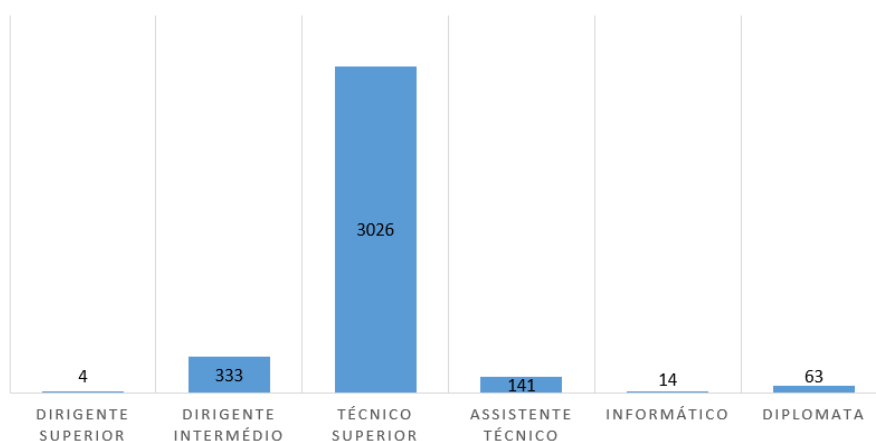
GRÁFICO 4 – PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÕES POR TIPO DE AÇÃO, SEGUNDO A DURAÇÃO



3.5. VOLUME DE FORMAÇÃO POR CARGO /CATEGORIA

A formação realizada apresentou um volume de 1541 horas de formação distribuídas por cargo/categoria, conforme regista o gráfico abaixo:

GRÁFICO 5 – NÚMERO DE HORAS DE FORMAÇÃO POR GRUPO DE PESSOAL



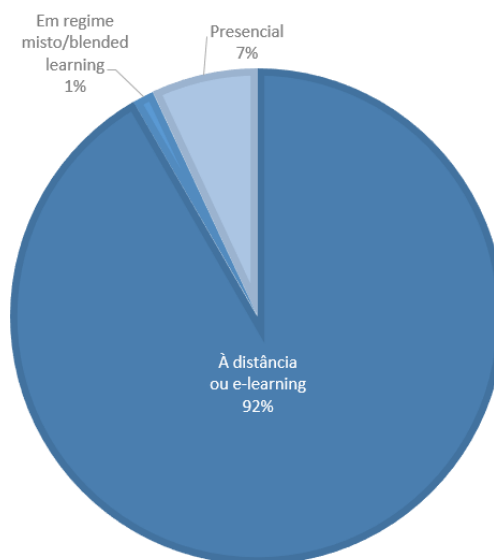
A carreira de técnico superior apresenta o maior número de horas de formação assistida, seguindo-se os cargos de dirigentes, maioritariamente, em formações até 30 horas.

De notar, que o Plano de Formação para 2021 refletiu o interesse demonstrado por 3 dirigentes em frequentar o Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP), o que não veio a ser concretizado.

3.6. NATUREZA DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO POR CARGO /CATEGORIA

Quanto à natureza das ações de formação, estas foram realizadas sob a forma de cursos, congressos, conferências, seminários, *webinars* e *workshops*, tendo sido privilegiada a atividade formativa à distância, em resultado das medidas de proteção à *COVID 19*.

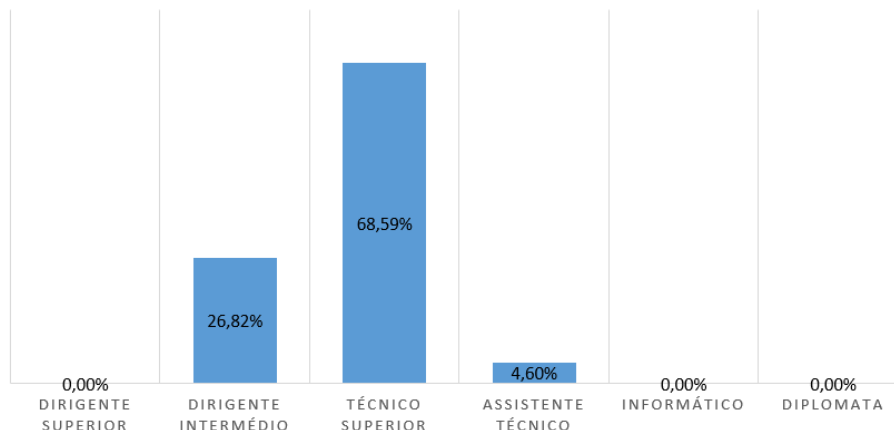
GRÁFICO 6 – PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÕES POR REGIME DE FORMAÇÃO



3.7. ENCARGOS POR CARGO /CATEGORIA

Analisando o gráfico seguinte, verifica-se que 68,59% dos encargos com formação foram afetos à carreira de técnico superior, registando-se, em seguida e com apenas 26,82%, os encargos com formações realizadas por cargos dirigentes.

GRÁFICO 7 – PERCENTAGEM DE ENCARGOS POR CARGO /CATEGORIA



4. IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO EXECUTADAS - 2021

A atividade formativa global executada durante 2021 (formação realizada, planeada e extra-plano), por área de formação, integra o Relatório de Gestão da Formação (RGF) a reportar anualmente ao Instituto Nacional de Administração (INA, I.P.) em formato eletrónico, através de modelo próprio, a disponibilizar no sítio daquele Instituto, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro.

De assinalar que os cursos realizados e abaixo identificados foram agregados por área de formação, em conformidade com o estipulado na Portaria n.º 256/2005, de 16 de março, que determina as Áreas de Formação de acordo com a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação:

Ciências Empresariais

- Ciclo Gestão do Projeto
- Curso Intensivo à iniciação Auditoria Interna
- Investimentos Estrangeiros - Estratégias
- Relatório de Auditoria Interna
- Web Práticas Ágile Eficazes Trabalho Distância

Ciências Sociais

- A Agenda dos Direitos Humanos
- Comunicação Institucional
- A Europa Verde

- A Inteligência Artificial
- A União Europeia: construção e funcionamento
- ALTE Course in Assessing Writing in the Digital
- Atendimento ao Cidadão
- Blue Marble Evaluation
- Comércio Externo: evolução e composição
- Congresso Arte, Museus e Culturas Digitais
- Curso Especialização Geopolítica África Subsariana
- Diálogo Intercultural
- Diplomacia Pública
- Diplomacia Saúde Global
- Diretos de Autor: Proteção Dados, Propriedade Intelectual
- Elaboração Textos Oficiais e Pareceres
- Essentials of Theory-based Evaluation
- Estratégia de Social Média
- Estudos em Desenvolvimento Local e Colaborativo
- Estudos em Igualdade de Género
- Fundamentals of Rigorous Impact Evaluation
- Gerir Equipas Remotamente
- Gestão Projetos: caso de estudo, boas práticas
- Horizonte Europa - Inovação em Portugal
- III Edição Int. Development Summer Course
- IPDET - Workshop
- Meta-Evaluation
- Método Análise Documentos
- O Ártico 2021
- O Essencial Gestão Dados de Investigação
- O Futuro Cidades, Cidadãos e a EU
- Organização Eventos Nacionais e Internacionais
- Outlook 2016
- Painel Desenvolvimento Sustentável
- Painel Migrações
- Persuasão e Influência
- Prevenção Estratégica da Violência Extremista

- Projeto Nunca Esquecer
- Public speaking
- Recursos Eletrónicos: Descrição Bibliográfica
- Team Canvas
- Técnicas de Entrevista para Auditores Internos
- Theory-based casual analysis
- Tramitação do Procedimento Concursal
- Web Cooperação Desenvolvimento: Tendências
- XII Curso Gestão Civil Crises

Direito

- Código do Procedimento Administrativo para Não Juristas
- Contencioso Administrativo
- Contratação Pública
- Curso Especialização Compras Contratos Públicos
- Webinar A Alteração Código dos Contratos

Desenvolvimento Pessoal

- Web Como Tornar-se Resiliente numa Crise
- Web Gerir emoções disruptivas situações Crises

Humanidades

- ALTE 56th Meeting and Conference
- ALTE Introductory Course in Language Testing
- Curso de Espanhol
- Ensino Línguas baseado em Tarefas
- Escola de Verão Museu Calouste Gulbenkian
- Espanhol Intermédio I

Informação e Jornalismo

- Sessão online do Café com o Arquivo.pt

Informática

- 1st International Digital Symposium

- AICEP Digital
- Curso Search Engine Optimisation (SEO)
- Excel - intermédio /avançado
- Gestão de Conteúdos Digitais
- Programação SQL
- Transformação Digital

5. CONCLUSÃO

As organizações são, acima de tudo, compostas por pessoas que interagem entre si. Na atual dinâmica da conjuntura mundial, são as pessoas competentes, motivadas e orientadas para uma cultura de aprendizagem contínua que contribuem para a diferenciação das organizações.

Enquanto elemento do processo global de gestão e de desenvolvimento de recursos humanos, o Plano de Formação desenvolvido em 2021, procurou prosseguir o processo de melhoria contínua do desempenho do Camões, I.P.

Desenhado por forma a conciliar os objetivos profissionais dos trabalhadores com os objetivos operacionais e estratégicos do Camões, I.P., o Plano de Formação 2021 pretendeu a construção progressiva de uma formação estruturada, atualizada e adaptada a conteúdos temáticos diversos e transversais e, em simultâneo, apostar na formação como um investimento útil para o Instituto e para os trabalhadores.

Considerando, assim, a formação profissional como vetor essencial num contexto de mudança permanente, o projeto formativo do Camões, I.P. apostou numa componente que englobou formação em áreas diversas de modo a preparar os trabalhadores para a diversidade de tarefas e dotá-los das competências necessárias para as desempenhar com qualidade.

Tendo como referência o perfil de competências associado à função desempenhada, a formação executada teve como objetivo desenvolver novos processos, práticas e modos de atuação capazes de permitir aos trabalhadores responderem às exigências de produtividade e de qualidade que se impõem no atual contexto da Administração Pública.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM

2021



FICHA TÉCNICA

Título:

Atividades desenvolvidas em 2021

Edição:

Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP
Ministério dos Negócios Estrangeiros

Data:

abril de 2022

Contacto:

Av. da Liberdade, 270, 1250-149 Lisboa
Tel. (351) 21 310 91 00

Website:

www.instituto-camoes.pt/

Índice

1.	DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COOPERAÇÃO MULTILATERAL E EUROPEIA	4
2.	DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COOPERAÇÃO BILATERAL	10
3.	DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE CULTURA.....	18
4.	DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA LÍNGUA.....	24
5.	DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEAMENTO E GESTÃO	28
6.	GABINETE DE AVALIAÇÃO E AUDITORIA.....	30
7.	GABINETE DE PLANEAMENTO, PROGRAMAÇÃO E ESTATISTICA	34
8.	GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO	42

1. DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COOPERAÇÃO MULTILATERAL E EUROPEIA

a) ASSUNTOS MULTILATERAIS

Em termos gerais, no domínio da atividade referente aos assuntos da cooperação multilateral em 2001, foi assegurada a participação ativa nos principais fóruns multilaterais da área da cooperação para o desenvolvimento, ao nível técnico, nomeadamente no contexto da SEGIB, da CPLP, das Nações Unidas e da OCDE, bem como prestado o apoio à participação ao nível político e da Direção do Camões, I.P. nas reuniões dos referidos fora multilaterais. É de destacar o trabalho de coordenação da preparação do exercício de avaliação do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE à Cooperação Portuguesa.

O impacto da pandemia no trabalho regular destes fora internacionais foi substancial, tendo resultado no adiamento de várias reuniões de alto nível na maioria das organizações multilaterais. Não obstante, fruto da adaptação e alteração dos respetivos métodos de trabalho, que passou a utilizar sobretudo meios virtuais para obviar a impossibilidade de reuniões presenciais imposta pela pandemia, verificou-se uma acrescida dinâmica de trabalho ao nível técnico, com impacto significativo no número de reuniões técnicas para assegurar a discussão e definição de posições conjuntas e garantir a coordenação da resposta daquelas organizações à pandemia.

Conferência Ibero-americana

Reforço da dimensão da Cooperação para o Desenvolvimento no quadro ibero-americano por via da:

- ✓ Preparação e participação dinâmica nas Reuniões de Responsáveis de Cooperação Ibero-americanos.
- ✓ Desenvolvimento da proposta portuguesa da Iniciativa Ibero-americana de Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo de Andorra, que teve lugar em abril de 2021.
- ✓ Participação ativa no Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.
- ✓ Apoio à adesão e participação da Direção-Geral das Artes/Ministério da Cultura nos Programas de Cooperação Ibero-americanos IBERCENA (Fundo para as Artes Cénicas Ibero-Americanas) e IBERMÚSICAS (Programa de Apoio da Música Ibero-Americana). Sensibilização de outros atores institucionais da Cooperação Portuguesa sobre a importância do espaço de cooperação ibero-americano, em particular da Comissão para a Igualdade e Cidadania (CIG), tendo em vista a potencial adesão ao Programa ibero-americano em matéria de prevenção e eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres.
- ✓ Acompanhamento do Acordo entre o Camões, I.P. e a Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), e reforço do Fundo Voluntário do Camões, I.P. junto daquela, que visa, entre outros, apoiar o financiamento da participação nacional nos Programas e Iniciativas da Cooperação Ibero-americana.

CPLP

- ✓ Assegurada a participação nacional, enquanto ponto focal, nas reuniões de Pontos Focais da Cooperação da CPLP e respetivas contribuições do Camões, I.P. para o Fundo Especial.
- ✓ Negociação e revisão de documentos enquadramentos da cooperação no âmbito da CPLP (documento Estratégico de Cooperação 2020-2026, Manual de Cooperação da CPLP,

Regulamento do Fundo Especial, Regulamento Interno da Reunião de Pontos Focais da Cooperação), aprovados no âmbito da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, realizada, em julho, em Luanda.

- ✓ Apoio na preparação dos trabalhos do Comité de Concertação Permanente (Comité de Embaixadores), em articulação com a Direção-Geral de Política Externa (DGPE) e a Representação Permanente de Portugal junto da CPLP.

Nações Unidas

Assegurada a coordenação da preparação da posição nacional e o acompanhamento dos debates multilaterais em matéria de políticas, estratégias e instrumentos de cooperação para o desenvolvimento, em coordenação com os serviços e atores relevantes. Foi prestada colaboração, através da preparação de contributos, para as conferências, reuniões e outras iniciativas no domínio da política externa lideradas pela DGPE, nomeadamente tendo em conta a candidatura portuguesa a um lugar não-permanente no Conselho de Segurança da ONU em 2027-2028. Destacam-se as seguintes atividades:

- ✓ Participação nos debates relacionados com as temáticas de cooperação para o desenvolvimento, nomeadamente o apoio aos Países Menos Avançados (PMA) e aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), com destaque para a 2ª edição da Mesa Redonda Virtual sobre o acesso dos SIDS a financiamento para uma Recuperação Resiliente pós-COVID19; Financiamento do Desenvolvimento (6º Fórum do Financiamento do Desenvolvimento do ECOSOC; Reunião do Grupo de Peritos da UE sobre Financiamento do Desenvolvimento e 5.º Retiro dos Amigos de Monterrey sobre Financiamento do Desenvolvimento); progressos alcançados na implementação da Agenda 2030 (GT Agenda 2030), incluindo no quadro do Fórum Político de Alto Nível (HLPF) e os processos negociais das resoluções aprovadas em sede da 2ª Comissão, no quadro da 76ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU).
- ✓ Preparação, em coordenação com os atores relevantes, da posição nacional nas discussões sobre o novo Programa de Ação de Doha para os PMA, bem como da participação nacional na 5ª Conferência para os PMA (LDC5), adiada para 2022, em estreita articulação com a Missão de Portugal junto da ONU Nova Iorque.
- ✓ Gestão das contribuições nacionais para o Programa *Junior Professional Officers* (JPO) das Nações Unidas e acompanhamento dos 3 jovens portugueses que beneficiaram do Programa: reforço da presença portuguesa no sistema das Nações Unidas com 1 JPO colocado no FNUAP em Díli e em Genebra (janeiro de 2021) e 1 JPO colocado no PNUD em Maputo e em Nova Iorque (setembro de 2020); abertura de concurso para colocação de 2 JPO nos escritórios regionais do PNUD de Luanda e São Tomé, para iniciarem funções em 2022. Deste esforço resultou a admissão pelo PNUD, como quadro definitivo, de um dos JPO portugueses.
- ✓ No âmbito do acompanhamento dos trabalhos da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, foram acompanhadas sessões dos órgãos subsidiários da Convenção, que se realizaram em formato virtual em maio e junho de 2021, e reuniões virtuais da COP 26 em Glasgow em novembro de 2021.
- ✓ Preparação do reporte anual no âmbito do Artigo 6º do Regulamento Governação UE nº 2020/1208 relativo ao financiamento clima nos países em desenvolvimento em colaboração com o GPPE, APA e SG MAAC.

OCDE - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD)

Exame pelos Pares do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE à Cooperação Portuguesa

- ✓ As etapas e entregáveis face ao calendário estabelecido para o exercício deste Exame à Cooperação Portuguesa foram cumpridas, nomeadamente nas seguintes atividades:
Realização de entrevistas virtuais a entidades em Portugal (Camões, IP e outros serviços do MNE, ministérios setoriais, Assembleia da República, sociedade civil, academia, setor privado), de 13 a 24 de setembro; de 30 de setembro a 8 de outubro, na auscultação aos intervenientes da Cooperação Portuguesa em Moçambique (país parceiro selecionado), autoridades e sociedade civil; partilha do relatório preliminar do Exame (ainda sem as futuras Recomendações) para comentários, ao qual reagimos a 7 de dezembro; reunião virtual entre a equipa de examinadores e o Conselho Diretivo para discussão sobre os resultados do exame, a 10 de dezembro.
- ✓ Preparação e/ou participação em reuniões técnicas e de alto nível do CAD e do Centro de Desenvolvimento, assim como participação nos trabalhos das redes, grupos de trabalho informais e órgãos subsidiários do Comité, incluindo a elaboração e/ou coordenação da resposta a questionários e elaboração de pareceres e contributos sobre as diversas temáticas discutidas. Salienta-se ainda o reforço da participação na Rede Internacional sobre Conflitos e Fragilidade (INCAF), o Diálogo CAD/NU, a GOVNET e ENVIRONET.
- ✓ Apoio à Missão de Portugal junto da OCDE no processo de negociação da Declaração CAD/OCDE sobre nova abordagem no alinhamento da Cooperação para o Desenvolvimento com os objetivos do Acordo de Paris, aprovada em outubro de 2021 e apresentada na COP26 de Glasgow.
- ✓ Coorganização com a Direção de Cooperação para o Desenvolvimento da OCDE (DCD) de um seminário, em formato virtual, sobre a temática dos “Princípios Orientadores do CAD da OCDE para uma Gestão Centrada nos Resultados do Desenvolvimento Sustentável” e lançamento desses Princípios Orientadores em língua portuguesa (elaboração da tradução de cortesia do Camões, I.P.).
- ✓ Coorganização com o Centro de Desenvolvimento (CDEV) e com a CPLP do lançamento da edição portuguesa do relatório conjunto da União Africana e do CDEV: “Dinâmicas do Desenvolvimento em África 2021 - Transformação Digital e Empregos de Qualidade”, num evento híbrido.

Contribuições financeiras multilaterais

A gestão e acompanhamento das contribuições voluntárias do Camões I.P. para organizações, agências, fundos e programas multilaterais de cooperação para o desenvolvimento das NU, SEGIB, CPLP e CAD/OCDE, destinadas ao financiamento dos recursos regulares dessas organizações ou ao cofinanciamento de programas e projetos específicos, nomeadamente nos países parceiros da Cooperação Portuguesa, constituem o suporte financeiro que permite concretizar os objetivos qualitativos no que diz respeito à presença e influência de Portugal nos referidos fora internacionais. Destacam-se as contribuições financeiras multilaterais que foram reforçadas face ao ano anterior:

	EUROS
FNUAP (não consignada)	200 000
FNUAP - Programa Jovens Peritos (JPO)	300 000
PNUD - Escritório de STP	133 000
PNUD - Fundo <i>Climate Promise</i> para SIDS	90 550
UN-DESA - Equipa SIDS	17 000
CAD (fluxo de trabalho Cooperação Triangular)	100 000
CAD (fragilidade e Nexo HDP)	25 000
SEGIB	200 000

Outras atividades relevantes

- ✓ Participação em reuniões do Fórum Global Migrações e Desenvolvimento (FGMD) e do Grupo de Amigos deste Fórum, em estrita articulação com a Missão de Portugal junto da NUOI em Genebra, que permitiu reforçar o diálogo e a partilha de experiências na área da migração e desenvolvimento.
- ✓ Ponto focal para o reporte da execução das atividades bilaterais e multilaterais desenvolvidas pelo Camões, IP, que se inserem nas medidas do Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações.
- ✓ Ponto focal para a monitorização da execução das medidas da responsabilidade do Camões, IP no quadro da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD 2021-2025).
- ✓ Acompanhamento das reuniões do Fundo Global de Combate à SIDA, Tuberculose e Malária (FG), que permitiu consolidar a parceria com este Fundo tendo em vista a consolidação e complementaridade do seu apoio com as atividades da cooperação bilateral portuguesa no setor da saúde, nomeadamente no combate à pandemia do Covid-19 e reforço da capacidade dos países prioritários da cooperação portuguesa neste domínio.
- ✓ Acompanhamento das atividades da GAVI - Aliança Global sobre Vacinação, no seguimento da adesão de Portugal a essa aliança, bem como da Facilidade COVAX, e colaboração na preparação de contributos nacionais para as discussões internacionais sobre o combate à Covid-19, tendo em vista assegurar a coerência da ação bi-multilateral da cooperação portuguesa neste domínio.
- ✓ Análise e emissão de pareceres técnicos sobre os projetos financiados pelo Fundo Ambiental.
- ✓ Apoio à elaboração de intervenções da Direção no âmbito das *Green Talks* realizadas durante a PPUE2021.

b) ASSUNTOS EUROPEUS

- ✓ No contexto da Presidência Portuguesa do Conselho da UE (PPUE 2021), no 1º semestre, foi dada continuidade aos preparativos na área das Parcerias para o Desenvolvimento e Ação Humanitária, em articulação com as instituições europeias e o Trio de Presidências. Concluiu-se a definição das prioridades e eventos a incluir no programa nacional, bem como a elaboração dos programas de trabalho das Instâncias Preparatórias do Conselho nas áreas acompanhadas direta ou indiretamente pelo Camões, I.P. através do núcleo de desenvolvimento na REPER - o Grupo África, Caraíbas e Pacífico (GT ACP), o Grupo da Cooperação para o Desenvolvimento-Parcerias Internacionais (GT CODEV-PI) e o Grupo da Ajuda Humanitária e da Ajuda Alimentar (GT COHAFA).
- ✓ Apoio à preparação e participação ativa no exercício da PPUE permitindo impulsionar resultados na política de Cooperação para o Desenvolvimento da UE, em áreas de interesse estratégico para Portugal, nomeadamente: (i) a adoção do Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional — Europa Global (IVDCI – EG); (ii) conclusão do dossier relativo à Arquitetura Financeira Europeia para o Desenvolvimento (EFAD), com a adoção de Conclusões do Conselho (iii) a conclusão oficial da negociação e rubrica do Acordo de Parceria entre a UE e a Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OEACP); (iv) a abertura de negociações do Acordo de Facilitação de Investimento UE-Angola. Destaque ainda para a adoção de Conclusões do Conselho sobre: 1) Abordagem Equipa Europa; 2) Desenvolvimento Humano; 3) Cooperação com países de rendimento médio; 4) Implementação dos instrumentos para o financiamento das ações externas da UE; 5) Metas da UE em matéria de Ajuda ao Desenvolvimento; e 6) Arquitetura Financeira Europeia para o Desenvolvimento.
- ✓ Apoio à preparação das posições nacionais para as reuniões dos GT ACP, CODEV, *ad-hoc* IVDCI, Comité IVDCI-EG e suas formações que abrangem especificamente as matérias da cooperação para o desenvolvimento, nas seguintes áreas geográficas: África Subsariana, Ásia e Pacífico; Américas e Caraíbas e temáticas: Desafios Globais e Democracia e Direitos Humanos. As restantes formações são acompanhadas, em razão das matérias, por outros serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- ✓ Participação nos Grupos de Peritos da Comissão Europeia em temáticas relacionadas com a política de cooperação para o desenvolvimento incluindo Educação, Saúde, Programação Conjunta, Alívio e Sustentabilidade da Dívida no contexto da recuperação económica da crise da COVID-19 nos parceiros da UE, envolvendo as fileiras Desenvolvimento e Finanças. De referir ainda a participação no grupo de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Segurança Alimentar e Nutricional (HARDS), incluindo com contributos à participação da UE na preparação da Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares, realizada em setembro de 2021. Nota ainda para os grupos de Estados-membros *like-minded* em matérias como o apoio conjunto ao Acordo que cria a Zona de Livre Comércio Africana (AfCFTA) e Digital para o Desenvolvimento (D4D).
- ✓ Participação no processo de programação da ação externa da UE 2021-2027, através da adoção dos Programas Indicativos Plurianuais e Regionais, assegurando a participação nacional nas reuniões do Comité IVDCI-EG. Em articulação com a REPER, MNE, Centros Portugueses de Cooperação (CPC) e missões no terreno, participação na definição das estratégias, prioridades e alocações financeiras da cooperação para o desenvolvimento da UE.
- ✓ Preparação e acompanhamento do processo relativo à definição e aprovação, pelos Diretores Gerais da UE, das Iniciativas Equipa Europa (*Team Europe Initiatives* – TEI), no âmbito da abordagem Equipa Europa, estabelecida no contexto do IVDCI-EG.
- ✓ Coordenação e participação no processo de operacionalização e implementação das TEI em conjunto com os ministérios setoriais, as Embaixadas no terreno, os CPC e a REPER.
- ✓ Participação nas reuniões dos Comités Estratégicos e Operacionais do Fundo Fiduciário de Emergência para África (Migrações) e do Fundo Fiduciário para a Colômbia (terminou a 31 de dezembro de 2021), geridos pela Comissão Europeia.

- ✓ Preparação das posições nacionais e elaboração das pastas de apoio à participação de Portugal no Conselho dos Negócios Estrangeiros - formação Desenvolvimento, nas Reuniões de Diretores-Gerais do Desenvolvimento, e Conselho de Ministros ACP-UE.
- ✓ Preparação de contributos, tendo em vista a participação do SENECA e/ou MENE, e Camões, I.P. em eventos internacionais a nível bilateral ou multilateral, onde o enfoque da abordagem da UE é relevante.
- ✓ Participação nas reuniões de pontos focais *Brexit*, CIAE Técnica, participando igualmente em ações de formação organizadas pelo IDI.

C) PARCERIAS ESTRATÉGICAS

A ação da Divisão de Parcerias Estratégicas divide-se em três áreas essenciais: (i) a negociação, formulação, gestão e acompanhamento de projetos de cooperação delegada pela União Europeia; (ii) a negociação, formulação, gestão e acompanhamento de projetos de cooperação triangular; (iii) a mobilização do setor privado e das Instituições Financeiras Internacionais com vista ao seu envolvimento na implementação de projetos de cooperação.

Em cada uma destas áreas foram os seguintes os principais resultados atingidos durante o ano de 2021:

Projetos de Cooperação delegada pela UE

- ✓ Não houve lugar à celebração de novos Acordos de Contribuição para gestão indireta de projetos de cooperação delegada pela UE, mas foi dada continuidade à gestão dos projetos já em curso (11 projetos);
- ✓ No âmbito da gestão dos projetos de cooperação delegada, foi assegurado o funcionamento das equipas de projeto (sede e terreno), com vista à operacionalização das atividades contratadas e ao cumprimento dos resultados previstos nos Acordos de Contribuição assinados com a UE;
- ✓ Ainda no âmbito da gestão dos projetos, foram realizadas medidas de comunicação e visibilidade da UE e Camões, I.P. (notícias para o *website* do Camões, IP, comunicados de imprensa, *newsletters*, etc) e o respetivo reporte narrativo financeiro e de avaliação, nos termos previstos nos contratos celebrados com a UE, em articulação estreita com as UO da área da gestão e com o GAA;
- ✓ Foi assegurada a participação do Camões, I.P. nas instâncias de governação dos projetos contratados, não só através das equipas no terreno e dos CPC, como de representantes da própria direção do Camões, I.P., que em situação pandémica ocorreram maioritariamente em modalidades de participação virtual;
- ✓ Foram preparados contributos, sobretudo sobre os projetos cofinanciados e/ou geridos pelo Camões, IP, para apoiar a representação nacional nas instâncias de governação dos Fundos Fiduciários da Comissão Europeia para África e Colômbia (comités operacionais), assegurada nomeadamente através de representantes junto das respetivas Embaixadas de Portugal.
- ✓ Foi assegurada a articulação com as missões nos países parceiros e com a REPER, no sentido de serem identificadas novas oportunidades de parceria com a UE;
- ✓ Foi assegurada a participação nas diferentes formações técnicas da rede *Practitioner's Network for European Development Cooperation*, bem como na Assembleia-Geral. Esta rede junta várias agências de cooperação europeias no sentido de partilhar e solucionar problemas comuns no âmbito da gestão de projetos de cooperação delegada.

Cooperação Triangular

- ✓ Foi dada continuidade à promoção da Cooperação Triangular, enquanto abordagem entre pares que expressam e partilham princípios, prioridades e objetivos de desenvolvimento, e têm parceiros de desenvolvimento comuns;
- ✓ Prosseguiu-se o diálogo com diversos parceiros para identificação de intervenções concretas, nomeadamente, através da articulação com as missões portuguesas e dos potenciais parceiros, nos países beneficiários (essencialmente PALOP e TL);
- ✓ Assegurou-se o acompanhamento e operacionalização de projetos de cooperação triangular já em curso, em particular, com o Brasil e Moçambique, Israel e Guiné-Bissau, Colômbia e S. Tomé e Príncipe.

Setor Privado e Instituições Financeiras Internacionais

- ✓ Concluída a revisão do estudo encomendado à OCDE para a mobilização do setor privado para os esforços do desenvolvimento, com o objetivo de integrar o essencial da abordagem na futura política nacional de Cooperação para o Desenvolvimento 2021-2030;
- ✓ Concluído o processo de negociação do " *Joint Action Note*" com o Banco Mundial (BM), com vista à mobilização de *expertise* portuguesa para os projetos financiados pelo BM;
- ✓ Foi assegurada a participação nas reuniões do grupo de peritos do Setor Privado e Comércio da DG INTPA;
- ✓ Foi assegurado o acompanhamento da nova arquitetura financeira da UE (2021-2027) e dos instrumentos da UE para apoiar o desenvolvimento do setor privado no âmbito da "Europa Global" e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Sustentável + (FESD+);
- ✓ Foi garantida a participação nas reuniões do Comité Operacional do Plano de Investimento Externo (PIE) do FESD+;
- ✓ Procedeu-se ao acompanhamento do Grupo de trabalho intersectorial do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras (MAMF);
- ✓ Foi assegurada a participação nas reuniões do *Private Finance 4 Strategic Development (PF4SD)* do CAD/OCDE;
- ✓ Garantiu-se o acompanhamento do exame do CAD e contribuição na apreciação efetuada sobre a temática do setor privado na cooperação nacional;
- ✓ Foi garantida o acompanhamento, até à sua extinção, da Facilidade de Investimento do BEI para países ACP, em parceria com o Ministério das Finanças;
- ✓ Procedeu-se ao acompanhamento, em colaboração com GPEARI e MNE, dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, em particular através da coordenação da preparação de contributos (análise e parecer) sobre estratégias e projetos daqueles bancos, designadamente do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento.

2. DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COOPERAÇÃO BILATERAL

O ano de 2021 continuou a ser marcado pela situação de pandemia da COVID-19, impactando a atividade da Direção de Serviços de Cooperação Bilateral (DSCB) que, não obstante, assegurou processos exigentes e adicionais à regular atividade de acompanhamento dos instrumentos e intervenções em matéria de Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento ou Ajuda Humanitária, como a Presidência do Grupo da Ajuda Humanitária e da Ajuda Alimentar (COHAFA) no quadro da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (primeiro semestre de 2021) ou a coordenação e operacionalização do Plano de Ação na Resposta Sanitária à Covid-19 entre os PALOP e Timor-Leste, em particular, na vertente de disponibilização de vacinas.

A DSCB deu ainda um contributo relevante para vários processos transversais e estruturantes da Cooperação Portuguesa, designadamente para a definição da nova estratégia para a cooperação, para a elaboração e subscrição dos novos Programas Estratégicos da Cooperação para Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, para o exame entre pares do CAD-OCDE, para o processo de melhoria dos procedimentos e instrumentos existentes tendo em vista a obtenção de certificação externa, para a conceção de novas ferramentas de trabalho e para o aperfeiçoamento dos processos de articulação no contexto da U.E.

DIVISÃO DE ASSUNTOS BILATERAIS (DAB)

1. Descrição das principais atividades e resultados alcançados em 2021

2021 continuou a ser marcado pelo contexto da pandemia da COVID-19, afetando a plena implementação dos projetos de cooperação bilateral em curso. Ao longo de 2021, a DAB acompanhou a execução de 75 Programas, Projetos e Ações (PPA) em 9 países (Angola, Cabo Verde, Colômbia, Guiné-Bissau, Índia, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Senegal e Timor-Leste); geriu a seleção, renovação e acompanhamento do trabalho de cerca 45 agentes da cooperação (AC) e foi responsável pela execução de um montante aproximado de 9 milhões de euros. Alguns destes PPA constituem-se como projetos bandeira nos países parceiros, mormente os que são levados a cabo nos setores da educação e da saúde.

Adicionalmente e no quadro existente, a DAB continuou a coordenar a execução do Plano de Ação na resposta sanitária à Pandemia COVID-19, entre Portugal e os PALOP e Timor-Leste, tendo contribuído para a reunião de condições para o envio e administração de cerca de 2 milhões de doses vacinas. É de notar que este Plano foi considerado uma boa prática na avaliação que o CAD-OCDE fez à Cooperação Portuguesa.

Foi ainda possível, em alguns países parceiros, efetuar missões ao terreno para realizar reuniões de coordenação com os parceiros e estruturas da cooperação no terreno e acompanhamento de projetos em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé Príncipe e Timor-Leste, bem como reuniões das comissões de acompanhamento estratégico (CAE) dos projetos PAISE em São Tomé e Príncipe, Pro-Português e FOCO.UNTL em Timor-Leste, e PRECASE na Guiné-Bissau, todos eles no setor primordial da educação. Nos restantes países manteve-se o acompanhamento, à distância, com recurso às plataformas digitais, e sempre com o apoio das equipas da cooperação nos países.

No quadro das competências atribuídas à DAB, decorrentes do quadro legal, é ainda de salientar a instrução dos pareceres prévios vinculativos que respeitam a planos de intervenção em países em desenvolvimento por parte das demais entidades e departamentos da administração pública.

Em Angola, foram aprovados o Programa de Mestrados - Melhoria da Qualidade dos Cursos de Formação Inicial de Professores, a implementar nas províncias de Benguela, Huíla e Luanda, e o projeto Saber Mais III, a ser executado em Luanda e no Bié.

No quadro da estruturação de novas intervenções, em Cabo Verde, foi efetuado um apoio extraordinário de emergência ao orçamento de Estado por conta das dificuldades financeiras resultantes do contexto pandémico; foi ainda perspetivada uma intervenção no domínio da igualdade de género e apoiada uma intervenção da valorização do património cultural edificado.

Ainda no âmbito da estruturação de novas intervenções, foi assinado um Acordo de Parceria no âmbito da implementação do Projeto Consultório da Língua para Jornalistas – Capacitação dos

Profissionais de Comunicação da Guiné-Bissau em Língua Portuguesa, e assinado um Memorando de Entendimento, entre o Camões, I.P., e o Fundo Global, que enquadra uma parceria no âmbito de uma intervenção na área da Saúde Comunitária na Guiné-Bissau. Foi ainda contratada uma Assistência Técnica Especializada na área de Alfabetização para o Ministério da Educação Nacional e Ensino Superior, e iniciado o processo de recrutamento e contratação de mais duas Assistências Técnicas para o Ensino Superior e Sistema Educativo.

Em Moçambique, foi aprovada uma extensão do Projeto Clubes da Paz – Espaços Comunitários de Aprendizagem ao Distrito de Cheringoma, na Província de Sofala em Moçambique. Foi também aprovado e assinado o Memorando de Entendimento do Cluster da Cooperação Portuguesa da Ilha de Moçambique, para o período 2022-2026, alinhado com o horizonte temporal do Programa Estratégico de Cooperação Portugal-Moçambique, para o mesmo período, que prevê, além da extensão da 3.ª fase do Cluster, uma 4.ª fase, orientada pelos resultados de uma avaliação a realizar ao projeto.

No setor da saúde, em São Tomé e Príncipe, o projeto “Saúde para Todos – Rumo à Sustentabilidade 2017 -2021” teve a sua execução prorrogada por um ano. Esta extensão deveu-se à necessidade de assegurar a continuidade do projeto, evitando assim qualquer interrupção no fornecimento dos cuidados de saúde. Por outro lado, a título complementar, mas igualmente de modo estruturante, teve início a implementação do projeto “Reforço dos meios complementares de diagnóstico laboratoriais em São Tomé e Príncipe”. No setor da educação, é de enfatizar a contratação de uma nova Assistência Técnica.

Em Timor-Leste, concluídas as negociações, deu-se o arranque da 2.ª Fase do Projeto Consultório da Língua para Jornalistas. No quadro da Implementação do Projeto Quinta Portugal e para a conferir um cariz mais institucional à cooperação entre a parte portuguesa e timorense no setor da agricultura, foi assinado um Memorando de Entendimento entre o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e o Ministério da Agricultura e Pescas de Timor-Leste. Foi igualmente assinado o Acordo de Parceria entre o Camões, I.P., o Ministério da Agricultura e Pescas de Timor-Leste e o Centro de Investigação das Ferrugens do Cafeeiro do Instituto Superior de Agronomia (ISA) da Universidade de Lisboa.

No que respeita à Colômbia e ao Senegal, a DAB acompanhou de perto os respetivos Fundos de Pequenos Projetos (FPP). Em termos gerais, foi assegurado o seguimento dos 8 FPP junto das Embaixadas em 8 países: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Colômbia e Senegal. Abarcando um total de 62 pequenos projetos.

Foi igualmente aprovado um Acordo Geral de Cooperação com o Instituto Nacional de Administração I.P. (INA), para a Formação de Dirigentes de Cargos de Direção Superior e Intermédia da Administração Pública dos PALOP e Timor-Leste. Neste quadro, tiveram lugar ações de formação em Timor-Leste e Angola, sobre temas da Administração Pública, identificados por esses países.

No âmbito do envolvimento do setor privado nos domínios da Cooperação para o Desenvolvimento, foi assegurada a operacionalização do Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP), enquanto instrumento de cooperação ao nível financeiro dedicado a apoiar as micro, pequenas e médias empresas moçambicanas. Em 2021 foram submetidas ao FECOP 7 candidaturas perfazendo um total acumulado de 24. Foram contratualizadas mais 4 candidaturas, a acrescer às 6 candidaturas do ano anterior, totalizando 10 contratualizações. Manteve-se, em 2021, a componente que permitiu apoiar o tecido empresarial em situações de calamidade (ciclones Idai e Kenneth e pandemia COVID-19).

No âmbito da operacionalização do Plano de Ação na resposta sanitária à Pandemia COVID-19, entre Portugal e os PALOP e Timor-Leste, em 2021, além das dinâmicas de coordenação asseguradas, as intervenções centraram-se na disponibilização de testes PCR a Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, e na doação bilateral de vacinas, totalizando 1.973.200 doses e 1.988.600 consumíveis (seringas e agulhas), com a seguinte distribuição:

País	N.º Vacinas	N.º Seringas
Angola	920 000	926 200
Cabo Verde	78 000	80 200
Guiné-Bissau	200 000	201 600
Moçambique	547 200	549 200
São Tomé e Príncipe	86 000	87 400
Timor-Leste	142 000	144 000
TOTAL	1 973 200	1 988 600

Foi possível concretizar a doação de equipamento de proteção individual (EPI) a Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste, totalizando cerca de 708.200 itens, incluindo 40 concentradores de oxigénio a Timor-Leste. Mantiveram-se, igualmente, os esforços no âmbito da disponibilização de ações de formação, tendo, em 2021, sido possível concretizar 5 ações de formação presenciais e 2 à distância, específicas de combate à COVID-19, bem como 5 *webinars*.

As demais tarefas associadas ao acompanhamento dos PPA incluíram também os pedidos de parecer prévio vinculativo, a redação de pontos de situação e a preparação de contributos para reuniões, missões oficiais e para os processos transversais e institucionais, aqui se incluindo a nova estratégia da cooperação portuguesa, a elaboração e subscrição dos novos Programas Estratégicos da Cooperação para Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, o exame entre pares do CAD-OCDE, o processo de melhoria dos procedimentos e instrumentos existentes, a conceção de novas ferramentas de trabalho, como a elaboração do sistema integrado de informação para a cooperação (SIIC), o processo de certificação do Camões, I.P. e a nova intranet, e para o aperfeiçoamento dos processos de articulação no contexto da UE.

A DAB teve ainda um papel crucial na contratação, colocação e acompanhamento de 45 agentes de cooperação (AC) no terreno, aqui se incluindo 17 AC colocados em 8 Embaixadas, e 27 AC, que, na sua maioria, desempenham funções relacionadas com o setor da educação.

Para concluir: em 2021, a DAB acompanhou um total de 75 Programas, Projetos e Ações (PPA), dos quais, 52 foram financiados com verbas do orçamento do ano, cujo acompanhamento e implementação, ainda em contexto da pandemia, representou desafios acrescidos à organização do trabalho e à execução das atividades. Estes desafios exigiram a adaptação dos planos de atividades e, na sua maioria, a extensão do prazo de execução.

A título de síntese, destacam-se aqui os principais indicadores associados à atividade da DAB:

INDICADORES DAB – 2021	
PPA Bilaterais a cargo	75
Projetos apoiados no âmbito do Fundo Pequenos Projetos	62
Assessores de Cooperação/Técnicos Setoriais nas Embaixadas (contratados no âmbito da Lei 13/2004)	17
Equipas de coordenação dos PPA no terreno	7
Agentes de Cooperação afetos aos PPA no terreno	27
Gestor de Bairro da Cooperação	1
Apoio Geral ao Orçamento de Estado	2
Apoios setoriais	1
Taxa de execução associada à DAB	84%
Dotação orçamental	EUR 10.076.688,35
Projetos contratualizados no âmbito do FECOP	4

Em termos orçamentais a dotação da DAB foi de EUR 10.076.688,35 o que possibilitou financiar 52 PPA nos PALOP, Timor-Leste e Outros Países, no valor global de EUR 8.592.788,34, atingindo uma taxa de 84% de execução. A este montante deve ser somada verba não executada proveniente de outras unidades orgânicas (UO).

DIVISÃO DE AÇÃO HUMANITÁRIA, SOCIEDADE CIVIL E CIDADANIA

1. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

a) Linha de Financiamento PeD

De um total de 48 candidaturas, submetidas por 24 ONGD, foram cofinanciados 33 projetos de 15 ONGD, correspondendo o valor aprovado para a fase a EUR 1.904.303,76. Os 33 projetos selecionados permitiram o desenvolvimento de projetos plurianuais em setores como: ambiente, crescimento verde e energia (5); capacitação institucional (12); desenvolvimento rural e mar (6); educação e ciência (3); proteção social, inclusão social e emprego (3); e saúde (4). A distribuição geográfica dos projetos cofinanciados repartiu-se por Cabo Verde (3), Colômbia (1), Cuba (2), El Salvador (3), Guiné-Bissau (6), Moçambique (6), São Tomé e Príncipe (10), Timor-Leste (1) e 1 transversal que abrange El Salvador e Honduras.

De notar que devido à importância geográfica e temática, entendeu-se ser relevante apoiar, fora da Linha PeD, um projeto da ONGD FEC – Fé e Cooperação para Angola cofinanciado pela UE, focado no setor do Ambiente, Crescimento Verde e Energia, correspondendo o valor aprovado para a fase a EUR 71.752,00. O projeto contempla a capacitação de atores angolanos da sociedade civil, incluindo organizações de defesa dos direitos humanos, e autoridades locais.

b) Mecanismo de Financiamento de Apoio à Recuperação e Reconstrução das Regiões Afetadas pelos Ciclones em Moçambique

Prosseguiu o acompanhamento dos 5 projetos de 5 consórcios, totalizando 12 ONGD, num montante de cerca de 2MEUR, provenientes de transferências do OE, FRI e de doações de entida

c) Linha de Cofinanciamento de Apoio a Projetos de ONGD no Âmbito da Pandemia do COVID-19

No contexto desta linha de cofinanciamento, deu-se continuidade ao acompanhamento dos 7 projetos de 6 ONGD, que contemplam todos os países prioritários da Cooperação Portuguesa, num

montante de cerca de 750 mil euros, para as áreas da saúde e socioeconómica. Esta Linha integra o Plano de Ação na Resposta Sanitária à Pandemia COVID-19 entre Portugal e os PALOP e Timor-Leste.

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

a) Linha de Financiamento ED

De um total de 26 candidaturas submetidas por 18 ONGD foram cofinanciados 14 projetos de 10 ONGD, correspondendo o valor aprovado para a fase a EUR 591.486,50. Os 14 projetos selecionados permitiram o desenvolvimento de projetos plurianuais em setores como o da Capacitação, diálogo e cooperação institucional (2), Educação formal (4), Educação não formal (1) e Sensibilização e influências política (7).

b) Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Foi assegurado o acompanhamento e execução da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) 2018-2022, aprovada pela RCM n.º 94/2018, 16/07/2018, e do respetivo Plano de Ação subscrito e executado por 16 entidades públicas e organizações da sociedade civil, tendo sido realizadas, para o efeito, 19 sessões de trabalho da Comissão de Acompanhamento e 3 sessões de trabalho colaborativo com o grupo de Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA) (meses de março, maio e julho de 2021).

Foi finalizado o processo de avaliação intermédia da ENED 2018-2022, que culminou com a produção de um relatório final, cujas conclusões e recomendações assentaram, em termos metodológicos, na análise documental, inquéritos online, que tiveram a participação de um total de 36 entidades, incluindo o GENE – *Global Education Network Europe*, workshops com o envolvimento de um total de 20 ESPA e Associadas e entrevista à equipa do secretariado.

Relatório disponível para consulta no sítio internet da ENED: <https://ened-portugal.pt/pt/avaliacao-intermedia>.

Foram realizadas as III Jornadas ED no quadro da ENED 2018-2022, sob o tema “A digitalização: Olhares a partir da Educação para o Desenvolvimento”, organizadas pela Comissão de Acompanhamento da ENED em colaboração com 2 ESPA, designadamente, IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude e CNJ – Conselho Nacional de Juventude. As Jornadas foram divididas em 2 sessões realizadas nos dias 20 e 24 de novembro de 2021.

A primeira sessão foi aberta à participação de todas as pessoas interessadas, intitulou-se “A componente digital na Educação para o Desenvolvimento (ED) e no Desenvolvimento” e teve a participação de 191 pessoas, tendo o formato adotado sido online.

A segunda sessão, intitulada “A componente digital nas diferentes ‘Educação para...’”, em formato presencial, destinou-se exclusivamente aos pontos focais das ESPA, tendo contado com a presença de 12 ESPA, do secretariado da ENED 2018-2022, às quais se juntaram representantes de 3 ONGD pertencentes ao Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania Global, da Plataforma Portuguesa das ONGD.

O programa, relatório e avaliação estão disponíveis para consulta no sítio internet da ENED: <https://ened-portugal.pt/pt/iii-jornadas-de-ed>

Foi lançado o Mecanismo de Apoio a Iniciativas ENED, tendo sido financiadas 4 iniciativas de parcerias entre ESPA, cada uma delas constituída por uma entidade pública e outra da sociedade civil, para as

temáticas do Género, Ambiente, Migrações e Interculturalidade e Educação Formal (trabalho em rede com as Escolas Superiores de Educação). As iniciativas arrancaram em novembro/dezembro de 2021 e irão decorrer até abril/julho de 2022.

Foi assegurada a presença nas duas mesas redondas do GENE realizadas a 29-30 de abril de 2021 e a 17-18 de novembro de 2021, no âmbito das quais foram apresentados os Relatórios Nacionais com um ponto de situação dos processos relacionados com a Educação para o Desenvolvimento/Educação para a Cidadania Global em Portugal.

Foi aprovada a Iniciativa Ibero-Americana de Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável (CGpDS) na XXVII Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Andorra a 21 de abril de 2021, tendo posteriormente sido formalmente constituído o Conselho Intergovernamental da Iniciativa (CIG), composto por representantes dos 6 países aderentes (Chile, Espanha, Paraguai, Portugal, República Dominicana e Uruguai) e realizada em junho a primeira reunião do CIG, na qual foi decidido, por unanimidade, que Portugal assumiria a Presidência da Iniciativa. Nesta reunião foi também aprovado o respetivo Regulamento.

AJUDA HUMANITÁRIA

a) Coordenação de ações de resposta em situações de Ajuda Humanitária

Participação na Ponte Aérea Humanitária para Moçambique, operacionalizada ao abrigo do mecanismo da União Europeia neste âmbito.

Foram realizados 3 voos com partida de Brindisi (Itália) com o seguinte itinerário:

- 1º voo: partida de Brindisi a 30 de junho – chegada a Pemba a 3 de julho
- 2º voo: partida de Brindisi a 2 de julho – chegada a Pemba a 4 de julho
- 3º voo: partida de Brindisi a 6 de julho – chegada a Pemba a 9 de julho.

b) Contribuições multilaterais

Reforço da contribuição nacional para o CERF (Fundo Central de Resposta de Emergência) das Nações Unidas), no montante de 200 mil EUR.

Foram igualmente efetuadas contribuições para a OCHA, ACNUR, PAM e Iniciativa Spotlight, no montante total de 175 mil EUR:

- PAM (Moçambique) – Apoio de 50 mil EUR, em dezembro de 2021, foi concedido à maior agência humanitária das NU, com uma intervenção muito relevante em Moçambique. Acrescenta-se ainda que a assistência alimentar é o cluster humanitário que representa o maior peso no orçamento do Plano de Resposta Humanitário para Moçambique.
- Iniciativa Spotlight (Género/Moçambique) - Apoio de 25 mil EUR concedido à iniciativa Spotlight (iniciativa conjunta UE/NU com o objetivo de apoiar intervenções sobre Violência Baseada em Género (VBG), foi orientado para projetos que venham a ser desenvolvidos em Moçambique. Para o efeito, o Camões, IP assinou um contrato cuja minuta corresponde ao modelo utilizado para todos os doadores.
- OCHA (Norte da Etiópia) - A contribuição para o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), no montante de 50 mil EUR foi direcionada para a crise humanitária no Norte da Etiópia, uma das maiores crises humanitárias atuais e teve em conta a importância das questões de acesso humanitário, respeito dos princípios

humanitários e coordenação para a mitigação do impacto desta crise humanitária nas populações.

- ACNUR (Venezuela) - contribuição para operações do ACNUR na Venezuela, no montante de 50 mil EUR, foi direcionada para as operações do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

c) Estratégia de Ação Humanitária

Realizou-se a reunião com os parceiros da Unidade de Coordenação Estratégia Operacional de Ação Humanitária e de Emergência (19 de janeiro de 2021), bem como reunião adicional no âmbito da realização do exame do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) à Cooperação Portuguesa (14 de setembro de 2021).

d) Instrumento de Resposta Rápida para Financiamento de Ações de Emergência

Face à situação humanitária no norte de Moçambique (Cabo Delgado, Niassa e Nampula), foi ativado o Instrumento de Resposta Rápida para Ações de Emergência (IRR). Foram convidadas a apresentar candidaturas as 8 ONGD previamente qualificadas no âmbito deste Instrumento, tendo sido submetidos 5 projetos de 5 ONGD.

Após análise ponderada, de acordo com os critérios estabelecidos e considerando a verba disponível, foram apoiados 2 projetos de 2 ONGD (OIKOS e HELPO), no montante total de 248.539,54 EUR.

e) Linha de Financiamento de Projetos de Ação Humanitária

No âmbito da Linha de Cofinanciamento de Projetos de Ação Humanitária de ONGD 2021 foram apoiados 5 projetos de 5 ONGD, no montante total de 418.854,45 EUR.

Entre as ONGD apoiadas incluem-se a Caritas, a HELPO, a OIKOS, a VIDA e a ONGD Um Pequeno Gesto, Uma Grande Ajuda.

f) PPUE/GT COHAFA (1.º semestre de 2021)

Na área da Ação Humanitária, é de salientar que a Presidência Portuguesa esteve empenhada em contribuir para uma resposta eficaz e célere da União Europeia aos atuais desafios humanitários. Para tal, foi:

- promovido o debate e uma maior articulação na resposta humanitária da UE no contexto da pandemia.
- feito um acompanhamento cuidadoso das crises humanitárias emergentes, prolongadas e esquecidas, avaliando as necessidades e lacunas na resposta humanitária, em conjunto com os Estados Membros e a Comissão Europeia.
- fomentado o debate entre Conselho e Comissão Europeia e os atores mais relevantes – nomeadamente parceiros das Nações Unidas e Organizações Internacionais Não Governamentais –, relativamente ao impacto das alterações climáticas na ação humanitária, e, designadamente na reflexão sobre as medidas necessárias para a redução da pegada ecológica e ambiental da ajuda humanitária, no âmbito do Pacto Ecológico Europeu e outros compromissos internacionais.
- promovido o debate sobre a implementação do Nexo Humanitário-Desenvolvimento-Paz, em prol de um entendimento comum de todos os atores das vantagens da adoção desta abordagem ao nível institucional e operacional e a troca de boas práticas e lições aprendidas pelos EM na sua concretização.

- Abordada, transversalmente, a inclusão e proteção dos grupos populacionais mais vulneráveis com enfoque em temáticas como a prevenção da violência baseada em género e a educação em situação de emergência, no atual contexto pandémico.

Foram adotadas duas Conclusões do Conselho:

- Sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a Ação Humanitária da UE: novos desafios, os mesmos princípios;
- Sobre o Relatório Especial 2/2021 do Tribunal de Contas Europeu “Ajuda Humanitária da UE para educação: auxilia as crianças necessitadas, mas deve alargar o horizonte temporal e abranger mais raparigas”

Por fim, é de destacar ainda o acordo de parceria entre o Camões, I.P. e o think-tank European Centre for Development Policy Management (ECDPM) que deu origem a dois documentos de reflexão focados nas prioridades humanitárias da PPUE, designadamente:

- Nexo Humanitário-Desenvolvimento-Paz (“Connecting the pieces of the puzzle: The EU’s implementation of the humanitarian-development-peace nexus”);
- Alterações Climáticas e Ajuda Humanitária (*“Integrating climate change resilience and adaptation in humanitarian action”*)

g) Reuniões do GT COHAFA/PPUE e Quadro Multilateral (2.º semestre de 2021)

Participação ativa nas reuniões no quadro UE – GT COHAFA e Comité de Ajuda Humanitária – e no quadro NU – Good Humanitarian Donorship (GHD), Fórum Global de Redução de Risco de Catástrofes e ECOSOC – Segmento Humanitário, bem como reuniões de coordenação e articulação de doadores de natureza diversa.

APOIO À ORGANIZAÇÃO DE CONGRESSOS, COLÓQUIOS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E ESTUDOS

No processo de candidaturas, edição de 2021, desta Linha foram selecionadas 6 propostas de 6 entidades, entre elas duas ONGD e quatro instituições de ensino superior, tendo sido aprovado um montante de 102.627,86 EUR.

RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DO ESTATUTO DE ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO (ONGD)

Manteve-se o volume médio anual de 125 pedidos, em que 70% representaram pedidos de renovação e 30% referiram-se a reconhecimentos.

3. DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE CULTURA

1) Ação Cultural Externa

O **Plano Indicativo Anual (PIA)** de 2021 incluiu 1693 atividades planeadas por 20 organismos públicos das áreas governativas dos Negócios Estrangeiros, da Cultura e da Economia. Da parte das redes externas do Camões, I.P foram integradas 1295 atividades no PIA 2021.

Relativamente ao **Plano de Ação Cultural Externa** do Camões, IP, em 2021 as redes externas realizaram 979 iniciativas no âmbito dos planos de atividades

Na Europa, realizaram-se atividades em diversas áreas disciplinares, entre as quais se destacam:

Em **Espanha**, a Mostra “Cultura Portugal”, com um programa abrangente, nomeadamente, a 3.ª Edição das Conferências Magalhânicas, o Festival Internacional de Teatro de Almagro, que teve Portugal como País Convidado, e a participação nacional na Feira do Livro de Madrid. Em **França**, a Exposição «Le moindre souffle », de Sandra Rocha e o concerto de Filipe Raposo no quadro do Festival de Jazz Jazzycolors. Na **Grécia**, o Festival de literatura Ibero-americana LEA (Literatura em Atenas). Na **Irlanda**, o Festival de Curtas Metragens EUNIC Irlanda. Em **Itália**, a 2ª *Mostra itinerante del Cinema Portoghese* /Luso! e a participação de autores portugueses no *Pisa Book Festival 2021*. No **Luxemburgo**, o Festival de Cinema Português 2021. Na **Suécia**, a participação no Festival Internacional de Jazz Feminino de Estocolmo. Na **República Checa**, a participação portuguesa na Feira do Livro de Praga, e a Comemoração do Centenário de Nascimento de Amália Rodrigues em Praga. Na **Turquia**, o Festival Sete Sóis Sete Luas, e a participação nacional no Festival Internacional de Cinema de Istambul.

Na África Subsariana, são de destacar as seguintes iniciativas:

Em **Angola**, a participação portuguesa no Pavilhão Virtual de Portugal na Bienal de Luanda – 2021, e a inauguração de Painel de Arte Urbana | Relações Europa – África no Centro Cultural Português em Luanda. Em **Cabo Verde**, o concerto comentado sobre “Mar Portuguese”, pelo Duo Invicta. Na **Etiópia**, presença portuguesa no Festival *Tibeb be-Adebabay*, em Adis Abeba. Na Guiné-Bissau, o Concerto de Nino Galissa, no Espaço Europa/Camões, I.P. Em **Moçambique**, a participação de Miguel Gullander na 7ª edição da Feira do Livro de Maputo, a Exposição de Fotografia e Literatura “O Mais Belo Fim Do Mundo”, de José Eduardo Agualusa, no Centro Cultural Português em Maputo, e apresentação dos espetáculos “Itinerários” e “Adorabilis na Plataforma Internacional de Dança Contemporânea KINANI, em Maputo. No **Senegal**, o Festival Écol’Art, coorganizado pelo Camões, IP/ Embaixada de Portugal em Dakar, em parceria com a *Ghost Creative Productions*, no Liceu Galandou Diouf, escola pública no centro de Dakar.

No continente americano, merecem destaque as seguintes atividades:

Na **Argentina**, a Maratona de Leituras em português - cinco meses, cinco livros, dedicada à leitura de toda a ficção de Carlos de Oliveira no ano do centenário do seu nascimento, e a participação portuguesa na 8ª Semana de Cine Português na sala virtual do MALBA com a secção “Hay más mareas que marineros/ Há mais marés que marinheiros em homenagem às Comemorações da Circum-navegação. No **Brasil**, a Residência literária virtual Flipoços, a Instalação artística “Hiato”, de Marcelo Moscheta, no Centro Cultural Banco do Brasil em Brasília, e a Celebração do Dia Europeu das Línguas - Concerto Curitibano das Línguas Europeias, em Curitiba, e, ainda, lançamento, no Rio de Janeiro, do livro “V Centenário da Primeira Volta ao Mundo: A Estadia da Frota no Rio de Janeiro”. No **México**, o concerto de Pedro Jóia, no quadro das comemorações do Bicentenário da Independência do México, em Córdoba, e a representação nacional, a cargo de Ana Luísa Amaral e Luís Carmelo, na Feira Internacional do Livro de Guadalajara (em formato online). No **Uruguai**, o projeto “Um traço por Magalhães”, constituído pela pintura de dois murais alusivos à Viagem de Circum-navegação de Magalhães/Elcano. No **Canadá**, o *Toronto International Festival of Authors*, com Richard Zimler. Nos **EUA**, a exposição “Surrealism Beyond Borders”, no *Metropolitan Museum of Art* (Nova Iorque).

No bloco regional **Ásia e Oceânia**, é de referir, na **China**, o Festival Literário Infantil “Letras e Companhia”, em Macau, e o seminário *Cultural Heritage and Urban Lanscapes: Chinese and*

Portuguese Experiences, em Xangai, que contou com a participação da Comissão Nacional da UNESCO. Na **Coreia do Sul**, a participação de Portugal, enquanto país convidado de honra, no Nambook 2021 - Festival Internacional de Literatura para Crianças e a organização de mais uma edição do Festival de Cinema Português na Cinemateca de Seul. No **Japão**, a realização da Exposição Comemorativa dos 450 anos da Inauguração do Porto de Nagasáqui e a Conferência e Exposição - Comemorações do V Centenário da Viagem da Circum-Navegação - A Viagem que Transformou o Mundo. Na **Índia**, a participação no *Long Weekend of Literatures* (formato online), e a Exposição virtual de pinturas #Eudaimonia. Na **Tailândia**, o Festival do Livro de Bangucoque, com o lançamento de traduções de livros de autores portugueses, e a participação da Companhia de Música Teatral no Festival de Teatro Infantil de Bangucoque (BICT Fest).

No **Médio Oriente e Magrebe**, destacam-se a realização no **Egito**, do Ciclo de Curtas de Animação no Cairo (formato online) e dos concertos de Susana Travassos no *She Arts Festival* e de Nuno Campos Quarteto no *Cairo Jazz Festival*. Nos **Emirados Árabes Unidos**, a participação na 3ª Edição do *Al Ain Film Festival*. Em **Israel**, a participação na Conferência anual sobre “Arquitetura e Conservação” e a organização do *Podcast Un-locking - A Portuguese Israeli Literary Event*, com a participação de escritores portugueses e israelitas. Na **Jordânia**, a participação portuguesa no Festival de Cinema Europeu e, no **Qatar**, a participação do Ricardo Toscano Trio no Festival de Jazz Europeu. Em **Marrocos**, assinala-se o lançamento da exposição *online* “Alcácer Ceguer. Património Arqueológico Luso-Marroquino no Estreito de Gibraltar” e os Festivais do Fado, em Rabat, e Sete Sóis Sete Luas, em Essaouira, El Jadida e Alcácer-Quibir.

Para uma visão geral da ação cultural externa em 2021, apresentam-se os seguintes dados:

Plano Indicativo de Ação Cultural Externa (PIA)	
✓	1693 atividades planeadas por 20 organismos públicos das áreas governativas dos Negócios Estrangeiros, da Cultura e da Economia
✓	Ação Cultural prevista em 89 países
Planos de Atividades Culturais (PA)	
✓	1258 iniciativas aprovadas nos Planos de Atividades Culturais (PA) das redes externas Camões, IP/MNE, para 82 países
✓	979 atividades realizadas em 79 países
✓	Dotação orçamental Planos de Atividades Culturais: 1.475.000,00€
✓	Dotação orçamental linha de apoio à Tradução e Edição: 60.000,00€ (LATE)

Programa/Atividade	Panorama ACE 2021 (Destaques)
Programação Cultural PPUE	✓ 82 ações realizadas no âmbito da programação cultural da PPUE, pelas redes externas do Camões, IP ✓ 41 países de todas as áreas geográficas
Dia Mundial da Língua Portuguesa	✓ Realizadas 174 ações em 56 países ✓ Realizada programação multidisciplinar, exibida no dia 5 de maio, e publicada a antologia digital “Todas as

Programa/Atividade	Panorama ACE 2021 (Destaques)
	Palavras que hão de vir”, com textos de escritores dos países de língua portuguesa
V Centenário da Viagem de Fernão de Magalhães	✓ Realizadas 17 ações, em 9 países
Celebração dos 100 anos do nascimento de Amália Rodrigues	✓ Realizadas 18 ações, em 14 países
Participação em Feiras Internacionais e Festivais Literários	✓ Festival Literário Leipzig Liest Extra (CICL/DGLAB/AICEP/Tdp) ✓ Festival Internacional do Livro Infantil Nambook, na Coreia do Sul (CICL/DGLAB/AICEP/Tdp) ✓ Feira do Livro do Panamá, realizada em formato virtual (CICL) ✓ Feira do Livro de Madrid (CICL/DGLAB)
Linha de apoio à tradução e edição (LATE)	✓ 2ª edição da Linha de Apoio à Tradução e Edição (LATE) do Camões, I.P. e da DGLAB ✓ Foram apoiadas 140 candidaturas de 42 países. ✓ Linha de apoio especial à Tradução e Edição, criada no quadro da Temporada Portugal-França 2022 ✓ Foram apoiadas 4 candidaturas

2) Programas e Acordos Culturais

i) Instrumentos em negociação

No que toca a **instrumentos vinculativos**, estiveram em negociação **vinte e um (21) Acordos de Cooperação bilateral**.

Quanto à negociação de **instrumentos jurídicos não vinculativos** (Programas Executivos e/ou de Cooperação e Memorandos de Entendimento), foi dado início e/ou procedeu-se à negociação de quarenta e dois **(42)** instrumentos, correspondendo a dezoito **(18) Programas Executivos e/ou de Cooperação** (1 em África, 4 nas Américas, 3 na Ásia e Oceânia, 7 na Europa e 3 no Médio Oriente e Magrebe) e de **vinte e quatro (24) Memorandos de Entendimento** (4 em África, 6 nas Américas, 5 na Ásia e Oceânia, 3 na Europa e 6 no Médio Oriente e Magrebe).

Acordos internacionais

África	2
Américas	5
Ásia e Oceânia	4
Europa	10
Médio Oriente e Magrebe	2
Total:	23

**Memorandos de
Entendimento /
Programas**

	MdE	Programas
África	4	1
Américas	6	4
Ásia e Oceânia	5	3
Europa	3	7
Médio Oriente e Magrebe	6	3
Total:	42	

ii) Negociação concluída/instrumentos assinados:

No final de 2021 foi concluída a negociação do **Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação da República Portuguesa e o Ministério da Educação da República Tunisina** no domínio da Integração das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação.

Assinala-se ainda a conclusão e assinatura do **Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da República Portuguesa e o Ministério do Ensino Superior e Investigação Científica da República Árabe do Egito** sobre o funcionamento de cursos superiores ministrados por instituições de ensino superior portuguesas na República Árabe do Egito Assinado em Lisboa, a 10 de junho de 2021.

iii) Procedimentos para entrada em vigor de instrumentos internacionais:

Decorreram ou mantiveram-se em aberto **(8) procedimentos de vinculação interna**, em todos os casos, a aguardar que a contraparte comunique a conclusão dos seus procedimentos internos por via diplomática para que os mesmos entrem em vigor.

- **Índia – Acordo entre a República Portuguesa e a República da Índia de Coprodução Audiovisual**, assinado em Nova Deli, em 14 de fevereiro de 2020. No final de dezembro 2021 foi publicado em Diário da República (Decreto 29/2021, de 22 de dezembro) aprovação em Conselho de Ministros. A conclusão pela parte portuguesa foi comunicada.
- **Mongólia – Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a Mongólia nos domínios da Educação, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Cultura, Juventude, Desporto e Comunicação Social**, assinado em Ulan Bator, a 7 abril de 2010- a aguardar retificação de erros por parte autoridades da Mongólia sem prejuízo de insistências realizadas pela Embaixada em Pequim;
- **China – Acordo entre a República Portuguesa e a República Popular da China sobre a Criação Recíproca de Centros Culturais**, assinado em Pequim, em 9 de outubro de 2016 [A Parte portuguesa concluiu já os referidos procedimentos, com aprovação do Acordo pelo Decreto N.º 9/2019 (D.R. N.º 26/2019, Série I, de 06.02.2019)];
- **Irão – Acordo de Cooperação nas áreas da Língua, Educação, Ciência, Cultura, Desporto, Juventude e Comunicação Social**, assinado a 26 de janeiro de 2015 [A Parte portuguesa concluiu já os referidos procedimentos, com aprovação do Acordo pelo Decreto N.º 7/2020 (D.R. N.º 204/2020, Série I, de 20.10.2020)];
- **Marrocos – Acordo de Coprodução Cinematográfica e Audiovisual entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos**, assinado em Rabat, em 5 de dezembro de 2017. Portugal já transmitiu à

parte marroquina que concluiu os referidos procedimentos internos (Decreto N.º 15/2019, D.R. N.º 76/2019, Série I, de 17.04.2019)];

- **Nigéria** – Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Federal da Nigéria nas Áreas da Educação, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Cultura, Juventude, Desporto, Comunicação Social e Turismo, assinado em Lisboa, em 30 de abril de 2008 [*A Parte portuguesa concluiu os referidos procedimentos internos pelo Decreto N.º 5/2009 (D.R. N.º 42/2009, Série I, de 02.03.2009. Aguarda-se comunicação idêntica por parte autoridades nigerianas;*
- **São Tomé e Príncipe** – Acordo de Cooperação Destinado à Criação da Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe, Centro de Ensino da Língua e da Cultura Portuguesa, na cidade de São Tomé, em 13 de abril de 2015 [*A Parte portuguesa concluiu já os referidos procedimentos, com aprovação do Acordo pelo Decreto N.º 16/2019 (D.R. N.º 133/2019, Série I, de 15.07.2019). Aguarda-se comunicação idêntica por parte autoridades de São Tomé.*
- **Senegal** – Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República do Senegal nas Áreas da Língua, da Educação, da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, da Cultura, da Juventude, do Desporto e da Comunicação Social, assinado em Dacar, em 8 de fevereiro de 2010 [*A Parte portuguesa concluiu já os referidos procedimentos, com aprovação do Acordo pelo Decreto N.º 12/2017 (D.R. N.º 72/2017, Série I, de 11.04.2017). Aguarda-se comunicação idêntica por parte autoridades senegalesas.*

iv) Em 2021, entraram em vigor os seguintes Acordos:

- **Brasil** – Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade Portugal/Brasil que cria o Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade Portugal/Brasil que cria o Prémio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e Juventude, assinado em Salvador, a 5 de maio de 2017 – entrou em vigor a 23 de junho de 2021;
- **Sérvia** – Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Sérvia nos domínios da Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto e Juventude, assinado em Belgrado, a 18 de maio de 2015 – entrou em vigor em 29 de julho de 2021.

v) Reuniões Multilaterais ou Bilaterais e implementação de Acordos e Programas internacionais:

- **Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP):** excecionalmente, realizaram-se duas Reuniões Ordinárias do Conselho Científico do IILP: A XVI ROCC teve lugar nos dias **10 e 11 de maio**, e a XVII ROCC ocorreu nos dias **14 e 15 de junho**, ambas por videoconferência.
- **Instituto Português do Oriente (IPOR):** Acompanhamento das duas Assembleias Gerais organizadas a 17 de fevereiro e a 20 de julho.

Destacam-se ainda a realização das seguintes Comissões ou Sub- comissões Mistas:

Brasil: VII Reunião da Subcomissão para o Reconhecimento de Graus e Títulos Académicos e Questões Relativas ao Acesso a Profissões e ao seu Exercício entre Portugal e o Brasil, ocorrida a 25 de maio. Esta reunião que junto representantes de diversas ordens profissionais, do Ministério da

Educação, do Ensino Superior e das instituições diversas de Qualificações Profissionais, de universidades e politécnicos.

França: 2ª Reunião da Comissão Bilateral de Acompanhamento do Acordo de Cooperação Educativa e Linguística entre Portugal e França, ocorrida a 23 de setembro.

4. DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA LÍNGUA

a) Consolidação da rede de Ensino Português no Estrangeiro (EPE), promovendo os ajustamentos necessários tendo em vista:

- A resposta a novas necessidades identificadas ao nível do ensino básico e secundário na rede oficial, nomeadamente no Reino Unido e em França, e na rede apoiada, em termos de recursos humanos, recursos logísticos e materiais de apoio ao ensino:
 - Reforço de 1 horário na rede EPE Reino Unido e de 2 horários na rede EPE França:

DE	FR	CH	RU	ES	AND	BE	ND	LU	Rede Europa	RAS	NAM	ESW	ZIM	Rede África	TOTAL
36	97	75	26	22	3	6	4	28	297	19	3	1	2	25	322

Tabela 1 - N.º Professores EPE 2021/2022

- Reforço dos orçamentos de gestão das CEPE para implementação de processos de transição digital, assim como para o desenvolvimento de planos de comunicação;
- Aumento do investimento em materiais de apoio ao ensino e aprendizagem, apoiando não apenas todos os alunos do EPE, mas também estruturas associativas e comunitárias de matriz portuguesa e escolas da rede nacional local em países onde o Camões IP não detém rede oficial, tendo em vista o acesso à língua portuguesa por um número crescente de crianças e jovens;
- Aposta na qualificação do EPE e dos seus alunos através de atividades de promoção do livro e da leitura, concretizada por via do Plano de Incentivo à Leitura, com mais de 60.000 alunos envolvidos:

Bibliotecas distribuídas	N.º de atividades de promoção da leitura	N.º de participações de alunos	N.º de participações de docentes	N.º de Visitas de Escritor
273 (acumulado 1.949)	1.408	67.000	3.296	68

- Implementação de plataforma “EPE Digital” de gestão da rede EPE em suporte web e app, (medida Simplex 2018) permitindo gestão de inscrições de alunos; relatórios, avaliação e outras tarefas de docentes; registo e disponibilização a encarregados de educação de sumários, avaliação e assiduidade de alunos (cerca de 20.000 utilizadores registados).
- Introdução do português como língua curricular do ensino secundário em mais 2 países (Irlanda e Escócia), alcançando a marca de 35 países.

- Elaboração de propostas para a regularização/regulamentação de matérias relevantes para os docentes EPE: apresentação à tutela de proposta de Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro, incluindo atualização de regime remuneratório dos leitores e regulamentação de subsídio de instalação dos docentes da Rede EPE;
- A presença da língua portuguesa em instituições de referência do ensino superior em países de língua portuguesa e no mundo, em articulação com as prioridades da política externa portuguesa, contemplando diferentes enquadramentos académicos no que respeita sua oferta, estatuto, creditação e certificação;
- **Manutenção de 51 leitorados**, com abertura em 2021/2022 de leitorado em San José (Costa Rica), por troca com Kinshasa, que registava dificuldades de preenchimento há 2 anos:

Europa	África	Américas	Ásia e Oceânia	Total
19	19	9	4	51

Tabela 2 - N.º Leitores (distribuição por áreas geográficas)

- **Assinatura de novos Protocolos de Apoio** com instituições de ensino superior, destacando-se, entre outros processos negociais, a instituição de programas de cooperação na **Grécia** (Universidade de Atenas), **Roménia** (Univ. Alexandru Ioan Cuza) e **Senegal** (Universidade Cheik Anta Diop):

África	Américas	Ásia e Oceânia	Europa	Total
53	60	28	192	334

Tabela 3 – N.º de Protocolos de Apoio à docência e Investigação (distribuição por áreas geográficas)

- O prosseguimento de **ações de apoio à formação e à qualificação de docentes de língua portuguesa**, através de programas desenvolvidas com o apoio de diferentes estruturas externas do Camões I.P., em particular, os CLP, bem como projetos na área da cooperação, em **cooperação com universidades portuguesas** para formação especializada (Univ. Aberta, Univ. Coimbra e Univ. De Lisboa);
- Consolidação e crescimento da oferta formativa por parte das Coordenações de Ensino, não só aos docentes da rede EPE, mas também aos docentes de redes locais:

	África	Américas	Europa	Oceânia	TOTAL
N.º Horas de Formação	36	253	460	5	754
N.º Formandos	170	822	746	21	1825

- O reforço de parcerias com instituições de ensino superior e ciência, orientadas para a investigação e o ensino da língua e da cultura portuguesas em múltiplas áreas disciplinares e multidisciplinares, fortalecendo o estatuto do português enquanto língua de ciência e de produção de conhecimento.

- Destaque para assinatura de protocolo tripartido com a Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento (FLAD), que permitiu continuidade de apoio, nos EUA, a atividades de formação de professores e distribuição de bibliotecas infantojuvenis, à creditação de aprendizagens através da facilitação do acesso dos alunos lusodescendentes ao exame NEWL e à criação conjunta de três novas cátedras, bem como a promoção dos programas de incentivo à mobilidade de estudantes e professores americanos para Portugal.
- **Reforço da rede de Cátedras (atingindo as 60 cátedras até ao final de 2021), através da criação de 7 novas cátedras:** EUA (3), França (2), Suíça (1) e Brasil (1).

África	Américas	Ásia e Oceânia	Europa	TOTAL
2	18	1	38	59

Tabela 4 - N.º de Cátedras (distribuição por áreas geográficas)

- **Crescimento para 85 Centros de Língua Portuguesa**, com a criação de CLP em Montevideo (Uruguai) e em Maputo (Moçambique);

África	América	Ásia	Oceânia	Europa	TOTAL
30	12	6	1	34	85

Tabela 5 – N.º de CLP (distribuição por áreas geográficas)

- **Reforço dos programas de bolsas do Camões, I.P.,** , com recurso, para além de verbas próprias, ao programa Empresa Promotora da Língua Portuguesa (incluindo ativação de bolsas com a Biblioteca e Arquivos do Vaticano e programa LATE), bem como com atribuição de bolsas para curso de Verão *online*:

PROGRAMAS	Curso Anual	Curso Verão	Fernão Mendes Pinto	Pessoa	Vieira	Investigação	Millenium (EPLP)	TOTAL
bolsas	18	68	59	0	6	19	7	177
bolseiros	18	68	105	0	6	19	7	223

Tabela 6 –N.º de bolsas Língua por programa 2020-21

b) Reforço da oferta digital de serviços e de conteúdos que concorram para a internacionalização da LP como língua de ensino/aprendizagem, de comunicação e de ciência, através de instrumentos de formação e de certificação dirigidos à:

- Disponibilização de novos conteúdos:
 - Foi dada continuidade ao desenvolvimento da plataforma Ler em Rede (parceria IPOR), com a participação direta de docentes EPE;
 - Foi apoiado o processo de finalização do Teste de localização de LP on-line (parceria NOVA-FCSH e FLUL);

- Foi disponibilizada uma nova versão, otimizada com aumento do corpus e com implementação de algoritmo de inteligência artificial do Classificador de textos LX-CFR (parceria FCUL – NLX Grupo da fala e linguagem natural);
- Alargamento da oferta do #Estudo em Casa, disciplina de PLNM (parceria DGE/ME e RTP);
- **Consolidação de programas de formação para estudantes e docentes** que tiveram a sua primeira edição em 2020, assegurando a sua continuidade em complementaridade às ações presenciais que venham a ser retomadas:
 - 2.º Curso de Verão online (consórcio ampliado para 6 universidades: Univ. Aveiro, Univ. Coimbra, Univ. Minho, Univ. Porto; NOVA-FCSH; e Univ. Lisboa);
 - Nova edição do Curso de formação de formadores em PLE (CAPLE), com a Universidade do Porto;
 - Crescimento significativo da oferta online do Centro Virtual Camões, em particular na área do Português Língua Estrangeira, capitalizando o investimento realizado em 2017 e 2018 na requalificação da oferta em Português Língua Estrangeira, com recurso ao programa Simplex+;

ÁREAS	Formação de professores	PLE Fins Específicos	Tradução	Cooperação para o Desenvolvi/	Cultura	PLE - Fins gerais	Total
Edições	9	7	1	1	1	160	179
Inscrições	133	32	18	12	10	774	979

Tabela 7 - Inscrições e cursos CVC 2020-21

- Consolidação da **certificação** oferecida em **parceria com a Ordem dos Médicos** (*Prova de Comunicação Médica* – 10 aplicações realizadas em 2021) e desenvolvimento de nova prova específica com a **Ordem dos Médicos Dentistas**;
 - Consolidação e alargamento da aplicação do exame digital **Camões Júnior com aplicações em Espanha** (aplicações no México e Macau não se puderam realizar devido à pandemia) e da **Certificação EPE**.
- c) **Apoio ao desenvolvimento de projetos de cooperação bilateral e de cooperação delegada, envolvendo a língua portuguesa:**
- Timor-Leste: FOCO; PRO-Português; Consultório da Língua Portuguesa/Jornalistas; Militares; PFMO.
 - Guiné-Bissau: Projeto de Melhoria da Proficiência em Língua Portuguesa para as Forças Armadas; UAP (Unidades de Apoio Pedagógico); Consultório da Língua Portuguesa/Jornalistas.

5. DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

A atividade da direção de serviços de Planeamento e Gestão (DSPG) em 2021 teve como principal foco a implementação de todas as ações constantes do Plano de Ação aprovado pelo Conselho Diretivo no quadro do processo de (re)Certificação nos Pilares da União Europeia, direcionando para intervenção nas áreas onde foram identificadas fragilidades e insuficiências e que exigiu um esforço e empenho de todo o Instituto, em particular desta direção de serviços.

Desta forma, já em 2020 e particularmente em 2021 foi dada prioridade à implementação das atividades previstas no Plano de Ação, em todas as matérias relacionadas com a gestão financeira e patrimonial, designadamente as relacionadas a gestão dos ativos fixos tangíveis da sede e das estruturas externas (projetos de cooperação Centros de Língua Portuguesa e Bairros da Cooperação), a monitorização das bancárias no exterior, o acompanhamento do grau de acabamento dos projetos e a plena implementação do SNC-AP. Para este efeito destacam-se as principais atividades:

- Análise dos extratos bancários e respetivos movimentos de entrada e saída de todas as contas bancárias das estruturas externas do ano de 2020;
- Constituição e atualização do cadastro do património da sede e do património das estruturas externas do Instituto;
- Acompanhamento da execução e grau de acabamento dos projetos através da monitorização da execução financeira dos projetos.

Na área do **planeamento e gestão de recursos humanos**, destaca-se:

- O desenvolvimento de procedimentos de mobilidade interna e procedimentos concursais para reforço dos recursos humanos afetos a todas as áreas do instituto;
- A contagem do tempo de serviço efetivo dos docentes que se encontram a exercer funções na Rede do Ensino Português no Estrangeiro (Rede EPE);
- O processamento dos pedidos de reembolsos dos encargos assumidos pelos docentes da Rede EPE com a contratualização de seguro de saúde, de despesas de viagem de início e fim da comissão de serviço e despesas inerentes à emissão de passaporte especial;
- O acompanhamento do programa de estágios curriculares não remunerados ao abrigo do Programa de Estágios Curriculares do MNE, em articulação com as unidades orgânicas;
- No âmbito da formação: diagnóstico das necessidades de formação e respetiva elaboração do Plano Anual de Formação, acompanhamento e monitorização do plano e elaboração do Relatório de Gestão da Formação a reportar à Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA). Neste âmbito é de salientar o esforço que se tem vindo a fazer no sentido de dotar o plano de formação de ações específicas adaptadas às necessidades dos recursos humanos do Camões IP tendo em conta a sua atividade;
- O processamento dos vencimentos, abonos e respetivos descontos a todos os trabalhadores do mapa de pessoal do Camões IP incluindo os agentes de cooperação;
- Emissões de declarações diversas como sejam de tempo de serviço, para efeitos de cálculos de aposentação e outras conforme solicitado por todos os trabalhadores do Camões IP.
- A elaboração de reportes: SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado (reporte trimestral, Balanço Social (anual) e outros reportes obrigatórios no âmbito dos recursos humanos;

- A coordenação de todo o processo relativo à avaliação do desempenho, do biénio 2019/2020;
- O desenvolvimento de procedimentos para contratação de agentes de cooperação, designadamente através da contratação de serviços de empresas de recrutamento, acompanhamento do processo de seleção e elaboração de todos procedimentos necessários até ao início de funções no estrangeiro ou na sede.

No que respeita à **gestão de recursos financeiros e patrimoniais**, salienta-se:

- A consolidação da prestação de informação orçamental do Camões IP;
- O desenvolvimento dos procedimentos para assegurar a implementação plena do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) dentro do prazo fixado (até 2021);
- A continuidade do processo de renovação do parque informático do instituto, no quadro da definição de um novo modelo de posto de trabalho;
- A manutenção e atualização da base de dados com informação relativa a protocolos, para permitir um melhor acompanhamento e controlo dos compromissos plurianuais assumidos;
- A continuidade do apoio e prestação de toda a informação às Unidades Periféricas Externas (UPE), em particular no âmbito do processo de prestação de contas (apoio na apresentação das 33 contas de gerência);
- O acompanhamento e a monitorização das mais de 30 contas bancárias do Camões, I.P. junto do IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E. (IGCP), através da realização das respetivas reconciliações bancárias, bem como o integral apuramento do valor das diferenças de câmbio e de encargos bancários;
- A prestação de Informação da execução orçamental e financeira junto de diversas Entidades Externas, através de reportes mensais, trimestrais e anuais – cerca de 240 reportes por ano;
- No âmbito da gestão patrimonial foi assegurada a gestão e a manutenção das instalações e equipamentos do Camões, IP bem como o apetrechamento das unidades orgânicas quer em economato quer em qualquer outro bem ou serviço que se manifeste necessário. Em média, anualmente são satisfeitos cerca de 180 pedidos de helpesk Património e cerca de 200 requisições de economato. Com vista à aquisição de bens e serviços solicitados por todas as unidades orgânicas cos Camões, foi assegurada a consulta ao mercado de acordo com as regras em vigor e instruídos todos os processos para tramitação pela Divisão de Apoio Jurídico e Contencioso.

No que respeita ao **apoio jurídico e contencioso**, sinaliza-se:

- A articulação com todas as unidades orgânicas do Instituto, prestando as informações e pareceres jurídicos por estes solicitados;
- Relativamente à área da aquisição de bens, serviços e empreitadas, tendo subjacente o Código dos Contratos Públicos e a diversa regulamentação sobre a matéria, foram instruídos todos os procedimentos aquisitivos para aquisições em Portugal. Foram também instruídos processos aquisitivos no estrangeiro designadamente para projetos de cooperação delegada.
- O acompanhamento das propostas de alteração a atos normativos junto dos gabinetes dos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos diplomas;
- No que respeita ao contencioso administrativo, foi assegurada toda a defesa judicial do organismo, através da elaboração das várias peças processuais e dos articulados inerentes às fases procedimentais;
- A revisão do regime jurídico da Rede de ensino do português no estrangeiro;

- No quadro da Temporada Cruzada Portugal-França, a assessoria jurídica e desenvolvimento de procedimentos de contratação pública necessários ao cumprimento das atividades programadas;
- A revisão do procedimento interno de contratação de bens e serviços no Espaço Económico Europeu, incluindo formação interna alargada sobre os procedimentos de contratação pública.

APOSTA NO DIGITAL

Numa linha de melhoria contínua dos procedimentos e otimização dos recursos, o Camões, I.P. tem vindo a implementar uma estratégia organizacional e transversal a todos os serviços, desde o processo de integração assente no reforço de uma cultura organizacional baseada numa gestão por objetivos e resultados, passando pelas áreas de suporte através da harmonização de procedimentos e padronização de processos, até aos sistemas de informação e comunicação, desafio maior tendo presente a importância e o impacto que hoje em dia os sistemas de informação assumem no funcionamento das organizações e na produtividade dos seus serviços.

Enquadra-se neste processo a renovação do parque informático dos utilizadores dos serviços centrais do Instituto, tendo sido possível concretizar os investimentos necessários à renovação de cerca de 87% dos equipamentos estimados como necessários para garantir a uniformização do parque informático do Camões IP. O processo será concluído durante o ano de 2022.

No que respeita às aplicações em utilização no Camões IP, o ano de 2021 foi marcado, sobretudo, pelo desenho e conceção dos projetos a financiar através do Plano de Recuperação e Resiliência. O processo de Digitalização do Camões IP consubstanciado nos projetos traduzem uma aposta em sistemas de informação robustos e integrados no quadro da gestão de projetos de cooperação, da gestão de inventário ou da gestão documental, uma aposta na digitalização do Ensino Português no Estrangeiro através do acesso a equipamento para utilização em contextos digitais, a disponibilização de conteúdos por via digital, nas várias áreas de intervenção do Instituto e a criação de uma rede integrada de bibliotecas Camões, IP.

6. GABINETE DE AVALIAÇÃO E AUDITORIA

Em 2021, o GAA levou a cabo avaliações e auditorias inscritas para esse ano, ou que tenham transitado de exercícios anteriores, que, seguidamente, no presente Relatório, se detalham.

1.1. Auditoria

— Acompanhamento do processo de Re (Certificação) do Camões, IP, no âmbito do regulamento (UE, *Euratom*) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, assegurando a gestão do projeto da auditoria por pilares que visa atestar o Camões I.P. enquanto entidade elegível para a execução orçamental de projetos financiados pela União Europeia (“cooperação delegada”).

O GAA fez a coordenação do projeto de auditoria por pilares que visa atestar o Camões, I.P. enquanto entidade elegível para a execução orçamental de projetos financiados pela União Europeia (“cooperação delegada”), o que implicou: coordenar o processo de preparação, especificamente a consolidação das respostas das várias unidades orgânicas do Camões, I.P. ao questionário; interagir com a Auditora Externa, nomeadamente no agendamento de entrevistas, recolha de evidências,

fornecimento de elementos adicionais, entre outros e intermediar a relação com a Unidade de Auditoria da DEVCO, fazendo pontos de situação regulares ao Conselho Diretivo, demais dirigentes e à Tutela.

Em 30 de agosto de 2021, a Comissão Europeia comunicou ao CICL a não certificação dos Pilares 1, 2 e 3 e a consequente imposição de medidas de supervisão a todos os acordos de delegação em vigor.

— Acompanhamento e seguimento das auditorias externas.

- Coordenação interna do processo da Auditoria de Seguimento do TdC

O GAA coordenou a recolha de evidências e preparação dos trabalhos necessários para dar resposta aos pedidos do TdC.

- Coordenação interna das auditorias externas da IGDC

Estas auditorias não foram executadas.

— Execução das auditorias previstas no Plano de auditoria: “Coordenação Da Rede de Ensino Português no Estrangeiro (Rede EPE)” e “Processo de Gestão das Bolsas de Investigação Pessoa e Vieira 2017-2019), bem como encerramento daquelas que se encontrem em trânsito.

Durante 2021, continuaram-se os trabalhos relativos à Auditoria à “*Coordenação da Rede de Ensino Português no Estrangeiro*”, após sucessivos adiamentos resultantes da situação de pandemia e adoção do modelo de teletrabalho.

— Relatório de acompanhamento do Plano de Gestão do Risco, incluindo o risco de Corrupção e Infrações Conexas 2018-2020: relativo aos anos de 2018 e 2019.

O processo de gestão do risco no Camões, I.P. decorre de acordo com as Linhas de Orientação, de 2014, e pelo PR 18 – Gestão do Risco e Auditoria, revisto em 2020. Contudo, na sequência da deteção de melhorias, identificadas, desde logo, no Relatório de Implementação do Processo de Gestão do Risco referente aos anos de 2018 e 2019, elaborado em julho de 2020, o GAA submeteu uma proposta de revitalização do processo, que mereceu acolhimento na Deliberação n.º 119 do Conselho Diretivo, em novembro desse ano.

Em 2021, foi elaborado o Plano de Gestão do Risco para o triénio 2021-2023 tendo em consideração as recomendações do Relatório Preliminar da Auditora Externa no âmbito do processo de (re) Certificação por Pilares do Camões, I.P., tendo sido aprovado pelo CD a 4 de março de 2021.

— Atualização anual do Plano de Gestão do Risco, 2018-2020.

Em 2021, foi elaborado o Plano de Gestão do Risco para o triénio 2021-2023 tendo em consideração as recomendações do Relatório Preliminar da Auditora Externa no âmbito do processo de (re) Certificação por Pilares do Camões, I.P., tendo sido aprovado pelo CD a 4 de março de 2021.

— Elaboração do novo Plano de auditoria 2021 e seguintes.

O Plano de Auditoria 2021, elaborado considerando a necessidade de dar respostas às recomendações do Relatório Preliminar da Auditoria Externa, no âmbito do processo de (re)Certificação por Pilares do Camões I.P., foi aprovado pelo CD, a 4 de março de 2021.

1.2. Avaliação

— Dinamização da função Avaliação adstrita à política pública da cooperação para o desenvolvimento, coordenada pelo Camões I.P., nomeadamente através da implementação do Plano de avaliação trienal 2021-2023.

O Plano de avaliação, para o ano de 2021, previa 12 avaliações. Destas, encontram-se sete em curso e cinco por iniciar, não estando, à data de hoje, nenhuma concluída. A dinamização da função avaliação ficou limitada por via da escassez de recursos humanos.

— Participação na *Global Evaluation Initiative*, desenvolvida pelo IEG/Banco Mundial e UNDP, com vista ao reforço das capacidades de Avaliação dos países africanos lusófonos, especialmente através da participação na implementação do Plano Estratégico do CLEAR Brasil e África Lusófona.

Foi assinado um Memorando de Entendimento com o *Independent Evaluation Group* (IEG) do Banco Mundial e UNDP, passando o CICL a fazer parte do conjunto de associados da *Global Evaluation Initiative*.

O GAA participou na Mentoria da Avaliação Executiva com Cabo Verde, com encontros semanais.

Foi efetuada a análise dos diagnósticos de necessidades e dos planos de ação do CLEAR Brasil e África Lusófona para Moçambique e São Tomé e Príncipe e emissão de contributos

Em dezembro de 2021, a posição do CICL foi reforçada com a assinatura de um novo acordo com o Banco Mundial, com vista a uma contribuição voluntária à *Global Evaluation Initiative*, destinada à tradução e promoção de conteúdos de M&A em português.

O GAA participou no *GEI Working Group on Training and Professional Development*, com a constituição de um grupo de trabalho e preparação de uma nota conceptual para a iniciativa "*Training of Trainers*" para a África Lusófona (em parceria com o CLEAR Brasil e África Lusófona) — ainda em curso.

Participação do GAA em grupo de trabalho, com o CLEAR Brasil e África Lusófona, UNICEF, IEG/WB e BID — Tradução dos Critérios de Avaliação do CAD/OCDE para Português — ainda a decorrer.

Reunião com representantes do IDEV - *Independent Development Evaluation, African Development Bank* para aferição de possibilidade de colaborações futuras no quadro de desenvolvimento de capacidades da GEI.

Apoio institucional do GAA à Iniciativa "Convocatória de Avaliação Executiva" do CLEAR Brasil e África Lusófona.

— Participação, no âmbito das suas atribuições, no Exame dos Pares do CAD/OCDE, especificamente no diagnóstico dos requisitos da função Avaliação.

Para o Exame por Pares, o GAA preparou resposta ao autodiagnóstico, tendo-se identificado a função Avaliação como uma área de melhoria da cooperação portuguesa, à semelhança do que acontece desde 2010. Foi ainda providenciado ponto de situação das recomendações e atividades planeadas desde o Exame de meio percurso, em 2018.

No seguimento do que foi efetuado no primeiro semestre 2021, nomeadamente a resposta ao autodiagnóstico e o ponto de situação providenciado relativamente às recomendações e atividades planeadas desde o Exame de meio percurso (2018), o GAA procedeu à revisão dos contributos para

o *self-assessment* e respetivos anexos, tendo participado em várias reuniões de preparação para o Exame de Pares (incluindo reuniões com o Secretariado CAD/OCDE e internas, com o CD e SENEC) e na reunião do *DAC Peer Review Portugal – Exchange with Senior Management PRT on Key Findings*, ocorrida em dezembro de 2021. O GAA procedeu também à análise e revisão do Relatório Preliminar, rececionado em novembro, emitindo contributos relativos à área de Avaliação e à área de Gestão do Risco.

— Revitalização da participação portuguesa nos fóruns internacionais relevantes em matéria de Avaliação: CAD/OCDE, *Head of Evaluation Meetings* da UE, Sociedade Europeia de Avaliação, entre outros.

GAA participou em várias iniciativas ao longo do segundo semestre de 2021, por forma a manter o alinhamento com as diversas entidades com quem tem relação e reforçar as suas capacidades de Monitorização a Avaliação, nomeadamente:

- Presença na *27th EvalNet Meeting*, com integração do GAA no painel *Balancing independence and utility of evaluations: Walking an evaluation tightrope*;
- Integração do painel do *Peer Review* da função avaliação do SEO Bélgica – *The Special Evaluation Office* e participação em reuniões periódicas do painel com Deval, IOB e OCDE; e
- Participação em *workshops* e grupos de trabalho, entre os quais os de planeamento da avaliação conjunta do CAD/OCDE sobre a resposta à COVID-19 nos países em desenvolvimento.

De referir ainda que o GAA tratou da renovação da quota do Camões, I.P. como membro da EES – Sociedade Europeia de Avaliação.

1.3. Outras atividades

— Manual do Camões, I.P.: foram revistos/atualizados modelos e procedimentos (PR) relativos ao GAA.

O PR 18, que já havia sido revisto e, posteriormente, aprovado em julho de 2020, foi, em 2021, continuamente trabalhado.

— Realização dos Questionários de Satisfação Externa (destinatários institucionais do Camões, IP) e Satisfação Interna (colaboradores do Camões, IP) relativos a 2019.

A partir de julho de 2020, esta tarefa transitou para a unidade orgânica com competências em matéria de planeamento.

— Representação institucional nas redes internacionais em que tem assento, em particular no que diz respeito à iniciativa CLEAR Brasil e África Lusófona.

O GAA participou na reunião *Heads of Evaluation Unit* da União Europeia; nas reuniões e *webinars* relevantes da OCDE; bem como nas reuniões com o *IEG/World Bank* e CLEAR Brasil e África Lusófona. Neste âmbito, integrou a equipa de facilitadores do Curso: “*Avaliação Executiva*” promovido para Cabo Verde.

— Capacitação dos recursos humanos do GAA

Em matéria de formação, em 2021, a aposta na especialização dos trabalhadores do GAA foi contínua, procurando capacitar os trabalhadores do Gabinete em áreas chave inerentes às funções auditoria e avaliação, de onde se destacam as seguintes formações:

- *Autonoma academy* - Curso de Especialização em Geopolítica da África Subsariana, com a participação de dois trabalhadores do GAA.
- *Fundamentals of Rigorous Impact Evaluations: Everything You Wanted to Know But Were Afraid to Ask* (IPDET), com a participação de um trabalhador do GAA.
- *Blue Marble Evaluation* (IPDET), com a participação de um trabalhador do GAA.
- *Meta-Evaluation, or: how to evaluate Evaluations - Approaches, Methods and Findings* (IPDET), com a participação de um trabalhador do GAA.
- *Essentials of Theory-Based Evaluation* (IPDET), com a participação de dois trabalhadores do GAA.
- *Theory-Based Causal Analysis* (IPDET), com a participação de um trabalhador do GAA
- Curso Inicial de Gestão de Ciclo do Projeto (CESO), com a participação de três trabalhadores do GAA.
- Formação interna de Contratação Pública (DAJC), com a participação de quatro trabalhadores do GAA.
- *Workshops* Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) e OLAF, com a participação de um trabalhador do GAA.
- Auditoria & Fundos Comunitários (IGDN), com a participação de um trabalhador do GAA.
- *Ética & Compliance* (Nova), com a participação de um trabalhador do GAA.
- Técnicas de Entrevista para Auditores Internos (IPAI), com a participação de um trabalhador do GAA.
- Relatórios de Auditoria (IPAI), com a participação de um trabalhador do GAA.
- Sistema de controlo interno (IGF), com a participação de um trabalhador do GAA.

— Lançamento de procedimentos concursais para ocupação de vagas no mapa de pessoal do GAA.

Foram lançados três procedimentos, dois concursais e um por mobilidade interna, tendo sido possível recrutar, em 2021, 1 TS, por procedimento concursal. Verificou-se, também, a entrada, em 2021, de uma trabalhadora por via de um procedimento por mobilidade interna que decorreu em 2020.

7. GABINETE DE PLANEAMENTO, PROGRAMAÇÃO E ESTATÍSTICA

Participação no Exame do CAD à Cooperação Portuguesa - o GPPE (áreas de planeamento e programação, estatística e bolsas de estudo) acompanhou e participou intensamente nos trabalhos de preparação e realização do Exame, sobretudo, através da colaboração na elaboração do documento *Peer Review 2021 Portugal - Self-Assessment* submetido ao CAD e na participação no conjunto das diversas entrevistas conduzidas pela equipa de examinadores.

No contexto do **planeamento e programação** da cooperação para o desenvolvimento, à luz dos objetivos e prioridades definidos pela tutela, assumem uma importância estratégica, com real impacto nos resultados do Camões, IP, a conceção e preparação dos Programas Estratégicos de Cooperação (PEC) com os nossos principais países parceiros. Os PEC, concebidos em alinhamento com os objetivos e prioridades de desenvolvimento dos países parceiros, permitem enquadrar a atividade de cooperação numa lógica plurianual, potenciar a capacidade de supervisão e coordenação do Camões, IP, e reforçar a concentração geográfica e sectorial da Cooperação Portuguesa.

Destaca-se nesta área:

- a) **A continuidade da aplicação do novo modelo de Programas Estratégicos de Cooperação (PEC)**, o qual tem como princípios: (1) reforço da concentração sectorial, com programas/projetos mais estruturados e de maior dimensão, orientados para resultados, em função dos objetivos e prioridades de desenvolvimento identificados pelos países parceiros e do valor acrescentado da Cooperação Portuguesa; (2) plurianualidade e previsibilidade, identificando um envelope financeiro indicativo para o período do Programa (5 anos); (3) harmonização com intervenções de outros atores da cooperação para o desenvolvimento; (4) monitorização e avaliação sistemática e conjunta, com base em indicadores quantitativos e de qualidade; (5) respeito pela liderança do país parceiro, de acordo com o princípio de apropriação e da prestação de contas mútua; e 6) reforço do alinhamento entre os sectores de intervenção identificados e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Importa salientar que os PEC em vigor, com os seis principais parceiros da Cooperação Portuguesa, incluem uma matriz de acompanhamento por sectores de intervenção, que identifica os ODS para os quais o respetivo PEC contribui, e inclui também, sempre que possível, uma matriz de seguimento dos resultados.

- b) **Assinatura do PEC com a Guiné-Bissau (2021-2025). Negociação e assinatura do PEC com São Tomé e Príncipe (2021-2025) e Moçambique (2022-2026). Negociação do PEC com Cabo Verde (2022-2026).** Deu-se continuidade aos trabalhos internos (incluindo realização de reuniões do Secretariado Permanente da Comissão Interministerial de Cooperação) para preparação dos novos PEC com São Tomé e Príncipe e Moçambique, tendo-se também realizado e concluído as negociações com as autoridades destes países. Estes PEC, com o da Guiné-Bissau, foram assinados em 2021. Em matéria de programação e acompanhamento, deve ser registada a reunião de monitorização e balanço do PEC com Moçambique, bem como a missão de acompanhamento, à cidade da Praia, para balanço do PEC com Cabo Verde e início negociações do próximo¹ PEC. Em consequência dos constrangimentos e limitações causadas pela Covid-19, as habituais missões de seguimento de resultados do PEC, ou o acompanhamento das missões dos ministérios sectoriais, não tiveram lugar.

¹ Novo PEC foi assinado a 7 de março de 2022 por ocasião da Cimeira bilateral.

Ponto de situação dos PEC:

País	PEC	Estado
Angola	2018-2022	Assinado. Negociação próximo PEC em 2022
Cabo-Verde	2017-2021	Assinado
Guiné-Bissau	2021-2025	Assinado
Moçambique	2022-2026	Assinado
São Tomé e Príncipe	2021-2025	Assinado
Timor-Leste	2019-2023	Assinado

- c) **Acompanhamento das atividades de grupos de trabalho temáticos**, tais como, o Grupo de Apoio ao Orçamento de Cabo Verde (GAO) e a participação no Grupo de Trabalho para o Plano de Ação na Resposta Sanitária à Pandemia COVID-19, entre Portugal, os PALOP e Timor-Leste. O GPPE é ainda ponto focal do Camões, IP para a Comissão Interministerial de Política Externa (CIPE), tendo participado nas reuniões da mesma, sempre que as temáticas em discussão assim o justificavam.
- d) **Apoio técnico e logístico à Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC) e reuniões do Secretariado Permanente da CIC (SPCIC)**. Em 2021 realizou-se uma reunião da CIC, onde foram abordados temas como o Exame do CAD/OCDE à Cooperação Portuguesa, a nova Estratégia da Cooperação Portuguesa ou os novos PEC com a Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique. Por outro lado, realizaram-se quatro reuniões do SPCIC, que funcionou ativamente como plataforma de diálogo entre os diferentes parceiros setoriais de cooperação, nomeadamente como via para coordenar posições, e solicitar e transmitir informação.
- e) **Coordenação da preparação da nova Estratégia da Cooperação Portuguesa**. Na sequência de orientações superiores coube ao GPPE a liderança do processo de preparação e redação da nova Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030. Ao longo de 2021 procedeu-se à recolha de contributos escritos de mais de uma centena de instituições e personalidades, incluindo, para além dos ministérios sectoriais, a Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, o mundo académico, a Plataforma Portuguesa das ONGD e diferentes organizações não governamentais, fundações, o sector empresarial, centros de investigação e empresas de consultoria para o desenvolvimento. Foram igualmente organizadas reuniões mais restritas para discussão do novo conceito estratégico com personalidades de destaque na área. Realizou-se igualmente, neste âmbito, uma reunião específica do SPCIC, bem como um Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento, enriquecendo o processo de maturação de elaboração deste novo documento orientador. Findo o trabalho de consolidação e redação, com apoio de consultora contratada para o efeito, apresentou-se à tutela, no final do ano, uma proposta de texto.
- f) **Emissão de pareceres prévios vinculativos**, com vista a reforçar o papel coordenador do Camões, IP, e, em cumprimento do estipulado na alínea f) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 21/2012, de 30 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 48/2018, de 21 de junho (que define como competência do Camões, IP a emissão de pareceres prévios vinculativos sobre

os programas, projetos e ações de cooperação para o desenvolvimento, financiados ou realizados pelo Estado, seus organismos e demais entidades públicas), foi assegurada a emissão dos pareceres sobre instrumentos de programação, tais como Acordos, Protocolos ou Memorandos de Entendimento. Em 2021 foram emitidos 9 pareceres prévios vinculativos. Este número representa um aumento face a 2020 (3), demonstrando uma maior atividade e melhor coordenação dos nossos ministérios sectoriais.

- g) **Elaboração de documentos de Planeamento e Programação e acompanhamento de temáticas internacionais do desenvolvimento**, nomeadamente análise estratégica, memorandos, pareceres aos projetos da linha de cofinanciamento para apoio à organização de conferências e seminários e à realização de estudos, pareceres aos projetos da linha de financiamento de projetos de cooperação para o desenvolvimento, intervenções e pontos de situação. No âmbito das atribuições do GPPE foi ainda preparada e atualizada a informação política, económica e social relativa aos PALOP e Timor-Leste, numa base regular, e assegurada a sua publicação na página institucional do Camões, IP.
- h) **Papel coordenador no âmbito das UO da área da cooperação** para preparação de pastas e consolidação de pontos de situação e contributos em resposta às solicitações, nomeadamente, no âmbito da preparação de reuniões e de deslocações oficiais do Conselho Diretivo e membros do governo. Para o conjunto dos PALOP, Timor-Leste, Guiné-Equatorial, Colômbia e Senegal foram preparados 35 pontos de situação.

Relativamente à área da **Estatística**, e de acordo com as competências atribuídas ao Camões, IP, o GPPE é responsável pelo apuramento do esforço financeiro global da Cooperação Portuguesa (cuja componente principal é a Ajuda Pública ao Desenvolvimento - APD), pelo acompanhamento internacional de temáticas de Financiamento ao Desenvolvimento (como as diversas temáticas no âmbito do CAD/OCDE, da Monitorização da Eficácia do Desenvolvimento, do *Total Official Support for Sustainable Development* - TOSSD, entre outras) e pela implementação e gestão do Sistema de Informação Integrado da Cooperação Portuguesa (SIICP), a base de dados da Cooperação Portuguesa. O trabalho desenvolvido permite dar visibilidade às intervenções da Cooperação Portuguesa, à luz das boas práticas nacionais e internacionais em matéria de transparência, prestação de contas e comunicação, das recomendações do Exame do CAD a Portugal e de compromissos vários que, neste capítulo, Portugal tem assumido.

No contexto da Estatística, são de destacar as seguintes atividades:

- a) **Recolha, tratamento e divulgação da informação estatística relativa ao esforço global de financiamento ao desenvolvimento da Cooperação Portuguesa** junto de entidades nacionais e internacionais (OCDE, UE, ONU, entre outros). Portugal reporta em conformidade com as diretivas estatísticas do CAD/OCDE, na frequência e regularidade previstas, dados preliminares e finais de compromissos e de desembolsos, em formato unificado (*fully converged format*) nas Tabelas CAD (*DAC Tables*) ao nível agregado e no sistema *Creditor Reporting System* (CRS++) ao nível da atividade/projeto. Portugal reporta ainda para o *Forward Spending Survey* (FSS), onde são apresentadas as previsões indicativas de desembolso, ao nível da atividade/projeto (formato CRS), para um período prospetivo de 3

anos. Portugal participa também, desde 2019, no *Data Survey on TOSSD*². É ainda da responsabilidade da área de Estatística a resposta a questionários temáticos no âmbito do financiamento ao desenvolvimento e a participação nas reuniões formais e informais do Grupo de Trabalho de Financiamento ao Desenvolvimento do CAD/OCDE (WP-STAT).

Em 2021, foi dada continuidade ao reporte do financiamento ao desenvolvimento (fluxos 2020), efetuado segundo duas metodologias definidas pelo CAD/OCDE: a metodologia *cash flow* (para a informação desagregada) e a nova metodologia *grant equivalent*³ (para a informação agregada), em estreita colaboração com o Ministério das Finanças, através do GPEARL.

A classificação de Portugal relativa ao reporte de 2021 (fluxos 2020) ainda não se encontra disponível à data da elaboração deste relatório devido ao atraso no processo de reporte em consequência da pandemia COVID-19. Em 2020, Portugal obteve a classificação de “Bom”, na avaliação anual efetuada pelo WP-STAT à qualidade do reporte estatístico dos Estados Membros (EM). A avaliação analisa a pontualidade, completabilidade e qualidade (*timeliness, completeness and quality*) dos dados dos membros do CAD nos sistemas estatísticos DAC *Tables* e CRS.

O processamento da informação relativa ao financiamento do desenvolvimento de Portugal abrange os fluxos APD e não APD⁴. Pauta-se por um elevado nível de tecnicidade e de articulação com todas as entidades financiadoras, sobretudo as que atuam na especialidade, como: a COSEC, em matéria de Créditos à Exportação; o Banco de Portugal, sobre o Investimento Português no Exterior; o Ministério das Finanças, no que toca a Empréstimos/Linhas de Crédito concessionais e nova metodologia *grant equivalente*; o Ministério da Defesa Nacional, em matéria de paz e segurança; o Ministério da Administração Interna relativamente a refugiados; o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social relativamente a refugiados e migrações, e ao tratamento específico da informação ao nível dos projetos deste Ministério; ou ainda a SOFID, relativamente aos instrumentos do sector privado.

De salientar, também, o trabalho de proximidade necessário com os diversos municípios ao nível nacional, tendo em conta as suas características e a relevância do poder local no contexto da cooperação para o desenvolvimento.

Em 2021, destaque para a articulação com o Ministério da Saúde (MS) e com a Caixa Geral de Depósitos (CGD).

² No seguimento da adoção da Agenda 2030 (2015), a OCDE elaborou, em conjunto com a comunidade internacional, um novo enquadramento estatístico complementar à APD que permitisse registar o cumprimento dos ODS em todas as suas dimensões. O TOSSD mede, assim, todo o financiamento público (*official support*) fornecido por instituições bilaterais e multilaterais - independentemente do nível de concessionalidade envolvido ou do instrumento utilizado. Regista também os recursos privados mobilizados por meios oficiais/públicos. O primeiro *Data Survey on TOSSD* realizou-se em 2019.

³ A partir de 2019 (fluxos de 2018), a medida oficial da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) passou a ser baseada na *grant equivalent* e não nos fluxos financeiros (*cash flow*). No sistema *grant equivalent* apenas é contabilizada a componente de donativo dos desembolsos brutos, pelo que os reembolsos deixam de ser ponderados no cálculo da APD.

⁴ Fluxos não APD: Donativos do sector privado, fluxos a condições de mercado e outros fluxos públicos que não integram as condições de concessionalidade definidas para serem incluídos no âmbito da APD.

No que respeita à CGD, pela primeira vez este organismo reportou informação relativa não só a alguns donativos como a instrumentos financeiros para os quais foi necessária uma estreita articulação no esclarecimento de dúvidas, por se tratarem de novos instrumentos com regras específicas de reporte ao CAD/OCDE.

Relativamente ao MS, esta articulação deveu-se ao reporte como APD da doação de doses excedentárias de vacinas COVID- 19 aos países em desenvolvimento, que obedece também a regras de reporte específicas.

Esforço Financeiro Global da Cooperação Portuguesa 2020*

	€
Esforço Financeiro Global	2020*
Ajuda Pública ao Desenvolvimento	368 991 102
Outros Fluxos Públicos (excluindo créditos à exportação)	15 110 233
Créditos à exportação com financiamento público e execução de garantias **	-129 745 185
Fluxos não APD ***	100 960 875
Fluxos Privados ****	27 749 219
Outros *****	15 047 206
Total	398 113 450

Fonte: Camões, IP/GPPE

* Dados já reportados e a aguardar validação do CAD/OCDE. Só após validação serão finais.

** Abrange tanto os créditos à exportação com financiamento público como os créditos à exportação privados ao abrigo de garantias públicas ou seguros. Inclui ainda a execução de garantias dos créditos à exportação por parte do Ministério das Finanças

*** Embora se trate de financiamento público, este poderá beneficiar países não elegíveis para a APD ou setores não elegíveis.

**** Inclui financiamento de ONG e outras entidades privadas, fluxos a condições de mercado (como Investimento Português no Estrangeiro e as Transações Acumuladas de Ativos Bancários)

***** Financiamento externo a projetos de cooperação delegada geridos pelo Camões, IP bem como outro financiamento da UE

- b) No contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** e face às competências que exerce em matéria de contabilização e reporte do financiamento do desenvolvimento, o Camões, IP (GPPE) é parceiro ativo do Instituto Nacional de Estatística na monitorização dos ODS, fornecendo anualmente informação para alguns dos indicadores relativos à APD.

De forma a corresponder aos pressupostos da Agenda 2030, o GPPE tem vindo a modernizar o SIICP, de modo a refletir o alinhamento da Cooperação Portuguesa com a natureza multidimensional daquela Agenda. Em 2021, deu-se continuidade ao processo de melhoria do sistema de marcação dos projetos/atividades face aos 17 ODS e respetivas 169 metas, iniciado em 2019, em conformidade com os requisitos de reporte do CRS e da nova medida estatística *TOSSD*.

- c) Participação nos trabalhos sobre financiamento do desenvolvimento do CAD/OCDE**, sendo de destacar a continuidade na participação nos trabalhos de revisão de: (i) harmonização metodológica para contabilização como APD dos custos com migrações; (ii) definição de conceitos e metodologias de contabilização da medida *TOSSD*; (iii) definição das regras de

contabilização dos instrumentos do sector privado; **iv)** contabilização dos montantes mobilizados do sector privado através de financiamento público; **v)** questões relacionadas com a dívida (contabilização APD e limites ao endividamento); **vi)** reporte como APD da doação de doses excedentárias de vacinas COVID-19 aos países em desenvolvimento; **vii)** monitorização do apoio aos refugiados nos países parceiros; **viii)** contabilização das atividades relacionadas com o financiamento do clima.

- d) No contexto da eficácia do desenvolvimento**, o GPPE acompanhou e contribuiu para as discussões nesta matéria em várias sedes (ONU, UE, CAD e GPEDC). A GPEDC⁵, promove os princípios da eficácia, abrangendo um conjunto alargado de atores, doadores e beneficiários. No sentido de acompanhar os progressos dos compromissos internacionais, a GPEDC estabelece rondas de monitorização periódicas (2014, 2016 e 2018). São exercícios voluntários, liderados pelo país parceiro, que resultam de um trabalho articulado entre o Camões, IP (GPPE enquanto responsável pelo reporte), as embaixadas e as autoridades dos seis principais países parceiros. Em 2021, continuou o processo de reformulação da próxima ronda – indicadores e procedimentos - adiada para 2022.
- e) Participação no processo de atualização dos sistemas de informação dos parceiros**, designadamente no Portal da Transparência de Timor-Leste, na Base de Dados ODAMAZ, em Moçambique, e no Sistema de Informação do Uruguai. O GPPE tem acompanhado igualmente, em coordenação com a Embaixada de Portugal em Maputo, o processo de criação da nova plataforma que irá substituir a ODAMAZ e tem também seguido a modernização da Plataforma SIDICSS – Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular – sistema que visa refletir os progressos alcançados entre os países ibero-americanos, no âmbito da Agenda 2030, com a disponibilização de dados estatísticos por parte de todos os Estados-membros do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e Triangular.
- f) Foi assegurada ainda a gestão das Ordens Internas (OI)⁶ e a atribuição de 80 novas OI durante 2021**, como forma de garantir a conformidade da contabilização do financiamento do Camões, IP, como APD, procedendo ao registo integral da execução orçamental do Camões, IP, no SIICP.
- g) No que se refere ao processo de melhoria e atualização do Sistema de Informação Integrado da Cooperação Portuguesa (SIICP) e da respetiva Base de Dados da Cooperação Portuguesa (BDCOOP2017), iniciado em 2019, avançou-se na instalação de um servidor próprio para as bases de dados geridas pelos GPPE**. O SIICP e respetiva base de dados são as ferramentas de suporte para o trabalho no âmbito da Estatística, e onde é registada e armazenada toda a informação relativa ao apuramento do esforço financeiro global da Cooperação Portuguesa, possibilitando dar resposta às solicitações de informação nacionais e internacionais. Iniciou-se em 2019 um levantamento exaustivo de todas as necessidades e

⁵ *Global Partnership for Effective Development Cooperation (GPEDC)*, criada em Busan, 2011, integra 163 países.

⁶ O sistema das OI codifica para cada Unidade Orgânica quer a natureza da atividade quer o país onde a mesma se desenvolve. Este sistema funciona como um mecanismo de comunicação entre o Sistema de Informação Integrado da Cooperação Portuguesa e o Sistema Contabilístico.

identificação de situações que carecem de melhoria, tendo sido submetida superiormente a respetiva manifestação de necessidades, a qual aguarda ainda desenvolvimento. Em conjunto com o CINF iniciou-se um processo de migração das bases de dados para um servidor próprio, o que deverá decorrer em 2022.

No que se refere às **Bolsas de Estudo**, deve ser salientado o seguinte:

O Programa de Bolsas de Estudo da Cooperação Portuguesa assume-se como um importante instrumento estratégico da política externa portuguesa, mas também como um importante instrumento ao nível da APD portuguesa, contribuindo para o reforço do sistema científico e tecnológico dos países parceiros, bem como para a valorização dos recursos humanos e das instituições daqueles países, promovendo simultaneamente valores como a equidade, igualdade de oportunidades ou valorização do mérito.

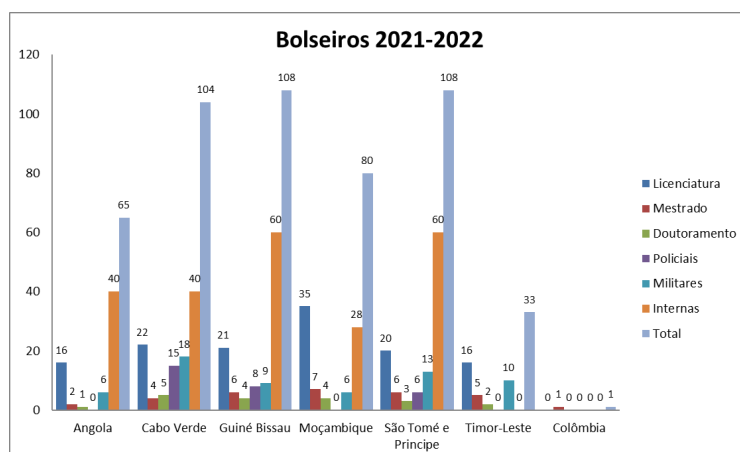
Desde outubro de 2020 que o GPPE passou a assumir a gestão das bolsas de estudo.

Este programa de bolsas de estudo é constituído por:

- Bolsas externas (licenciatura, mestrado e doutoramento em Portugal) - contingente fixo de 210 bolseiros;
- Bolsas internas (na sua maioria licenciaturas nos países parceiros, podendo contemplar bolsas do ensino secundário e/ou mestrado) - contingente fixo de 279 bolseiros;
- Bolsas no Domínio da Defesa (nos estabelecimentos de ensino militar em Portugal) - sem contingente fixo, mas que ronda em média cerca de 50 bolseiros/ano. Em 2021 foi possível apoiar 62 bolseiros;
- Bolsas de Ensino Técnico-Policial (mestrados integrados no ISCPSP - Portugal) - com um contingente máximo de 45 bolseiros, mas que no ano letivo 2021/2022 ainda contempla apenas 35.

Em resumo, o programa de bolsas de estudo pode apoiar por ano cerca de 600 bolseiros em Portugal e nos países parceiros, significando uma despesa global que ronda os 2,4 milhões de euros.

Em termos de balanço, no ano letivo 2021/2022 o número de bolseiros a usufruir do programa de bolsas de estudo é de 505, com a seguinte distribuição por país e nível de ensino:



No que respeita a atividades desenvolvidas pelo GPPE no âmbito das bolsas de estudo, importa salientar o trabalho próximo e permanente com o Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, bem como com as nossas Embaixadas, onde decorrem os processos de seleção de bolseiros. Como habitualmente, foi realizada a previsão anual para novas bolsas de estudo, foram submetidas para autorização da tutela as novas bolsas e os respetivos moldes de funcionamento, foram analisados e validados processos e procedeu-se à aprovação dos novos bolseiros. De salientar igualmente o trabalho realizado ao nível da preparação de pontos de situação e contributos neste âmbito.

Em matéria de bolsas de estudo, as atividades em 2021 continuaram a ser influenciadas pela situação de pandemia que introduziu algumas dificuldades, mas cujo impacto ao nível deste programa foi minimizado.

Importa ainda referir, relativamente à preparação do ano letivo 2021/2022 em Portugal, que o GPPE não gere apenas o processo dos bolseiros do Programa de Bolsas de Estudo da Cooperação Portuguesa, mas de todos os bolseiros dos projetos de cooperação, incluindo o projeto bilateral de apoio à Faculdade de Direito de Bissau ou o Projeto Procultura, financiado pela UE e implementado pelo Camões, IP.

Foram analisados e tratados um total de 48 processos de novas bolsas de estudo. Destes, 24 novos bolseiros respeitavam a bolsas de licenciatura (todos do programa de bolsas), a que acrescem 24 novos processos de mestrado e doutoramento (dos quais, 17 do programa de bolsas de estudo).

8. GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O Gabinete de Documentação e Comunicação (GDC) desenvolve, no âmbito das atribuições que lhe estão cometidas, as suas principais atividades em torno de dois eixos estratégicos fundamentais – a Comunicação e a Documentação.

Para 2021, foram definidos como objetivos operacionais desta Unidade Orgânica as seguintes funções:

- ◆ Garantir a atualização e revisão da informação disponibilizada no site institucional do Camões, I.P. e o acompanhamento da evolução dos conteúdos e sua manutenção das versões em inglês, espanhol e mandarim;
- ◆ Produzir indicadores de utilização do site institucional do Camões, I.P. com base na informação disponibilizada por instrumentos de monitorização digital (por ex.: Google Analytics), e das redes sociais onde o Instituto tem presença, que possam ser relevantes para assegurar a manutenção evolutiva do site e a atualização da estratégia de comunicação a nível digital, bem como da presença a nível de imprensa nacional e estrangeira;
- ◆ Promover o desenvolvimento de material informativo, *merchandising* e documentação institucional e de suporte às Unidades Orgânicas do Camões, I.P.;

- ◆ Promover a comunicação externa e interna do Camões, I.P. difundindo a informação noticiosa e institucional no portal, na nova plataforma de Intranet, Redes Sociais, Encartes, *Clipping* interno e contactos com os media;
- ◆ Apoiar, no âmbito das atribuições na área da comunicação, as atividades das UO do Instituto envolvidas na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE);
- ◆ Organizar ações no âmbito da Diplomacia Cultural, da promoção da ação cultural externa e do ensino do português, bem como da promoção das atividades de cooperação para o desenvolvimento;
- ◆ Gerir a documentação dos arquivos à guarda do Camões, I.P. e proceder ao tratamento, conservação e comunicação dos arquivos, assegurando o seu acesso através de consulta presencial;
- ◆ Promover a revisão e tratamento do acervo de protocolos à guarda do instituto;
- ◆ Implementar um novo sistema de tratamento documental das bibliotecas da rede do Camões, I.P.;
- ◆ Promover a comunicação entre as bibliotecas da rede Camões, I.P. difundindo informação sobre normas e procedimentos;
- ◆ Garantir o tratamento documental das coleções da biblioteca da sede do Camões, I.P.;
- ◆ Reforçar a política de gestão pela qualidade total no domínio da gestão da melhoria de modo a avaliar a satisfação dos utilizadores.

DOCUMENTAÇÃO

No eixo da Documentação, constituem atribuições do GDC: (i) Assegurar a pesquisa, aquisição, tratamento, conservação e difusão de toda a informação relevante para a atividade do Camões, I.P.; (ii) Definir uma política de gestão do arquivo do Camões, I.P., assegurando o respetivo acesso ao público, nos termos da lei.

I. ARQUIVOS

a) Serviço de referência

O serviço de referência por email e atendimento presencial efetuado pelo Gabinete de Documentação e Comunicação (GDC) traduziu-se, no decurso do ano de 2021, em 104⁷ pedidos de consulta, consistindo em 72 investigadores, 25 pedidos internos de UO e 7 pedidos de informações solicitados por cidadãos dos Antigos Territórios Ultramarinos, num total de 428 Documentos lidos.

As áreas mais procuradas resumem-se no quadro seguinte:

⁷ Em 2020, o GDC teve 47 pedidos de consulta, dos quais 7 pedidos de informações solicitados por cidadãos dos Antigos Territórios Ultramarinos e 12 pedidos internos de UO. Em 2019, o GDC teve 70 pedidos de consulta, entre os quais 12 pedidos internos, 40 de investigadores e 18 de cidadãos espoliados.

Pedidos Externos	Pedidos Internos
Etnografia	antigos Colaboradores, nomeadamente para efeitos de contagem de tempo de serviço
História da Ciência	
Lugar das Mulheres na Ciência	Procedimentos Administrativos
Belas Artes	
Arquitetura	

a) Base de dados de Protocolos

Até 31 de dezembro de 2021, encontram-se digitalizados e incorporados na base de dados que o GDC se encontra a desenvolver **1.152 Acordos, Protocolos e/ou Memorandos de Entendimento** celebrados pelo Camões, I.P. e seus organismos antecessores.

b) Depósitos/ Organização Física e Documental

Procedeu-se ao levantamento topográfico exaustivo de 9 espaços de arquivo, dispersos por 3 edifícios, incluindo Camões Palacete, Camões Tivoli e Depósito da Junqueira, produzindo-se, inclusivamente, novas etiquetas para identificação de comboios, estantes de prateleiras, dado que a implantação e numeração existente carecia de uma lógica mais coerente e perçível, no que respeita à organização e arrumação.

No que concerne ao Arquivo Intermédio, iniciou-se a 22 de outubro de 2021, com a participação dos 2 (dois) estagiários PECMNE, a reorganização documental do Arquivo de Bolsas e Recursos Humanos. Em dezembro, iniciou-se a reorganização documental e a elaboração de Inventários, concluindo a Divisão de Projetos e Acordos Culturais, e estendendo-se para a DSL/DCEPE.

Atendendo a solicitações da DPRH, procedeu-se também à Inventariação exaustiva da Série Processos Individuais (Funcionários, Leitores, Professores, Agentes de Cooperação) para responder a pedidos de colaboradores e entidades externas, com curtos prazos de resposta, mais uma vez, com a participação dos Estagiários PECMNE.

Do mesmo modo está praticamente concluída a Inventariação dos Processos de Bolseiros.

c) Avaliação/ Seleção Documental/ Eliminação de Documentos

Nos três espaços de Depósito do Camões, I.P. existe documentação avaliada, proposta para eliminação, por empresa externa, estando em preparação o RADA - Relatório de Avaliação de Documentação Acumulada, que nos permitiria a rápida eliminação desta documentação.

d) Transferências para Arquivo Intermédio

O GDC acompanhou oito transferências de documentação de UO para Arquivo Intermédio, nomeadamente DGFP (2), DPRH (2), DACE, GPPE/Bolsas (1) e DSL/DCEPE (3), produzindo-se as Guias de Transferência devidas.

II. BIBLIOTECA

a) Exemplos bibliográficos

Em 2021, não foi realizada qualquer permuta, no entanto, e no seguimento do primeiro levantamento das necessidades bibliográficas junto das UO em agosto de 2020, e dado que não foi possível adquirir todos os documentos em 2020, parte das propostas (23 volumes) transitou para 2021. Houve ainda um segundo momento de aquisições de documentos técnicos (21 volumes) propostos pela DSPG/DAJC.⁸

Documentos adquiridos por compra:

Tipo de Documento	Quantidade
Monografia	44 volumes
Publicações Periódicas	Assinatura anual de 4 revistas e números avulso

Fonte: GDC | fevereiro 2022

Documentos adquiridos por oferta e incorporados na coleção:

Tipo de Documento	Quantidade
Monografias	207 volumes
Publicações Periódicas	45 volumes
TOTAL	252 volumes

Fonte: GDC | fevereiro 2022

Obs: devido à COVID-19, houve um decréscimo de oferta de publicações, tendo sido algumas edições canceladas. No entanto houve um grande aumento da oferta de monografias em relação a 2020 (70 volumes).

A Biblioteca Camões, I.P. também procedeu à oferta de documentos (monografias). Durante o ano de 2021, doou 13 monografias.

Entidades	Quantidade
Colaboradores Camões, I.P. (documentos editados pelo IPAD)	10 volumes
Utilizadores externos	3 volumes
TOTAL	13 volumes

Fonte: GDC | fevereiro 2022

⁸ Em 2019, o GDC recebeu 138 volumes/exemplares de oferta e doou 21 monografias.

b) Serviço de referência

Apesar das coleções do Camões, I.P. se encontrarem em reestruturação e a Biblioteca Camões, I.P. física em construção, foi realizado, durante o ano de 2021, o serviço de referência externo, através de email, que também englobou questões sobre a Biblioteca Digital Camões (BDC). A pandemia desacelerou vários processos e isso sentiu-se em todas as áreas, inclusive nas solicitações externas à Biblioteca. Assim, foram contabilizados 29 pedidos de informação.⁹

c) Tratamento documental

Em 2021, foi dada continuidade ao tratamento documental das coleções bibliográficas do Camões, I.P., separando e selecionando, dando prioridade à validação dos documentos que já se encontravam registados na base de dados biblio.NET. Foi dada prioridade ao tratamento documental de todos os documentos que fazem parte do Programa de Apoio à Edição no Estrangeiro do Camões, I.P. (programa em vigor desde 2012), cujas novas edições são enviadas regularmente pela DACE à Biblioteca e aos documentos adquiridos pelo GDC (baseados em propostas internas da UO do Camões, I.P.) para apetrechamento da coleção.

O tratamento documental da coleção do antigo IPAD também foi um objetivo da Biblioteca para 2021. Até ao final de 2020, foram colocados/depositados 1.438 documentos nas estantes do Auditório Camões que somados ao ano corrente (501), dá um valor total de 1.939 documentos. Este valor terá tendência a crescer, uma vez que é realizada uma constante avaliação e seleção dos documentos.

Durante o ano de 2021 foram alvo de tratamento documental (englobando todas as fases) 919 exemplares, estando estes documentos pesquisáveis no catálogo online (OPAC).¹⁰

Biblioteca	Fundo	Tipo de Documento	N. de exemplares
CICL	FUND00	Monografia	914
CICL	FUND00	Periódicos	5
TOTAL			919 exemplares

d) Biblioteca Digital Camões (BDC)

Após transição da BDC para este Gabinete em maio de 2020, para avaliar o trabalho já realizado, a Biblioteca da sede fez um levantamento de informação e mapeamento de 3.993 registos inseridos na BDC. Durante o ano de 2021, foi feito um esforço para iniciar e levar a cabo todo o trabalho de correção e acréscimo de informação aos registos, permitindo a sua contextualização e a criação de

⁹ Em 2020, contabilizaram-se 14 pedidos de informação com questões diretamente relacionadas com a biblioteca.

¹⁰ Até ao final de 2021, estão, assim, disponíveis e pesquisáveis no catálogo online (OPAC), um total de 3.467 registos corrigidos. Houve um decréscimo no número de exemplares tratados da sede (face aos 1.431 exemplares contabilizados de 2020) que se deveu sobretudo à colocação em prática do plano de ação do tratamento documental da Biblioteca Digital Camões (BDC).

metadados. Foi também criado um modelo de ficheiro de controlo para as correções efetuadas nos registos, que consistia num mapa de correções aplicado a cada uma das coleções de documentos.

Deste modo, no final de 2021, contamos com 3.066 registos definitivos na BDC, tendo sido já corrigidos 2.276. Resta a verificação/correção de 790 registos para iniciar o trabalho de alimentação continua da BDC, com novos documentos e produção científica.

COMUNICAÇÃO

No âmbito do eixo da Comunicação, constituem atribuições do GDC: (i) Conceber, atualizar e aplicar os critérios e normas e produtos de comunicação da imagem do Camões, I.P., e das suas atividades, nos domínios da cooperação e da difusão da língua e da cultura portuguesas; (ii) Conceber e manter atualizado o sítio do Camões, I.P., na Internet, bem como outras formas inovadoras de comunicação e interação; (iii) Promover ações de sensibilização e informação dos diferentes grupos-alvo das atividades do Camões, I.P., em articulação com os serviços responsáveis por essas atividades; (iv) Assegurar os procedimentos inerentes à tradução, edição e distribuição de publicações da responsabilidade do Camões, I.P., bem como à participação em publicações de outros parceiros, em diferentes suportes; (v) Manter os serviços informados sobre a atividade do Camões, I.P.

III. COMUNICAÇÃO

a) Site Institucional Camões

O site institucional é o principal instrumento de comunicação com o público, sendo o local central de divulgação dos principais conteúdos do Instituto. De janeiro a dezembro de 2021 foram introduzidos 557 notícias e 460 eventos na Agenda Cultural referentes às diferentes áreas de atuação do Instituto: Cooperação, Cultura e Língua. Foram também criados 1.897 artigos e editados 1.967 artigos.¹¹

	Notícias	Agenda Cultural	Artigos criados	Artigos editados
Notícias	557	460	1.897	1.967

Fonte: Joomla, fevereiro 2022

No que concerne a visualizações de página, a versão em português contou com 1.263.662 de páginas visualizadas, e as suas versões em inglês, espanhol e mandarim com 139.229, 72.853 e 7.165 respetivamente. Os principais visitantes vieram de Portugal, Brasil, Espanha, Moçambique, França, Angola, EUA, Suíça, Reino Unido e Alemanha.

Analisando os Visitantes/utilizadores ativos¹² durante o ano de 2021 o site institucional teve uma média de 14.706 visitantes/mês, contabilizando 176.474 visitantes ativos no ano em análise [houve um decréscimo de visitantes face a 2020: 294.555].

¹¹ Em 2020 foram introduzidas 527 notícias, 371 eventos na Agenda Cultural, criados 1.414 artigos e editados 1.696 artigos.

¹² Utilizadores ativos: número de utilizadores únicos que estiveram pelo menos uma sessão no último dia do intervalo de datas escolhido (neste caso mensal)

2021	
janeiro	14 825
fevereiro	17 237
março	15 695
abril	14 693
maio	18 165
junho	13 820
julho	11 969
agosto	14 237
setembro	16 534
outubro	14 743
novembro	14 242
dezembro	10 314
TOTAL	176 474

Quanto aos dados demográficos, há uma maioria de utilizadores do sexo feminino (64% vs 36% masculino) com predominância para utilizadores entre os 25 e os 34 anos.

b) Encartes

Durante 2021, o Camões, I.P. continuou a colaborar com o “Jornal de Letras, Artes e Ideias”, com a promoção de um encarte mensal.

c) Clipping diário

A nível interno, foi elaborado diariamente um *clipping* com as notícias que fazem referência ao instituto num total de 1.531 notícias selecionadas em 2021. A partir do dia 6 de agosto de 2021, e com a disponibilização da nova plataforma de Intranet, a rubrica "Notícias da Imprensa" deixou de ser enviada diariamente aos colaboradores do Camões, I.P., passando o *Clipping* a ser publicado nesta.

d) Relação com OCS

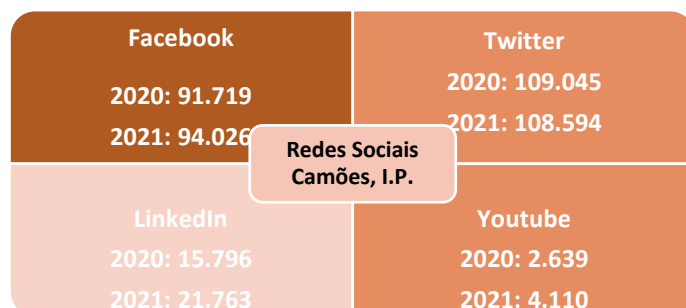
Em 2021 foram enviados 55 comunicados de imprensa, tendo saído nos diversos órgãos de comunicação social mais de 1.500 notícias sobre a atividade do Camões, I.P. (conforme alínea anterior), escritas em português. Foram também dadas 5 entrevistas pelo Presidente do Camões, I.P. e outros membros do Conselho Diretivo e escrito 1 artigo de opinião.

e) Redes Sociais

As redes sociais do Camões, I.P. mantêm a sua tendência de crescimento. O LinkedIn continua a ser a que revela maior crescimento a nível de seguidores, tendo-se verificado um aumento de 283% de

janeiro de 2019 a dezembro de 2021 (38% entre 2020 e 2021). O Youtube teve um crescimento de 385% no mesmo período de 3 anos (56% entre 2020 e 2021).

O Facebook e o Twitter apresentam um comportamento estável no número de seguidores. No ano em análise, o Facebook atingiu os 94.026 seguidores, o Twitter 108.594 seguidores¹³, o LinkedIn 21.763 seguidores e o Youtube possuía 4.110 subscritores.



Fonte: Redes Sociais (Facebook, Twitter, LinkedIn e Youtube), 2020 e 2021

De notar que, as variáveis atualmente mais valorizadas na análise de redes sociais se relacionam com o alcance das publicações e o relacionamento dos seguidores (através de comentários, gostos, partilhas), que têm impacto no alcance das publicações. Assim, futuramente, será considerado este valor.

A 5 de maio de 2020, foi inaugurada a conta de Instagram do Camões, I.P. que tem, até ao momento de realização deste memorando, 4.000 seguidores e tem uma taxa de *engagement* de 1,96%¹⁴

f) Política de Eventos

Os espaços da sede do Instituto acolheram 41 eventos em 2021, entre reuniões internas e externas, palestras e seminários com entidades parceiras, incluindo 6 exposições. O Camões, I.P. organizou ainda, com colaboração do GDC, fora da sede, 4 eventos.¹⁵

¹³ A rede social Twitter revelou em 2021 um decréscimo do seu número total de seguidores, explicável pela revisão de contas feita periodicamente pelo Twitter, em que são removidas contas de utilizadores inativos, podendo causar um decréscimo do número total de seguidores (quando o número de contas removidas é superior ao número de novos seguidores). Contudo, nos meses seguintes a essa remoção (entre abril e junho), o crescimento do número de seguidores do Twitter foi semelhante ao habitual.

¹⁴ A média entre várias indústrias situa-se entre 0,98% e 1,22%.

¹⁵ 2021 foi um ano marcado, ainda, por restrições na realização de encontros e eventos culturais, em virtude da pandemia COVID-19, pelo que o número de eventos acolhidos nos espaços do Camões, I.P. foi ainda relativamente diminuto. Em 2020 foram realizados 45 eventos nos espaços do Camões, I.P. e em 2019 realizaram-se 94 eventos.